

MARIA NAZARÉ WAGNER

**O MOVIMENTO TRABALHISTA NA UFSC SOB A LUZ DO
NOVO SINDICALISMO NO BRASIL:
A experiência dos trabalhadores técnico-administrativos em
educação da UFSC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito final para a obtenção do título de mestre na área de História Cultural, na Linha de Pesquisa: Políticas da Escrita da Imagem e da Memória.

Orientador: Prof. Dr. Waldir José Rampinelli.

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

A ficha de identificação é elaborada pelo próprio autor

Maiores informações em:

<http://portalbu.ufsc.br/ficha>

FOLHA DE APROVAÇÃO

*Dedico esta dissertação à
memória dos companheiros de luta
Nilson da Costa, Mário Dutra e
José de Assis Filho, cuja presença
ainda permanece na memória
daqueles que vivenciaram esta
história.*

*Este trabalho também é dedicado a
todos os Trabalhadores Técnico-
Administrativos em Educação da
UFSC que acreditaram no
“Movimento Alternativa
Independente”, em especial a
Antônio Carlos Silva, companheiro
fiel, que jamais cogitou abandonar
a bandeira do sindicalismo livre.*

“Se há algo importante a fazer em termos de consolidação democrática, é reforçar a organização da sociedade para dar embasamento social ao político, isto é, para democratizar o poder. A organização da sociedade não precisa e não deve ser feita contra o Estado em si. Ela deve ser feita contra o Estado clientelista, corporativo, colonizado.”

José Murilo de Carvalho

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a todos aqueles que me estimularam a fazer o curso de mestrado, particularmente ao meu orientador Waldir José Rampinelli, que me incentivou e confiou na conclusão deste trabalho.

À Banca Examinadora, pela leitura e avaliação desta dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, pela amizade, companheirismo e compreensão durante minha permanência na Secretaria da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História e durante o Curso de Mestrado.

Aos amigos e companheiros de discussão sobre a UFSC e o SINTUFSC, Elza e Maurício, que leram os primeiros esboços deste texto e me passaram várias informações preciosas sobre como escrever e como tratar com o evento, os personagens e o tempo histórico, apesar de o texto ter ficado um verdadeiro labirinto.

Ao pessoal do Grupo de Trabalho Reorganiza UFSC: isonomia para todos, pelo apoio, carinho e compreensão.

Aos funcionários do SINTUFSC que ajudaram na busca dos documentos e imagens que fundamentaram esta escrita.

Aos entrevistados, que solidariamente se propuseram a colaborar com suas experiências de vida na UFSC, contribuindo para a busca de dados sobre a memória da ASUFSC e do SINTUFSC, que serviram de fonte para a construção desta história.

A todos os trabalhadores da UFSC que protagonizaram direta ou indiretamente esta história.

Agradeço especialmente ao meu querido marido Nilson e às minhas amadas filhas Elisa e Sarah, que estimularam para que eu voltasse a estudar, e que, pacientes, com apoio e carinho e, muitas vezes, impacientemente, cobrando a finalização, acompanharam minha pesquisa e me ajudaram na revisão do texto.

Minha gratidão à trabalhadora Elizete, que durante os últimos anos ajudou a cuidar da minha casa e de minha família, sem cuja presença este trabalho seria impossível.

Enfim, peço desculpas e agradeço desde já a todos aqueles que não mencionei nesta história, mas que ajudaram a construir o movimento livre dos trabalhadores da UFSC.

RESUMO

A influência do Novo Sindicalismo no Brasil sobre a organização política dos trabalhadores técnico-administrativos em educação (TTAEs) da Universidade Federal de Santa Catarina é o tema central deste estudo. A transição política lenta, gradual e “irrestrita”: apresentada pelos militares do grupo do general Ernesto Geisel, presidente da República na época, criou a possibilidade para que as organizações de classe se organizassem em todo o Brasil. Contraditoriamente, nas universidades brasileiras, fóruns críticos de discussão sobre a política de repressão do regime militar e sobre a crise dos anos 1970/1980 e suas consequências sobre as condições de vida da classe trabalhadora, promoveu-se a obediência dos trabalhadores ao Estado, tanto nas relações de trabalho como nas relações políticas com a administração central da instituição. Essa administração, em obediência às duas primeiras máximas da abertura política, tomou uma atitude lenta e gradual, impedindo que mudanças maiores ocorressem no comportamento político dos TTAEs da UFSC. A persistência e a colaboração da administração da UFSC em não deixar que o grupo de oposição chegasse ao poder na Associação dos Servidores da UFSC (ASUFSC) e a transformasse em uma entidade de classe, política e autônoma em relação ao governo geraram o Movimento Alternativa Independente. O que diz respeito à luta por direitos e participação dos trabalhadores da UFSC na busca constante pela cidadania é o pano de fundo do movimento de resistência que chegou ao poder na ASUFSC apenas em 1989 e logo tratou de fundar o Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (SINTUFSC).

Palavras-chave: Novo Sindicalismo. Resistência. Luta. ASUFSC. SINTUFSC.

ABSTRACT

The central theme of this paper is the influence of the New Syndicalism in Brazil movement on the political organization of the education management workers (the TTAE's) at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). The slow, step-by-step and "boundless" political transition: presented by the military, along with General Ernesto Geisel, president of Brazil at the time, it created a nation-wide possibility for class organization. The Brazilian universities, which had always been critical of the military's oppressive statism and of the 1970's-80's crisis, along with its consequences on the working class living conditions, now promoted working class obedience towards the state, not only as in workplace relations but also political relations via the central management of the institution. This new administration, in accordance with the two maxims of Brazil's political opening, adopted a slow and gradual pacing, preventing greater changes from occurring in the political behaviour of the federal university's TTAE's. The persistence and collaboration within UFSC's administration applied to preventing the opposition from reaching power over the Servers' Association (ASUFSC), turning it into a class entity, political and autonomous towards the government, are the main causes that generated the Alternative Independent Movement. The plight for rights and active participation of UFSC employees in the constant seeking of social justice is the background of the resistance movement that finally reached power over the ASUFSC in 1989, and subsequently founded the Worker's Syndicate of UFSC (SINTUFSC).

Keywords: New Syndicalism, Resistance, Plight, ASUFSC, SINTUFSC.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Helena Olinda Dalri e Silvana Maria Pereira comemoram a vitória do MAI nas eleições para a ASUFSC de 1991	54
Imagem 2 – O Conselho Universitário da UFSC decide pela não demissão de TTAEs e encaminha ao CRUB sua posição.	567
Imagem 3 – Participantes do MAI em caravana a Brasília para participar do Congresso da FASUBRA em 1989	578
Imagem 4 – Primeiras reuniões dos integrantes da esquerda com vistas a formar o MAI e disputar as eleições em 1989.....	59
Imagem 5 – Tentativa de criar um sindicato estadual para os TTAEs das IES de SC.	60
Imagem 6 – Chapa do MAI é reeleita para a diretoria da ASUFSC	61
Imagem 7 – TTAEs da UFSC, em assembleia, votam pela transformação da ASUFSC em SINTUFSC.....	64
Imagem 8 – Propaganda dos representantes do MAI que concorreram a vagas no Conselho Universitário e no Conselho de Curadores da UFSC, em 1997.....	70
Imagem 9 – Integrantes do MAI comemoram a vitória na apuração do resultado das eleições em 1991	76
Imagem 10 – Helena Dalri e Elaine Tavares na posse da diretoria do SINTUFSC em 1997	78
Imagem 11 – Desenho de Antônio Carlos Silva representando Helena Olinda Dalri prestando contas do SINTUFSC	87
Imagem 12 – Reforma nas instalações da ASUFSC	88
Imagem 13 – Grevistas da UFSC em passeata no centro de Florianópolis, 1998.....	102
Imagem 14 – Integrantes do MAI no XX CONFASUBRA, 1998. Luziânia – GO.....	103
Imagem 15 – Desenho de Antônio Carlos Silva. Greve na UFSC: fechamento do RU e NPD em 2004.	104
Imagem 16 – O <i>Jornal da ASUFSC</i> passa a se denominar <i>Jornal do SINTUFSC</i>	112
Imagem 17 – Antônio Carlos Silva e Angela Dalri preparando as imagens da greve, em 2007.....	118

Imagem 18 – Antônio Carlos Silva, cartaz com as vaias que os trabalhadores brasileiros, organizados pela CONLUTAS e por várias entidades sindicais, dirigiram contra Lula na abertura dos Jogos Pan Americanos de 2007, no Maracanã..... 119

LISTA DE SIGLAS

AASUFSC – Associação Atlética dos Servidores da Universidade Federal de Santa Catarina
AI-5 – Ato Institucional nº 5
ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
APUFSC-SN – Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina – Sindicato Nacional
ASUFSC – Associação dos Servidores da Universidade Federal de Santa Catarina
CCS – Centro de Ciências da Saúde
CF – Constituição Federal
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CUn – Conselho Universitário
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAE – Departamento de Administração Escolar
ETUSC – Escritório Técnico e Administrativo da Universidade Federal de Santa Catarina
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI – Fundo Monetário Internacional
HU – Hospital Universitário
MAI – Movimento Alternativa Independente
MEC – Ministério da Educação
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NPD – Núcleo de Processamento de Dados
OSs – Organizações Sociais
PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Projeto de Emenda Constitucional
PL – Partido Liberal
PPS – Partido Popular Socialista
PRN – Partido da Renovação Nacional
PT – Partido dos Trabalhadores
REUNE – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJU – Regime Jurídico Único
RU – Restaurante Universitário
SINTUFSC – Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina
STJ – Superior Tribunal de Justiça
STF – Supremo Tribunal Federal
TTAE – Trabalhador Técnico-Administrativo em Educação
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 A FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UFSC – ASUFSC: ÉPOCA DE REPRESSÃO, MEDO E ASSISTENCIALISMO	31
2.1 TEMPOS DE MISÉRIA E DE EUFORIA: A CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA ASUFSC	37
2.2 A INFLUÊNCIA DO PT E DA CUT NA CONSTRUÇÃO DO NOVO SINDICALISMO NAS IFES	41
2.3 O NOVO SINDICALISMO CHEGA À FASUBRA E REFORÇA O MOVIMENTO NA BASE	49
2.4 A ASUFSC REJEITA O NOVO SINDICALISMO NA UFSC	50
3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UFSC.....	53
3.1 A CRIAÇÃO DO MAI E DO SINTUFSC	58
3.1.1 A virada política entre os trabalhadores da UFSC	61
3.1.2 A conjuntura política na UFSC e as eleições que fizeram a diferença	74
3. 2 A CONSOLIDAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES TÉCNICO- ADMINISTRATIVOS DA UFSC	81
4 AS GREVES NA BASE SINDICAL DA FASUBRA: O MOVIMENTO GREVISTA DOS TTAES DA UFSC	93
4.1 O JORNAL DA ASUFSC, O JORNAL DO SINTUFSC E O JORNAL CIRCULAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO TRABALHADOR DA UFSC	106
4.2 A ARTE ENGAJADA DE ANTÔNIO CARLOS SILVA...	114
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127
APÊNDICE A	137
APÊNDICE B	141

1 INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento do Novo Sindicalismo entre os trabalhadores técnico-administrativos em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (TTAEs/UFSC), ocorrido no final da década de 1970 será o foco principal desta dissertação. Esse movimento teve grande repercussão no “comportamento” político dos trabalhadores da UFSC e logo encontrou a resistência da administração da Universidade. Caracterizou-se, principalmente, pelas greves nacionais da categoria desencadeadas nas décadas de 1980 e de 1990. O movimento teve sua consolidação nos anos pós-1988 com a sindicalização dos TTAEs das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e, conseqüentemente, com a transformação da Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) em Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras.

A sindicalização dos TTAEs da UFSC ocorreu no histórico ano de 1992, quando os trabalhadores enfim optaram pela transformação da Associação dos Trabalhadores da UFSC (ASUFSC) em Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (SINTUFSC).

O texto está amparado nos argumentos apresentados nos estudos de Ricardo Antunes e de José Murilo de Carvalho, pesquisadores que veem o Novo Sindicalismo, nascido em 1977, no ABC paulista no Brasil, como um movimento da classe trabalhadora pela construção da cidadania. Seu objetivo principal foi transformar o antigo sindicalismo em um sindicalismo com representação legítima dos trabalhadores, fazendo a defesa dos direitos dos trabalhadores através da ação sindical independente. Para tanto, os trabalhadores das fábricas recorreram à greve, considerando-a o principal meio para chegar à negociação com os patrões. Esse movimento ganhou força e decolou com a participação dos operários de setores novos da economia:

A inovação no movimento sindical veio sobretudo dos operários dos setores novos da economia que se tinham expandido durante o ‘milagre brasileiro’ do período Médici: o de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Eram os metalúrgicos de empresas automobilísticas multinacionais e de empresas nacionais de siderurgia, máquinas e equipamentos

concentrados nas cidades ao redor de São Paulo.¹

De início, esse movimento pareceu romper com a estrutura das organizações de classe, em especial do sindicalismo oficial, trazendo várias transformações para o sindicalismo brasileiro. Esse período foi caracterizado como sendo de grande mudança na ação sindical no Brasil.² Segundo esse mesmo autor, era um sindicalismo que:

se distinguia do sindicalismo herdeiro do Estado Novo, pois vinha de baixo para cima, começava na fábrica, sob a liderança de operários que vinham das linhas de produção em contraste com a estrutura burocratizada dominada pelos pelegos. Grande ênfase era dada às comissões de fábrica e aos delegados sindicais que funcionavam dentro das fábricas. As decisões finais eram tomadas em grandes assembleias que reuniram até 150.000 operários. Os novos líderes tinham grande carisma, sobretudo Luiz Inácio Lula da Silva. [...] Não era um movimento paralelo ao anterior: buscava transformar o sistema antigo em uma representação autêntica do operariado.³

Como a ditadura militar interrompeu o movimento trabalhista fortalecido no governo de João Goulart, sua retomada com trabalhadores originários de novas esferas do trabalho, bem como oriundos do chão de fábrica, caracterizou um afastamento com o sindicalismo do Estado Novo. O movimento aglutinou várias correntes sindicais. Em 1981 foi realizada a Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em Praia Grande, que contou com a presença de 5.036

¹ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 180.

² Os anos 1980 marcaram significativas transformações no sindicalismo brasileiro. Pode-se dizer que, no período que se abriu com o vigoroso movimento grevista do ABC paulista em maio de 1978, até o fim da década de 1980, inúmeras transformações ocorreram: a retomada das ações grevistas; a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos de índices de sindicalização, as mudanças e as conservações no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988 etc., só para mencionarmos no universo do mundo do trabalho e, em especial, no âmbito sindical, as diversas alterações vivenciadas. ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1995, p. 11.

³ CARVALHO, op. cit, p. 180-181.

delegados, representando 1.091 entidades sindicais, vinculadas aos trabalhadores rurais e urbanos, operários e assalariados médios, funcionários públicos, boias-frias, trabalhadores em serviços e trabalhadores sem terras.⁴

Nesse CONCLAT emergiram duas tendências principais: de um lado, o Novo Sindicalismo nascente, com um contingente de sindicalistas que não possuíam militância política anterior e que, atuando por dentro da estrutura sindical, partiram para a transformação dessa estrutura atrelada ao Estado, com um sindicalismo de perfil classista; de outro lado, as Oposições Sindicais, que tinham como bandeira a organização de base, com as comissões de fábrica, independentes da estrutura sindical, com a presença de ex-militantes de esquerda, com perfil mais conciliador.

Essas duas vertentes, depois de vários encontros e discussões, caminharam para a criação de uma central sindical de abrangência nacional. Foi delas que nasceu o projeto de criação da CUT, concretizado em 1983 (ver Apêndice A). De todos esses encontros e discussões nasceu também, em 1983, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se alinhou com a Central Única dos Trabalhadores (CUT).⁵

Como se afirmou anteriormente, a singularidade do movimento estava em sua independência e em sua autonomia formadas na base da classe trabalhadora. Seus protagonistas vinham de baixo. Contou com a participação decisiva de vários intelectuais de esquerda e se apoiou nos pressupostos do socialismo para fazer a defesa dos trabalhadores e de seus interesses de classe. Organizou em várias instâncias do trabalho a ação ofensiva contra os patrões da rede privada e contra o Governo.

Conforme a conjuntura e as condições políticas de mobilização, foram sendo criadas várias formas diferentes de fazer a greve. Entre as diferentes greves se destacaram: a) a greve geral por categoria; b) a greve geral com várias categorias diferentes; c) a greve por empresa; d) a greve tomada de fábrica; e) a greve demonstrativa por tempo determinado; f) a greve operação “vaca brava” com redução da jornada; g) a greve coercitiva por tempo determinado; h) a greve de massas demonstrativas, etc.⁶

Essas greves caracterizaram-se principalmente pela ação

⁴ ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2. ed. ver. e ampl. Campinas, SP: Pontes, 1995, p. 28.

⁵ Ibid., p. 27-30.

⁶ Ibidem, p. 11-27.

reivindicatória e pela resistência. Logo atingiram os trabalhadores do setor público, que passaram a se organizar nos moldes dos novos trabalhadores do ABC, com a representação por setores do trabalho, com os delegados que representavam a base nos congressos e nos demais fóruns locais e nacionais e com as decisões tomadas nas grandes assembleias. Foram responsáveis por reorganizar e reunir as forças de esquerda para fazer a luta pela liberdade, pela democracia e por direitos, num momento em que o Brasil passava lentamente por transformações políticas.

O Novo Sindicalismo no Brasil, com um discurso de esquerda e ação grevista abrangente, encontrou eco na população, que não suportava mais a ausência dos direitos civis e políticos suspensos pela ditadura. Com esse movimento houve um lento avanço quanto à conquista dos direitos sociais. Por toda parte havia o clamor por democracia e os interlocutores principais dos trabalhadores foram as lideranças do movimento do Novo Sindicalismo, com sua representação participativa em várias esferas da política, especialmente nos sindicatos, articulados pelo Partido dos Trabalhadores (PT)⁷ e na Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Esse movimento ganhou também o apoio de uma fração de integrantes da Igreja Católica, especialmente dos adeptos da teologia da libertação, com destaque para Frei Beto e Frei Leonardo Boff, como também do Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Teve o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), criada em 1963 no governo de João Goulart (ver Apêndice A), cuja pauta principal foi a luta pela reforma agrária ampla, massiva, de qualidade, participativa e contra a desigualdade no campo.⁸

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja bandeira principal também era a luta pela reforma agrária, se diferenciava da CONTAG pelo fato de não agregar pequenos proprietários de terra. Essa vertente também conquistou visibilidade e apoio em nível nacional e internacional em diferentes fóruns de

⁷ É importante destacar que o retorno à democracia também abriu a possibilidade de chegada ao poder dos partidos de esquerda (em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), os quais em geral eram formados por quadros majoritariamente advindos do campo e da cidade. BORBA, Julian; SELL, Carlos Eduardo. Movimentos sociais, participação e democracia: contexto e perspectivas de debate no Brasil: apresentação. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, PPGSP, v. 6, n. 11, 2007, p. 8.

⁸ Ver informações disponíveis em: www.contag.org.br

organização do trabalho.

Convém registrar que, paralelamente à organização política da classe trabalhadora brasileira, começa a ser implantada, em meados da década de 1980, a reforma do Estado (ver Apêndice A).

As reivindicações pela cidadania desses movimentos não foram atendidas em sua plenitude, uma vez que a maioria dos trabalhadores não foi contemplada pelas reformas, particularmente pela contrarreforma do Estado, implantada por Fernando Henrique Cardoso em 1995, bem como na reforma da Previdência, implantada por Lula e nas propostas de reforma administrativa e sindical apontadas por Lula (ver Apêndice A).

Segundo Lúcia Cortez Costa, a reforma não ampliou a presença do Estado como agente principal na construção dos mecanismos de defesa dos cidadãos, fez com que o Estado abandonasse o projeto de construção da política de bem-estar social e, contrariamente, foi na direção do fortalecimento dos interesses do capital, desprezando o aumento da qualidade de vida dos trabalhadores. Estava, portanto, na contramão do projeto de nação. Eram, portanto, contrarreformas.⁹

Os direitos conquistados pela sociedade em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, em vez de serem regulamentados de forma democrática e participativa, foram aos poucos sendo extintos pela reforma, como por exemplo, o direito de acesso universal à saúde, à educação, à moradia, etc. O que o neoliberalismo propôs para a economia brasileira e para os seus “sócios” poderem enfrentar a crise estrutural do capital foi a política do Estado mínimo, gerencial, que não deveria intervir no funcionamento do mercado, já que sua intervenção atropelava os interesses do capital, que nesse período havia construído novas formas de gerenciar o mundo do trabalho.¹⁰

Para Emir Simão Sader, a reforma do Estado trouxe mais mercado e menos Estado e fez com que muitas categorias de trabalhadores abandonassem a luta pela ampliação e a garantia de direitos, substituindo-a pelo direito de consumir, que passou a ser determinado pelo mercado: “O cidadão se tornou cada vez mais um consumidor, afastado de preocupações com a política e com os problemas coletivos”.¹¹

⁹ COSTA, Lúcia Cortez. O Governo de FHC e a reforma do Estado. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 1, n. 17, p. 49-79, 2000.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ SADER, Emir Simão. **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** v.1. Petrópolis: Vozes; CLACSO, 1999, p. 128.

Assim, o mercado passou a definir as classes sociais e determinar quem estava excluído ou incluído, adotando uma política perigosa que reduz o cidadão a mero consumidor e atrelando a política ao mercado. Os incluídos, aqueles que compõem as classes mais altas, “não precisam do Estado”, e os excluídos de direitos devem se contentar com o acesso ao mercado que fica determinado pelo nível de seu poder de compra, que por sua vez é definido pelo mesmo mercado que define o preço da mão de obra.

[...] No mercado somos pelo que temos, até onde tenhamos e enquanto tenhamos. Instaura-se um mecanismo extremamente perigoso, que reduz o cidadão ao consumidor e a política ao mercado. Exclusão e inclusão passam a ser critério de mercado. Por outro lado, as elites dominantes necessitam cada vez menos do Estado como provedor de serviços: elas utilizam educação privada, saúde privada, transporte privado, correio privado, segurança privada. Embora não abram mão dos subsídios, dos créditos, do perdão das dívidas, das isenções fiscais, como formas de privatização do Estado, de subordinação do Estado pelo processo de acumulação privada de capital. [...] As propostas de reforma do Estado são remetidas a um capítulo dos ajustes fiscais, descoladas totalmente da construção democrática e mais ainda do combate às injustiças sociais.¹²

A política do estado mínimo trouxe essa concepção desastrosa para um país em processo de desenvolvimento, cujo Estado encontrava-se em crise e havia muitas questões sociais para serem resolvidas, especialmente a questão da desigualdade social, que era e continua sendo uma verdadeira “anomalia”, para um país que se apresenta como uma das principais economias do mundo.

No final dos anos 1970, vários trabalhadores de diferentes setores dos serviços públicos começaram a discutir sua condição de vida e partiram para sua organização política. Assim ocorreu com os TTAEs das IFES.

Os trabalhadores da UFSC, ao acompanharem o movimento docente e o movimento estudantil e perceberem sua unificação e visibilidade em nível nacional e local, viram-se como integrantes desse movimento e partiram de forma decisiva para sua organização política,

¹² Ibidem.

apesar de terem encontrado a reação contrária tanto do grupo conservador como também da FASUBRA, que naquele momento era aliada do Governo.

Mesmo com a forte presença da concepção de política voltada para o mercado o movimento da base da FASUBRA ganhou força com o respaldo que havia conquistado em nível nacional. Internamente foram promovidas ações conjuntas com os demais segmentos da UFSC, como nas greves de 1982, 1985, 1986 e de 1989, nas quais TTAEs e professores participaram conjuntamente, tendo o apoio do movimento estudantil e de outros setores da sociedade.

Para melhor compreensão do contexto e dos personagens que se destacaram dentro do período histórico que mudou o comportamento dessa categoria de trabalhadores, passo a caracterizar os grupos políticos que emergiram entre os TTAEs da UFSC durante o desenvolvimento desse processo, protagonistas de um coletivo que estarão presentes ao longo dos capítulos que seguem. Entre eles destacamos: i) o grupo de Nilto Parma; ii) o grupo de Antônio Carlos Silva; iii), o Movimento Alternativa Independente (MAI); iv) o grupo dos Rodolfistas; e v) o grupo da Elaine e da Raquel.

Esses grupos – ao se confrontarem – trouxeram para os domínios da UFSC a ebulição política do Novo Sindicalismo e, com ela, a correlação de forças foi sendo definida, caracterizando uma política de divisão muito clara entre os TTAEs.

i) Grupo de Nilto Parma

Organizado no início da década de 1980, tinha como característica principal seu atrelamento à administração da UFSC e ao Governo Federal Primavera principalmente pela legalidade da organização e pela manutenção da ordem burguesa, e era de caráter assistencialista. Defendia a preservação de políticas assistenciais e fazia a defesa dos TTAEs através de uma postura paternalista, que se concretizava nas ações sociais desencadeadas por meio da ASUFSC, e que se fortalecia nas benesses advindas da autonomia administrativa da UFSC. Aceitava pacificamente as políticas do Governo para o funcionalismo público, preferindo não polemizar nas questões de distribuição de verbas nem quanto ao gerenciamento da UFSC. Seus membros tinham a pretensão de fazer carreira administrativa isolada, utilizando o clientelismo como meio para o alcance dessa meta.

Das décadas de 1980 e 1990 até a primeira metade dos anos 2000 esses trabalhadores representavam um grupo caracterizado como “governista”, por não se manifestarem contra o governo.

Era comum aos integrantes do grupo de Nilto

Parma ficarem em cima do muro e não criticarem as políticas do governo federal. Entre esses integrantes estavam: Luiz Henrique da Silva, João Batista Furtuoso e outros, que faziam a posição de bons mocinhos e tinham interesse na conquista de cargos.¹³

Eram aliados dos grupos de direita que vinham administrando a UFSC desde sua criação, como também do governo federal. Portanto, representavam a direita entre os TTAEs.

Suas principais lideranças, além de Nilto Parma, foram: Luiz Henrique da Silva, João Batista Furtuoso, Gerson Rizzatti e Rogério Luiz Laureano. Possuíam uma quantidade significativa de apoiadores que não se apresentavam publicamente, dos quais citamos: Gilson Pires, Jaldir Pires, Jalmir Pires, João Luiz Laureano, José de Assis Filho, Gerson Napoleão, Maria Aparecida Bilki e muitos outros.

ii) Grupo de Antônio Carlos Silva

Foi o grupo fundador do movimento do Novo Sindicalismo entre os TTAEs da UFSC. Além de Antônio Carlos Silva, inicialmente, contou com a decisiva colaboração de Manoel Arriaga de Andrade e Moysés Eller, então um jovem trabalhador recémcontratado.¹⁴ Durante a década de 1980, esse grupo teve participação ativa nos fóruns de decisão da antiga ASUFSC, especialmente nas Assembleias Gerais, nas quais foi construída uma perspectiva classista entre os trabalhadores. A partir de 1985 esse grupo recebeu novas lideranças como: Helena Olinda Dalri, Aldo da Matta, Júlio César Ramos, Luiz Carlos Pereira, Elza Daufenbach Alves e Valcionir Corrêa, entre outros TTAEs que tiveram expressiva contribuição nas discussões para a organização do movimento livre dos servidores públicos federais da UFSC, com destaque para: Silvana Maria Pereira, Carmem Vera Gonçalves Vieira, Maurício Alves, Tânia Corrêa, Ângela Dalri, Irac Orsi, Mário César Dutra, Geraldo Mattos, Eduardo Luz, José Francisco de Assis Batinga, Luzia dos Santos, Maria Angélica Silva, Sálua Guimarães, Marli Thiago da Silva, Demerval Rodrigues, Marlete Dutra Mendes, Soraya Valerim, Novânea Nunes, Lusmarina Emília da Silva, Paulo Fernando Liedtke, Jussara Giacomelli, Nilson da Costa, José João Martins e Roseli Kuhnen, entre vários outros trabalhadores que apoiavam o discurso e as

¹³ Maria Machado é uma TTAE da UFSC que, no período de 1985 a 1991, trabalhou no Departamento de Pessoal, quando este era dirigido por Nilto Parma. *Entrevista concedida a Maria Nazaré Wagner*. Florianópolis, 20 abr. 2011.

¹⁴ Antônio Carlos Silva. Op. cit. 2011.

ações empreendidas pelo Movimento.

Além desses integrantes o MAI recebeu ao longo dos anos noventa muitos outros membros que apoiaram suas posições e iniciativas, com destaque para Elaine Tavares, Raquel Jorge Moysés, Ana Maria Cordeiro, Clézio Augusto Lima, Maria Goretti Grozeta, Jussara da Costa Godoi, Salete Maria Lazarim, Neide Maria Marcus, Vanilde de Faria Geronimo, Valquíria Lourdes Peixoto Pereira, Ivalter Sebastião Coutinho, Rodrigo W. Borges e José de Assis Filho¹⁵. Fora estes nomes que aqui destaquei estavam com o grupo, várias Marias e muitos Josés.

O grupo de Antônio Carlos Silva, que é o mesmo MAI, no início, ao se estruturar, logo partiu para uma ação ofensiva contra a atuação das entidades de classe oficiais, que obedeciam voluntariamente ao Estado, entre elas a ASUFSC. Denunciava a desigualdade social e defendia abertamente mais direitos para os trabalhadores, particularmente para o funcionalismo público da UFSC. Foi um grupo caracterizado como de esquerda, pois sua linguagem era a mesma do Novo Sindicalismo. Era a linguagem do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que ganhava espaço nos movimentos sociais e na mídia. Diante desse visível reconhecimento, foi tratado pejorativamente pela direita como sendo “gente do PT... gente ruim”.¹⁶

iii) Movimento Alternativa Independente (MAI)

Surgiu no final da década de 1980, com a ampliação do grupo de Antônio Carlos Silva e de sua determinação em envolver os TTAEs no processo de institucionalização do Novo Sindicalismo na UFSC. Essa camada dos trabalhadores passou a reconhecer o Movimento como uma saída para si mesma. Percebe coletivamente o abandono em que o governo a colocara e incrementa a ofensiva, reivindicando principalmente questões de ordem econômica e política.¹⁷

Nasceu da necessidade do grupo de Antônio Carlos Silva e dos trabalhadores da UFSC de ampliar sua organização, ganhar mais espaço,

¹⁵José de Assis Filho, enquanto foi do quadro do Departamento do Pessoal da UFSC, era do Grupo de Nilto Parma (melhor dizendo: era seu fiel escudeiro), atuava nas festas, normalmente fazendo a comida e, nas eleições, ajudando na campanha eleitoral. Passou para o grupo do MAI em 2003 e depois de passar pela diretoria do SINTUFSC, veio a falecer em 2008.

¹⁶TAVARES, Elaine. A universidade e os técnico-administrativos: uma tensão permanente. In: RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo (Org.). **Crítica à razão acadêmica**: reflexão sobre a universidade contemporânea. Florianópolis: Insular, 2011, p. 150.

¹⁷ANTUNES, op. cit., p. 22-23.

lutar pela criação do sindicato, superar as velhas práticas paternalistas, superar as injustiças e contribuir efetivamente para a concretização da democracia.

Suas principais bandeiras foram: a defesa de salários dignos para todos os trabalhadores da UFSC e para as demais categorias da classe trabalhadora brasileira, condições adequadas de trabalho, defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, defesa da democracia e principalmente do movimento político livre dos TTAEs.

Antônio Carlos Silva e Helena Olinda Dalri foram as lideranças com maior destaque dentro do MAI, com uma ação firme e decidida em defesa dos TTAEs, incluindo em sua prática princípios como a ética, a democracia, a transparência, a honestidade, a lisura, a competência e a independência. O MAI, que era conhecido como o “grupo da esquerda”, destacou-se por sua organização e determinação em promover mudanças no serviço público, principalmente na UFSC.

iv) Grupo dos Rodolfistas

Constituído, inicialmente, pelos apoiadores da política paternalista de Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, que foi Pró-Reitor de Administração entre 1980 e 1984 e ascendeu ao cargo de Reitor da UFSC entre os anos de 1984 e 1988. Um de seus principais aliados na administração da UFSC foi Nilto Parma, que o apoiou nas eleições para Reitor de 1983.¹⁸

Entretanto, em 1989, ocorreu uma divisão no grupo, ficando Nilto Parma de um lado e Rodolfo Joaquim Pinto da Luz de outro, em chapas diferentes como candidatos a vice e a reitor, respectivamente. Entre os TTAEs, as lideranças que se destacaram como rodolfistas a partir dessa eleição foram: Celso Martins, Pedro Costa e Eugênio Luiz Gonçalves. Como aqueles perderam as eleições para Antônio Diomário de Queiroz, em 1994, os dois grupos se juntaram novamente e reconduziram Rodolfo Joaquim Pinto da Luz ao cargo de Reitor da UFSC, em 1998, para mais dois mandatos consecutivos. Construíram uma expressiva força política na UFSC e sempre que estiveram juntos garantiram a chegada de seus candidatos à Reitoria da UFSC e ao comando da ASUFSC.

v) Grupo da Elaine e da Raquel

Esse grupo se torna visível quando ocorre a crise no movimento

¹⁸VIEIRA, Pedro Antonio. A armadilha das urnas: 20 anos de eleições diretas e de continuísmo na UFSC. In: RAMPINELLI, Waldir José (Org.). **O preço do voto**: os bastidores de uma eleição para reitor. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Insular, 2008, p.55-62.

desencadeada pela atitude política do PT e da CUT em prol do capital e da manutenção da ordem social do país. Foi quando os governistas, em 2004, passaram a achar que o movimento independente deveria se manter atrelado ao Partido e à CUT, como se estes no poder fossem resolver todas as dívidas que o Estado tinha com os trabalhadores, em especial quanto a superação das desigualdades sociais. Com muita dificuldade para chegar a um consenso, Elaine Tavares, Raquel Moysés e outros membros do MAI fizeram frente aos adeptos do novo governo e partiram para uma ofensiva e ao mesmo tempo para uma tentativa de conscientização sobre o contexto político, tentando manter a resistência. O período foi difícil, pois mesmo estranhando as atitudes do governo, muitos queriam apostar e aguardar as prometidas mudanças na política nacional, que não vieram.

Apesar dos ganhos com as greves de 2005 e 2007, a defasagem salarial continuou, não vingou a implementação da jornada de seis horas diárias de trabalho para os TAEs, para que a UFSC passasse a atender por 12 horas ininterruptas com turnos de revezamento. Outros pontos da pauta nacional jamais foram atendidos.

Então, para uma melhor compreensão de todo esse movimento histórico, no primeiro capítulo abordaremos o processo de criação da ASUFSC e a influência do regime autoritário dos militares sobre a organização de classe dos TTAEs da UFSC. Também apresentaremos o processo de criação da nova sede da Associação e com ela a confirmação do atrelamento de suas diretorias à administração da UFSC, o crescimento do grupo de Nilto Parma e o posicionamento dos integrantes do Novo Sindicalismo.

No segundo capítulo apresentaremos a afirmação desse movimento democrático, tendo como ênfase a criação do SINTUFSC, que caracterizou sua institucionalização e consolidação, com a profissionalização da luta pela unificação da categoria.

No terceiro capítulo mostraremos o movimento grevista na UFSC, alavancado pelo movimento nacional puxado pela FASUBRA, tendo como destaque principal o desenvolvimento e o aprimoramento das greves do funcionalismo público no período de legalização do movimento sindical.

No quarto capítulo faremos as considerações finais apontando para a perspectiva da formação de novo grupo, que agrega nova geração de TTAEs influenciados pela filosofia e prática do MAI.

Em resumo essa pesquisa tratou do desenrolar da construção do movimento independente dos TTAEs da UFSC, mostrando algumas das resistências ocorridas internamente na categoria. Apresentou ainda o

processo de institucionalização do Novo Sindicalismo entre os trabalhadores da base sindical da FASUBRA, que em comparação com os sindicatos que deram origem ao movimento no ABC paulista resistiram às contrarreformas do Estado até a década de 2000.

2 A FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UFSC – ASUFSC: ÉPOCA DE REPRESSÃO, MEDO E ASSISTENCIALISMO

Com a vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5), foi implantada a Reforma Universitária e, com ela, a Reforma Administrativa na UFSC, que influenciou o grupo que constituiu a ASUFSC em 1969, na gestão do reitor João David Ferreira Lima,¹⁹ quando a administração central da Universidade ainda era situada no centro de Florianópolis, na rua Bocaiúva e a Associação ocupava um espaço provisório nesse local.²⁰

Nascida no período mais severo do regime militar,²¹ a ASUFSC foi constituída obedecendo à cultura ditatorial, estando assim seu primeiro Estatuto em conformidade com a legislação autoritária vigente no país e na UFSC.

Esse fato levou o Dr. Aluisio Blasi, sócio fundador da ASUFSC, a tecer um elogio no dia da fundação da Associação, declarando que o Estatuto recém-aprovado estava condizente com a Reforma Universitária, que trouxe em seu cerne a Reforma Administrativa,

[...] augurando o melhor êxito à associação recém-fundada, principalmente daqueles que foram os seus vanguardeiros – Vivaldi Garofalis, Antônio Miroski e Baltazar Carioni, dizendo mesmo que a ideia vinha ao encontro das normas estabelecidas pela Reforma Administrativa, que em seu artigo 94, item XIII, determina a revisão da legislação, com o objetivo de ajustá-la aos princípios e designação da função pública e do servidor público, estimulando o associativismo dos servidores para fins sociais e culturais.²²

Assim nasceu a ASUFSC e assim foi a organização dos TTAEs da UFSC até o final da década de 1970. Sua ação estava focada em

¹⁹ RODRIGUES, Icles. A UFSC na década de 1960: outras histórias. In: NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa (Org.). **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010, p. 17.

²⁰ ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UFSC.. **Ata da fundação da Associação dos Servidores da UFSC**, 11 de novembro de 1969. Livro n. 1, p. 1.

²¹CARVALHO, op. cit., 2008, p. 157-158.

²² ASUFSC, op. cit., p. 10.

atividades sociais, recreativas e assistenciais, já que toda manifestação política estava vedada em seu estatuto.

Em 1979, esse mesmo Estatuto foi reelaborado e aprovado, embora não tenham sido efetuadas grandes mudanças em seu texto (ver Apêndice A). O grupo antecessor, que permanecia na direção da entidade, então sob a liderança de João Roberto Dutra (1977-1979), encontrava-se em consonância com a abertura lenta, gradual e “irrestrita”, que procurava garantir ao Governo o controle ideológico sobre as instituições, principalmente sobre as entidades de classe.²³

Percebe-se que a presidência da ASUFSC e os filiados que a aprovaram também estavam em sintonia com as ações políticas dos militares, que cassaram os direitos políticos dos seus opositores e impediram a livre associação política. Os militares se utilizaram de atos institucionais como instrumentos legais de repressão.

Além das cassações, foram também usados outros mecanismos, como a aposentadoria forçada de funcionários públicos civis e militares. Muitos sindicatos sofreram intervenção, foram fechados os órgãos de cúpula do movimento operário, como a CGT e o PUA. Foi invadida militarmente e fechada a UNE o mesmo acontecendo com o ISER.²⁴

Entre o final dos anos 1970 e a primeira metade dos anos 1980, a repressão estava ainda instalada por toda parte, inclusive havia a presença de uma sucursal do Serviço Nacional de Informação (SNI) dentro do prédio da reitoria da UFSC.

Até 1985 havia uma sucursal do Serviço Nacional de Informações (SNI) no prédio da reitoria da UFSC. Os funcionários mais atentos tinham conhecimento da presença do SNI na Reitoria da UFSC, pois era assunto nos seus corredores apontar certo servidor como o “dedo-duro” do Governo na UFSC.²⁵

Além do controle exercido pelo SNI, havia o fato de que grande parte dos trabalhadores de Florianópolis não possuía uma autonomia

²³ Como ainda perdurava a ditadura militar no Brasil, os dirigentes das universidades federais e seus correligionários atuavam em todas as esferas sob o domínio dos atos institucionais, em especial do AI-5. Só aceitaram a institucionalização do Novo sindicalismo entre os TTAEs da UFSC depois da Constituição Federal de 1988.

²⁴ CARVALHO, op. cit., p. 164-165.

²⁵ Maria Machado, op. cit. 2011.

política e aceitava as opiniões das elites locais.²⁶ Portanto, falar de política partidária, organização trabalhista e tecer críticas ao governo continuaram a ser um tabu dentro das instituições públicas, mesmo depois de 1978. A tensão gerada com a permanência dos militares no poder até 1985 ainda pairava sobre as instituições públicas, os movimentos sociais e seus integrantes. Não havia segurança sobre o término do regime autoritário, cujo fim só começou a se concretizar quando o colégio eleitoral elegeu para presidente da República os civis Tancredo Neves e seu vice José Ribamar Sarney, sendo que este último assumiu de imediato a Presidência da República, em decorrência da morte de Tancredo Neves, oficializada em 21 de abril de 1985.

O fim da ditadura e do temor aos militares, só se concretizou com a Constituição Federal de 1988, que eliminou os principais resquícios autoritários e instituiu princípios democráticos no país, restabelecendo oficialmente, entre outras medidas, as eleições diretas²⁷ para presidente da República e a volta da livre associação de classe.

Fazendo parte desse cenário político, as instituições públicas, e em particular as universidades, foram sempre administradas por integrantes do grupo conservador, que aceitavam as condições – impostas pelos militares e posteriormente por seus sucessores civis –, para a administração dos serviços públicos, garantindo o gradual processo de abertura política e de redemocratização do país.

Foi dentro desse contexto que o governo permaneceu nomeando os dirigentes das universidades federais, porém, com novos aliados e com a novidade da consulta à comunidade universitária através de eleições para reitor a partir de 1984. Entretanto, apesar da consulta ser uma atitude democrática, o voto era paritário e os alunos possuíam menor poder de decisão nas urnas, mesmo sendo maioria entre as categorias votantes. Quem decidia as eleições eram os TTAEs e os professores. Além disso, o governo continuou interferindo no processo eleitoral com a exigência da lista tríplice dos candidatos mais votados,

²⁶VIEIRA, op. cit., p. 61-62.

²⁷ Houve, em todo o Brasil, um movimento civil de reivindicação por eleições diretas para presidente da República, em 1983/1984, chamado “Diretas Já”. Em Santa Catarina, uma parcela da imprensa contribuiu para garantir uma posição da opinião pública em defesa da campanha por esse movimento. Ver DUARTE, Rafaela. **Diretas Já em Santa Catarina: o movimento de redemocratização nos textos e imagens dos jornais O Estado, a Notícia e Jornal de Santa Catarina.** 1984. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – CFH, UFSC, Florianópolis, 2011.

cuja indicação final era feita pela Presidência da República. Na prática foi mantido o controle, antes existente, através desse novo mecanismo de poder, que se tornou híbrido e que deveria ser transitório.

Além do atraso político e social gerado pelos governos militares, a crise estrutural do capital desencadeada na década de 1970, trouxe recessão para os países do bloco central e se arrastou pelos longos anos 1980, afetando fortemente os países periféricos.²⁸ A crise foi geral e assolou a frágil economia brasileira; conseqüentemente, a classe trabalhadora pagou um preço alto, pois o salário mínimo continuou a decrescer com a inflação que se avultava.

Aceitando as condições colocadas pela crise e também a política do governo federal, a ASUFSC era a entidade que representava os trabalhadores da UFSC, mas que não promovia o debate político, não discutia com os trabalhadores a situação econômica do país nem a possibilidade do conflito de classes como forma de fazer a defesa dos salários e dos direitos trabalhistas. As sucessivas presidências da ASUFSC coerentes com o papel de “associativistas” preferiam aliar-se ao Estado a enfrentá-lo. Portanto, era necessário manter a ordem, controlar os TTAEs e cumprir literalmente o Estatuto da ASUFSC de 1979, que trazia em seu texto, no Art. 43, a indicação: “É expressamente proibido à sociedade manifestar, oficialmente, preferências políticas e religiosas”; e no Art. 44º: “Não são permitidas, nas dependências da sede da Associação, discussões de caráter político”.²⁹

Como se vê, na ASUFSC, as críticas ao governo e às suas políticas eram vetadas. Para manter a conformidade com o Estatuto de 1969, o estatuto reformulado em 1979 continha as mesmas finalidades, mais bem definidas em seu Artigo 2º

A associação tem por fim a concessão aos seus associados: I - assistência previdenciária e social; II - assistência médico-hospitalar, farmacêutica e odontológica; III empréstimos; VI armazém reembolsável; V colônia de férias; VI – assistência recreativa.³⁰

As finalidades da Associação estavam mais afinadas com os benefícios oferecidos pelos clubes recreativos e desportivos da época do que propriamente com uma entidade de classe. Essas concessões

²⁸MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 55-63.

²⁹ ASUFSC. **Estatuto da ASUFSC**. Florianópolis, 1979, p. 1.

³⁰Ibidem, p. 3 v.

mostram que a Associação passou a suprir aquilo que deveria estar na pauta da luta dos TTAEs. Como suas diretorias eram pacíficas e germinadas por dentro da cúpula da UFSC, a Reitoria ajudava fornecendo a infraestrutura necessária para o funcionamento da Associação, provendo principalmente pessoal do quadro de servidores efetivos, água, luz e telefone. Entretanto, seus filiados não recebiam os benefícios gratuitamente. Era necessário pagar taxas adicionais pelos serviços prestados, bem como efetuar a devolução dos empréstimos, com juros, e dos gastos com armazém e outros convênios comerciais, cujas despesas eram assumidas pela ASUFSC e, no final do mês, cobradas de seus filiados, com exceção dos materiais escolares que eram distribuídos para os filhos dos filiados mais carentes no início do ano letivo e dos brindes que eram sorteados nas festas.

Também a construção do grupo de Nilto Parma teve a participação direta da Reitoria da UFSC, que naquela época era dirigida por Ernani Bayer.³¹

Eu fiquei quatro gestões [como secretária da ASUFSC]. Devido ao seguinte: o Professor Ernani na época era o Reitor e ele me chamou no Gabinete [...] Ele me chamou pra fazer uma Chapa Política e Administrativa. [...] Ele me convidou pra entrar na chapa, a qual o Nilto Parma, que era recente na universidade, ia encabeçar. [...] O professor Ernani, dizem que ele que trouxe o Nilto lá de Itajaí pra trabalhar na Universidade. Foi ele que indicou. Foi por indicação do Reitor, que o Nilto e eu aceitamos concorrer contra o grupo do Antônio Carlos Silva e do Adir Vieira Filho.³²

Caracterizar esse grupo como de direita e atrelado à administração da UFSC não é um exagero, mas, um fato, que fica claro no depoimento acima, nas palavras de quem participou por quatro gestões consecutivas desse empreendimento político.

Assim, a década de 1980 foi marcada por diretorias que pertenciam ao grupo hegemônico liderado pelo servidor técnico-administrativo Nilto Parma, cujos presidentes foram os seguintes: Nilto Parma, de 1981 a 1983; Luis Henrique Prazeres, de 1983 a 1985; e João

³¹ Ernani Bayer foi reitor da UFSC entre os anos de 1980 e 1984.

³² Ida Lúcia de Araujo Ruiz. *Entrevista concedida a Maria Nazaré Wagner*. Florianópolis, 5 maio 2011.

Batista Furtuoso de 1985 a 1987 e de 1987 a 1989. Foram oito anos de uma gestão atrelada ao Estado que no início do movimento do Novo Sindicalismo na UFSC não se posicionava a favor da greve, apresentando com essa atitude sua posição política conservadora.

Essas gestões também não demonstravam acreditar na possibilidade de pressão sobre o governo como condição para a ampliação e a manutenção dos direitos trabalhistas dos TTAEs. Esses fatores justificaram a continuidade de um projeto passivo de Associação diante da gestão da UFSC e do governo federal até o final dos anos 1980.

Na UFSC, os gestores do período, tais como Ernani Bayer, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz e Bruno Schlemper Júnior,³³ assim como os diretores da ASUFSC, numa nítida subordinação ao governo, viam na ampliação dos benefícios e no assistencialismo uma forma de manter o controle sobre os TTAEs.

Apesar da política salarial precária, o governo se negava a promover os reajustes necessários que reparassem a defasagem dos salários. Por muitos anos os salários ficaram congelados, enquanto a inflação prosseguia.

Os anos 80 foram anos difíceis de salários muito baixos, pois o Governo não cedia aos apelos da base da FASUBRA, que fazendo pressão com greves e apresentando nas ruas as angústias e o espanto com as políticas públicas, levava ao Governo as reivindicações da categoria por melhores remunerações e por mais verbas para a educação, especialmente para as despesas com pessoal. As pressões dos trabalhadores fizeram com que o Governo adotasse políticas de reposição da inflação que vieram com o Plano Funaro e o Plano Bresser para todos os trabalhadores. Mas, as políticas salariais que faziam a reposição pelos índices de inflação oficial eram paliativas devido à grande perda salarial acumulada desde a década de 1970 e os salários continuavam com baixo poder de compra. Para os trabalhadores subordinados ao poder executivo, do governo federal a crise ficou mais difícil ainda quando Collor cancelou os aumentos de 84% e 26% sobre a inflação que fora concedido aos demais. Ficamos automaticamente

com uma defasagem de 110% em relação aos demais trabalhadores.³⁴

A defasagem salarial era evidente e, para os trabalhadores dos serviços públicos, tornara-se insustentável. Assim também ocorreu com o financiamento da educação e de outros setores do serviço público que sofreram cortes significativos em suas verbas para manutenção e funcionamento. A justificativa apresentada pelo governo era sempre a mesma, ou seja, o cumprimento dos contratos com a dívida externa, cujos juros se avolumaram tanto, a ponto de não possibilitarem investimentos internos. Portanto, ficava caracterizado que quem pagava o preço da crise eram os trabalhadores e que o dinheiro que constituía o fundo público dos trabalhadores brasileiros era direcionado para o Fundo Monetário Internacional (FMI) e para os demais credores. Para o governo, a economia e a população brasileira não eram prioridade. Em primeiro lugar estavam as economias do centro do capital que haviam produzido a crise e exigiam o cumprimento dos contratos.

2.1 TEMPOS DE MISÉRIA E DE EUFORIA: A CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA ASUFSC

Apesar da crise salarial pela qual passava a classe trabalhadora brasileira, no início da década de 1980, atendendo aos apelos do processo de desenvolvimento do país, a UFSC passava por um período de expansão de seus cursos e de suas instalações, na gestão do então reitor Caspar Erich Stemmer: “O início da década de oitenta se evidenciou pela expansão do Centro de Ciências da Saúde (CCS). A criação do Hospital Universitário possibilitou o avanço do CCS por meio da assistência, ensino e pesquisa”.³⁵ Essa expansão ocorreu também em outros setores da UFSC. Consequentemente, o número de trabalhadores técnico-administrativos e docentes também foi ampliado.

Esse processo de expansão física e de pessoal da UFSC trouxe o consequente aumento do número de associados à ASUFSC, e com ele a proposta de construção de uma sede definitiva para a Associação. Em sua gestão, durante o biênio 1982-1984 (ver Apêndice B), como

³⁴ Maria Machado. op. cit., 2012.

³⁵ BRISTOT, Lidia Schneider. In: NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa (Org.). **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010, p. 183-238.

presidente da Associação, Nilto Parma obteve do reitor Ernani Bayer a concessão de um terreno pertencente à UFSC para a construção da esperada sede.³⁶

As novas instalações da ASUFSC foram projetadas pelo Escritório Técnico e Administrativo da UFSC (ETUSC), sob a coordenação do arquiteto Antônio Carlos Silva. A construção obedeceu à mesma aparência arquitetônica dos novos prédios que estavam sendo construídos no *campus* da UFSC. Externa e internamente de tijolos a vista e com o concreto, a instalação hidráulica e elétrica aparentes.³⁷ A inauguração da nova sede aconteceu em 1985, quando a ASUFSC era presidida por Luiz Henrique Prazeres.³⁸

Com a conclusão da obra, a Associação saiu do endereço provisório no Centro de Ciências Físicas e Matemáticas e passou para o atual endereço, localizado no início do Bairro Córrego Grande, dentro dos domínios do *campus* da UFSC, em Florianópolis.

Para os filiados foi uma grande conquista, pois com mais espaço físico foi possível cumprir algumas das propostas de benefícios previstos no primeiro Estatuto da Associação como, por exemplo, a assistência odontológica, que passava a ser oferecida a preços mais baixos que os encontrados no mercado, a partir da instalação do gabinete odontológico na nova sede considerada definitiva.

A conquista de uma sede para a ASUFSC, e com ela a expansão dos benefícios e da recreação, fez com que Nilto Parma crescesse no papel de liderança entre boa parte dos trabalhadores técnico-administrativos.

A gestão presidida por Nilto Parma foi uma das mais profícuas em termos de realização na ASUFSC, destacando-se a construção de sua sede social, do jardim de infância, dos gabinetes odontológicos e jurídicos e das conquistas trabalhistas, além de todos os movimentos salariais desencadeados pela categoria, fazendo com que a UFSC fosse uma das pioneiras na conquista de muitos direitos até então negados pelo Governo. Até hoje o amigo Parma é tido como uma das principais lideranças surgidas no

³⁶ VIEIRA, op. cit., p. 64.

³⁷ SILVA, Luiz Henrique da. **Escritos e rabiscos**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2011, p. 106.

³⁸ Conforme placa de fundação da ASUFSC, que está afixada na parte frontal do SINTUFSC.

meio dos servidores técnico-administrativos, admirada e respeitada por todas as categorias.³⁹

Essas conquistas trabalhistas a que se refere o autor do elogio acima, no entanto, não foram mérito da gestão, pois dependeram das pressões contra o governo exercidas pelos trabalhadores ao radicalizarem a ação política com greves gerais por tempo indeterminado, que eram realizadas em todas as universidades brasileiras.

Como diretor do Departamento de Pessoal da UFSC, Nilto Parma, entre os anos 1984 e 1988, fazia a ponte entre a UFSC e o Governo Federal quando o assunto era questão de pessoal, passavam por ele as mudanças e as verbas que afetavam a folha de pagamento da UFSC. Assim, ele tinha liberdade para usar, quando necessário, todos os meios possíveis para cumprir sua missão de não permitir que membros do Novo Sindicalismo assumissem a diretoria da ASUFSC.

Nas eleições de 1989, o próprio Nilto Parma da chapa Identidade do Servidor, saiu pelo campus da UFSC arrancando cartazes da chapa do MAI. Lembro que o MAI divulgou na ocasião um boletim que trazia a foto do Nilto na capa, bem grande e visível, arrancando os cartazes do MAI.⁴⁰

Em contrapartida, as ações políticas da esquerda primavam pela conduta ética, pela transparência e pela autonomia política. Havia o compromisso de não permitir o retrocesso no processo de redemocratização, bem como a necessidade de ganhar a opinião pública atuando de maneira consequente. Por terem muito claros os princípios democráticos, os membros do grupo de esquerda se diferenciavam dos da direita ao não transgredirem as normas, com destaque para as eleitorais, e cumpriam e cobravam o cumprimento da legislação vigente nas universidades.

Essa atitude, baseada em princípios universais de justiça, democracia, transparência, autonomia, isonomia e liberdade de expressão, era o que caracterizava a cultura do Novo Sindicalismo. Condenavam as práticas espúrias e denunciavam as atitudes antiéticas de seus adversários.

Entretanto, a desobediência civil sempre foi usada pelo movimento, aliás, sempre foi uma ousadia dos trabalhadores de todo o

³⁹ SILVA, op. cit., 2011, p. 110.

⁴⁰ Maria Machado, op. cit., 2012.

mundo diante das leis burguesas, como meio de chamar a atenção das autoridades, dos patrões, da população e da imprensa. Era uma das atitudes frequentes dos TTAEs. A própria greve não era autorizada na década de 1980. Em nível interno, as entradas do *campus* da UFSC, o Departamento de Administração Escolar (DAE), o Núcleo de Processamento de Dados (NPD) e a própria reitoria da UFSC, foram fechados diversas vezes, quando o governo não queria negociar com os trabalhadores. Já em nível externo, em passeatas e manifestações unificadas com outros setores do trabalho, as ruas do centro da cidade, a Ponte Colombo Sales e a Ponte Pedro Ivo Campos foram fechadas várias vezes, mostrando a insatisfação e o descontentamento dos manifestantes com relação às políticas do governo.

Mas, apesar da ação sistemática ao longo dos anos, a oposição ao grupo de Nilto Parma não conseguia tomar a direção da ASUFSC. E isso se estendeu por longos 11 anos, de 1978, na gestão de João Dutra (ver apêndice B), até 1989, quando enfim o grupo de esquerda logrou mudar os destinos da Associação. Desde 1978 – com a primeira chapa organizada por Antônio Carlos Silva –, houve a disputa dentro da ASUFSC, mas não era coisa fácil travar batalha contra uma entidade tão visceralmente agarrada ao poder. A esquerda só conseguiu vencer num momento histórico determinado, de abertura e democratização, quando a Constituição Federal trouxe garantias de sindicalização ao funcionalismo público.

Durante toda a década de 1980 houve uma brutal desigualdade nas disputas eleitorais para a presidência da ASUFSC.

O Assis [José de Assis Filho] era do grupo do Nilto, porém passou para o grupo da Helena. No nosso grupo ficamos muito triste, porque a gente trabalhava tanto, ficava até de madrugada tirando os cartazes dos postes lá do grupo da Helena e depois ele passou para o lado dela.⁴¹

As disputas eram como na política partidária, caracterizando um confronto entre direita e esquerda. Com todos os direitos e regalias para a direita e os rigores da lei para a esquerda, que enfrentava vários impedimentos para chegar ao poder. Apesar da relação de força desigual, o grupo de Silva e Helena Olinda Dalri jamais cogitou fazer acordos políticos com a gestão, que o tratava como um opositor subversivo.

Apesar da consulta aos filiados parecer um ato democrático, o

⁴¹ Ida Lúcia de Araujo Ruiz, op. cit., 2011.

Estatuto e a prática da antiga diretoria da ASUFSC não permitiam espaço para a oposição dentro da Associação, pois não admitiam a discussão política, que era uma das características principais do movimento do Novo Sindicalismo.⁴²

Como aconteceu com toda a base da FASUBRA, a luta interna dos trabalhadores da UFSC deu-se não somente contra a administração da UFSC, mas também contra as diretorias das Associações que, em quase todo o país, agiam abertamente como aliadas da administração central das universidades.

Entretanto, a ASUFSC foi importante para o movimento, uma vez que: a) serviu de ponto de encontro dos TTAEs; b) suas assembleias proporcionaram a discussão política entre os dois grupos principais, possibilitando aos TTAEs a oportunidade de diferenciarem as posições que estavam pautadas em propostas diferentes para a universidade e seus trabalhadores; c) propiciou maior participação dos TTAEs nas disputas eleitorais pelo controle da entidade e pelo controle da UFSC; d) permitiu sua transformação em sindicato, conforme orientação do movimento em nível nacional e do processo democrático em curso.

A entidade era reconhecida pela categoria e legitimada pela administração da UFSC, como veremos adiante. Foi nesse espaço que se institucionalizou e concretizou a independência política dos trabalhadores da UFSC, que mais tarde optaram pela sua transformação em Sindicato.

2.2 A INFLUÊNCIA DO PT E DA CUT NA CONSTRUÇÃO DO NOVO SINDICALISMO NAS IFES

Com uma conjuntura política favorável promovida pela “abertura” política controlada pelos militares e mesmo sob medo e suspeita de retrocesso, a esquerda aproveitou a brecha e construiu o processo de democratização com a participação da população:

Logo depois de empossado na presidência da República, em 1974, o general Ernesto Geisel deu indicações de que estava disposto a promover um lento retorno à democracia. São complexas as razões para o que se chamou de “abertura” política. Discutiu-se muito se ela partiu dos militares ou da pressão oposicionista. Há

⁴² ASUFSC. Estatuto da ASUFSC. In: ASUFSC. **Ata da Fundação da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, 11 nov. 1969. Artigos 16 e 17. p. 5.

evidência suficiente para se admitir que o pontapé inicial partiu do general e dos militares a ele ligados. A oposição aproveitou com inteligência o espaço que se abria e contribuiu para levar a bom êxito a empreitada.⁴³

Segundo Carvalho (2012), o Novo Sindicalismo não foi um movimento paralelo à abertura promovida pelos militares. Ele veio junto e foi o movimento que trouxe para o cenário político nacional o retorno da independência política da classe trabalhadora brasileira – aquele do início do século XX –, mobilizando vários segmentos da população. Por dentro do movimento foi fundado, em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT), cuja liderança principal foi o trabalhador metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva – Lula.⁴⁴ O Partido nasceu do movimento e adquiriu uma adesão significativa devido às mudanças que ocorreram na organização da classe trabalhadora. Deu sustentação à organização dos trabalhadores em todo o Brasil e vice-versa. Invadiu, com seu discurso progressista,⁴⁵ os serviços públicos, fábricas, outros setores da economia e o meio rural. Denunciou o sistema de exploração do capital sob o qual a classe trabalhadora brasileira estava submetida e aos poucos foi expandindo seu campo de atuação.

As greves dos trabalhadores paulistas e dos demais estados da federação eram parte desse movimento que promovia a mobilização para o enfrentamento político com os patrões e o Estado. Segundo Ricardo Antunes, esses movimentos: “tiveram como motivação primeira a reposição salarial, a luta contra a subtração e a degradação dos salários ou, no caso das greves gerais, dos decretos que arrojavam ainda mais os salários.”⁴⁶

O PT nasceu como um partido que era contra o sistema de exploração do capital, entretanto não era um partido revolucionário no sentido marxista-leninista. Era um partido socialista democrático em sua origem e, segundo Pedro José Floriano Ribeiro, rejeitava a ordem burguesa, mas agia por dentro dela, com seus parlamentares se opondo a tudo que viesse a reformar essa ordem:

[...] o poder não seria conquistado tomando de

⁴³ CARVALHO, op. cit., p. 173.

⁴⁴ www.pt.org.br

⁴⁵ Discurso progressista era o discurso que defendia o progresso do país com a inclusão participativa da população, dos trabalhadores em geral, cuja meta era alcançar melhores condições de vida para todos, com mudanças profundas na estrutura da sociedade.

⁴⁶ ANTUNES, op. cit., p. 42.

assalto o Estado – como no modelo marxista-leninista – mas sim seria conquistado pela sociedade, rejeitando o Estado como panaceia para a solução dos problemas sociais quanto como lócus para reformas de cunho social-democrata.⁴⁷

Inicialmente o movimento na base sindical aliada ao PT seguia essa orientação de ser contra os projetos reformistas do Governo e, a princípio, sua posição foi contrária a vários projetos que considerava prejudiciais à classe trabalhadora. O Partido participou da construção da Constituição Federal (CF) de 1988 com uma proposta de regime de governo parlamentarista, que foi vencida. Mais tarde, com o resultado do plebiscito realizado em 1993, reconheceu que a base partidária queria o presidencialismo.

Sendo contra os projetos burgueses, nessa época o PT foi contra a permanência do imposto sindical na CF de 1988 e contra o Plano Real em 1994, considerando que o imposto manteria o atrelamento das organizações de classe ao Estado e que o plano econômico desenvolvido por Fernando Henrique Cardoso seguiria o fracasso dos planos antecedentes. Na ocasião, essa posição foi absorvida pelo movimento, e usada como argumento contra o Governo.

Há muito os trabalhadores queriam a criação de uma central que garantisse a sustentação do movimento sindical; entretanto, a conjuntura e a legislação anterior não permitiram.

A CUT nasceu, constituindo-se como leito natural das várias correntes, tendências, grupamentos e individualidades que atuavam no universo sindical mais combativo. Aglutinou-se desde o sindicalismo independente, isto é, sem militância política anterior e sem uma convicção ideológica consolidada, a qual cada vez mais a figura de Lula tipifica, à qual se somaram amplos contingentes da esquerda católica. [...] Aglutinou-se, também, tendências socialistas, e comunistas várias.⁴⁸

Com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), também o Partido cresceu vertiginosamente por todo o país e intensificou sua pressão sobre o governo, apresentando, por um lado, propostas que eram do interesse dos movimentos sociais e, por outro,

⁴⁷ RIBEIRO, Pedro José Floriano. O PT sob uma perspectiva sartoriana: de partido anti-sistema a legitimador do sistema. **Política & Sociedade**: revista de sociologia política, Florianópolis, Cidade Futura, v.1. n. 3, p. 50-51, 2003..

⁴⁸ ANTUNES, pp. cit., p. 30.

defendendo os interesses da classe trabalhadora, ao abrir a discussão contra os projetos que não incluía ou prejudicavam os trabalhadores. Naqueles dias, tanto para os trabalhadores quanto para os intelectuais de esquerda, o PT representava a única opção partidária e política para realizar mudanças no sistema político brasileiro. Os movimentos de classe se identificaram com seus princípios morais agregados no discurso do Partido que crescia atrelado principalmente ao mundo sindical independente.

A bancada parlamentar do PT foi aos poucos se ampliando. Agia em consonância com os interesses do movimento sindical e sua base aliada integrou membros do antigo Partido Comunista. Recebeu apoio de outros partidos de esquerda, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Popular Socialista (PPS), que, ao verem a força desse movimento e o crescimento vigoroso do PT, se aliaram a este na defesa da classe trabalhadora brasileira que amadurecia politicamente mostrando poder de mobilização contra as políticas de interesse das elites.

Com toda essa coligação de esquerda e com a atuação parlamentar garantida nas eleições diretas para os diferentes cargos de representação política,⁴⁹ o Partido conseguiu representatividade legítima e a classe trabalhadora passou finalmente a ter acesso à defesa nos fóruns máximos de discussões políticas oficiais. As informações sobre as pretensões políticas do governo, que antes eram privilégio da elite, num tempo recorde para o período, chegavam às organizações de base da classe trabalhadora. Assim, os integrantes desse movimento puderam finalmente intervir – mesmo que de forma limitada – nos projetos do governo, através da atuação política institucionalizada dos partidos de oposição, especialmente do PT, cuja representação partidária se ampliava ao longo dos anos.

Na UFSC, o movimento dos trabalhadores seguia duas vertentes. No campo da esquerda estavam aqueles que se alinhavam às propostas defendidas pelo PT e CUT, de corte trabalhista; em outro grupo estavam os que permaneciam na mesma estrutura assistencialista, típica das políticas de direita. Nesse segundo grupo, a posição intransigente de seu dirigente máximo, Nilto Parma, na defesa da velha política patrimonialista de Estado, fez com que o movimento progressista se desenvolvesse à revelia da diretoria da ASUFSC, forçando, com resistência, uma mudança significativa na postura política dessa

⁴⁹As representações políticas a que me refiro dizem respeito aos cargos de vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal e de senador.

Associação, rumo à sua sindicalização.

Mesmo havendo controvérsias sobre quem garantiu o processo democrático, aqueles dias de efervescência foram cruciais para que o grupo de esquerda avançasse e conseguisse, finalmente, ganhar as eleições. Assim, em 1989 começa um novo tempo para os trabalhadores da UFSC, pois o novo grupo à frente da associação iria começar a batalha para transformar a entidade assistencial em sindicato, como acontecia nos demais estados da Federação. Esse novo contexto aprofundou o processo de politização dos trabalhadores técnico-administrativos da UFSC na direção de sua sindicalização, dentro dos moldes do Novo Sindicalismo.

A ASUFSC teve a oportunidade de mudar anteriormente, como muitas outras associações o fizeram, como a própria Associação dos Professores da UFSC (APUFSC) já havia feito. Porém, resistiu à institucionalização do movimento. Quem perdeu com essa postura foi a categoria. Porém, em 1992, num abril histórico, nasce o Sindicato dos Trabalhadores da UFSC, completamente alinhado com os pressupostos da luta trabalhista independente que se avolumava no Brasil.

Apesar disso, aceitar a filiação do SINTUFSC à CUT não foi tarefa fácil. Foram necessárias muitas discussões, num momento em que o Sindicato era dirigido pelo grupo de Nilto Parma e se encontrava sob as lideranças de João Batista Furtuoso e de Roberto José Dias de Andrade, ambos afinados, naquele instante, com a política defendida pela Força Sindical, que estava disputando espaço entre os trabalhadores num visível atrelamento com o governo federal e os patrões.

Ainda assim, depois de muitos debates, a categoria aceitou a filiação à CUT, em 1995 (ver Apêndice A), e por um bom tempo atuou criticamente juntamente com a Central, buscando construir políticas que defendessem os trabalhadores da reforma do Estado que estava em curso e que viera para retirar direitos antes conquistados. O movimento entrava na defensiva.

Entretanto, anos depois, já no primeiro mandato de Lula, o atrelamento da CUT ao governo fez com que a direção do SINTUFSC propusesse sua desfiliação. De novo, esse não foi um processo fácil, pois além de enfrentar os opositores de sempre, havia agora também os “novos governistas”, aqueles que permaneceram filiados ao PT e que pretendiam permanecer com a CUT, aceitando a condição de ser essa uma central “pelega,” mas que ainda fazia a defesa dos trabalhadores. Não viam que a reforma da estrutura sindical proposta pelo governo do PT amarraria ainda mais os sindicatos ao Estado.

A ascensão de Lula ao governo federal em 2003

trouxe um agravamento neste problema, pois levou a um salto na perda de independência dos sindicatos em relação ao governo e ao Estado. Isso ocorre pelas relações de Lula e seu governo com as organizações sindicais mais importantes do país, que passaram a apoiar o governo, abandonando qualquer perspectiva de luta contra ele. Na verdade, o caminho seguido pela burocracia que dirige a CUT foi apenas o caminho natural, a partir das opções que já havia feito antes.⁵⁰

Não perceberam a reforma e consideravam e ainda consideram que a aproximação com o Partido e a Central desenvolvida nas décadas anteriores seria suficiente para que o governo passasse a atender as reivindicações dos trabalhadores. Não questionaram a reforma sindical que estava sendo construída e que manteve a estrutura sindical atrelada ao governo como aquela existente antes de 1988:

A questão central nessa contra-reforma, no entanto, não é o controle estatal sobre a estrutura sindical em si, o qual será sem dúvida aprimorado pelo Estado, ao passar a definir requisitos de representatividade e de participação; regras para a eleição; uma contribuição negocial compulsória; o formato dos estatutos das entidades; uma estrutura nacional normatizadora, entre outros tantos aspectos abrangidos pela contra-reforma. O que pretendemos aqui é buscar o objetivo central dessa proposta, a razão de tão cuidadosa regulamentação. [...] Se buscarmos a sua essência, nos depararemos nos textos da Exposição de Motivos do Ministro do Trabalho e Emprego Ricardo Berzoini sobre a Reforma para a Modernização da Legislação Sindical Brasileira apresentada em 2005, da PEC e do Anteprojeto de Lei, com o firme e claro propósito de pacto social, de conciliação das classes envolvidas na relação capital trabalho, entre as quais vigorará mediante a aprovação da "reforma", e acima de tudo, o produto da negociação coletiva, o que colocará em risco direitos conquistados e garantidos em lei. E essa é a questão central que vemos essa proposta

⁵⁰ ALMEIDA, José Maria de. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007, p. 66.

reproduzir.⁵¹

Os novos governistas não queriam ver que jamais existiu governo amigo de trabalhador. Que um governo que está a serviço do capital não pode estar a serviço do trabalhador. Que apenas no enfrentamento entre patrões e empregados é possível a este último obter melhores ganhos, mesmo que a estrutura seja socialista.⁵²

Ainda assim, depois da realização de vários debates e seminários, a categoria optou pela desfiliação, em 2004 (ver Apêndice A). Com tal medida, o SINTUFSC, respaldado pela categoria, manteve sua coerência com os princípios do Novo Sindicalismo, particularmente, mantendo sua liberdade em relação ao Estado e à Central, quando esta última passou a apoiar a reforma sindical do novo governo e a desmobilizar a base.

A filiação do SINTUFSC à CUT ocorreu entre o período de 1995 a 2004. Durou apenas nove anos.⁵³ Até a chegada do PT ao poder, a CUT representou uma alternativa de Central que estava condizente com a filosofia do Novo Sindicalismo.

A Central teve papel decisivo para a unificação da luta da classe trabalhadora brasileira. Entretanto, o governo Lula capitulou e logo de início mostrou a que veio: fazer as reformas que o governo de Fernando Henrique Cardoso não havia feito, como a reforma da previdência. Para fazer as manifestações de resistência à reforma os trabalhadores não contaram com o apoio da Central, que tentou neutralizar o movimento.

Não foi um processo fácil tentar segurar o movimento autônomo dos TTAEs da UFSC. Num primeiro momento, em 1995, o MAI havia convencido os trabalhadores sobre a necessidade e a importância de filiação à Central. Depois, em 2004, com a atuação visível do governo do PT e da CUT em prol dos interesses do sistema capitalista, era imprescindível reverter a situação com a proposta de desfiliação, para manter a autonomia em relação ao governo e, quando necessário, enfrentá-lo sem as amarras que existiam nas difíceis décadas do século XX.

Assim, o SINTUFSC foi uma das primeiras entidades da base da FASUBRA a romper com a CUT, na Assembleia Geral da categoria realizada no dia 27 de outubro de 2004.⁵⁴

⁵¹ GUSMÃO, Rute. A contra-reforma sindical do governo Lula. **Cadernos Especiais**: Série: As Reformas do Governo Lula. n. 15, p. 2-3, 2005.

⁵² MARX, Karl. O manifesto do Partido Comunista, 1980.

⁵³ Jornal **Circulação**, p. 1. 28 out. 1994.

⁵⁴ Ata da Assembleia Geral do SINTUFSC, realizada no dia 27 de outubro de 2004, p. 2.

Em assembleia geral dos trabalhadores da UFSC no dia 27 de outubro, foi colocada em pauta e aprovada, por maioria, a desfiliação do Sintufsc da Central Única dos Trabalhadores, a CUT. Houve um voto favorável à permanência na CUT e três abstenções. O Sintufsc fez dois debates anteriores para discutir o assunto, conforme deliberação em assembleia. Agora, o sindicato vai formalizar a decisão à Central. Os debates podem ser acessados aqui. Mais informações na próxima edição do jornal Circulação.⁵⁵

Após a desfiliação do SINTUFSC à CUT, aumentou a pressão da base do SINTUFSC para que a FASUBRA rompesse definitivamente com a CUT e o PT. Essa pressão teve repercussão nacional e acirrou o debate na Federação. Porém, o rompimento definitivo da Federação com a CUT ocorreu apenas no XX Congresso da FASUBRA (CONFASUBRA), em 15 de maio de 2009,⁵⁶ e alguns ex-integrantes e ex-simpatizantes do PT prosseguiram em sua atuação em defesa do movimento livre, numa conjuntura complicada e ambígua, que colocou a classe trabalhadora como coadjuvante do governo de Lula e Dilma, também articulados com as políticas neoliberais.

A crise estrutural do capital, em que a classe trabalhadora sobrevive explorada, impôs a reestruturação produtiva, a precarização do trabalho, a flexibilização das relações trabalhistas. Na vigência das políticas neoliberais, em que a desigualdade social e a miséria foram aprofundadas, a classe dominante necessita garantir com eficácia a solução de conflitos no âmbito da empresa e do Estado para dar continuidade à desregulamentação das relações de trabalho e ao arrocho salarial. Para tanto precisa de uma estrutura e de uma legislação que fortaleçam o sindicalismo que concilia com os interesses da burguesia. A proposta do FNT pretende assegurar meios para a rápida solução de conflitos entre trabalhadores e empregadores. A idéia é adotar mecanismos de conciliação, mediação e arbitragem utilizando para tanto meios

⁵⁵ Assembleia aprova desfiliação à CUT. Jornal **Circulação**, p. 1. 28 out. 2004.

⁵⁶ FASUBRA Sindical. **Memorial 30 anos: linha do tempo**. Brasília, 2011, p. 69.

públicos ou privados.⁵⁷

Lula, ao dar continuidade à política neoliberal, faz a reforma da previdência e tenta também reatrelar o Novo Sindicalismo ao Estado, usando para isso sua base sindical, que continuou atuando nos sindicatos, federações e outras entidades organizadas de forma autônoma, na busca de apoio para seu governo e para suas pretensões de permanência no poder.

2.3 O NOVO SINDICALISMO CHEGA À FASUBRA E REFORÇA O MOVIMENTO NA BASE

A ASUFSC dos anos 1980 foi marcada por diretorias que pertenciam ao grupo de Nilto Parma, o qual permaneceu no controle da Associação por quatro gestões consecutivas, entre 1981 e 1989. Substituiu o grupo do ex-reitor João David Ferreira Lima que encabeçou a entidade entre 1969 e 1981, conforme depoimento abaixo:

O Nilto ganhou as eleições de 1981. Depois, após dois anos, teve nova eleição, e sempre entrou [na presidência] um membro do grupo do Nilto, do qual era o líder. Por isso que [...] a Universidade ficou com uma política interna de funcionários. Ficou com dois grupos, um era o da esquerda e o outro era da direita. O Nilto seria o da direita, toda a vida, e havia o grupo da esquerda que era da Helena. Que depois de quatro gestões ela conseguiu então. [chegar à presidência].⁵⁸

Entretanto, apesar de se opor ao movimento grevista, seu grupo se envolveu indiretamente com o movimento do Novo Sindicalismo, porém, na condição de opositor aos ideais deste. Com o grupo de Nilto Parma dirigindo a Associação naquele período, muitas vezes foi necessário pressioná-lo a chamar às assembleias gerais da categoria, para encaminhar a discussão e a posição dos TTAEs da UFSC diante das campanhas salariais e dos indicativos de greve da FASUBRA.

Naqueles dias, também as mudanças em nível nacional ocorridas na diretoria da FASUBRA reforçavam o movimento do Novo Sindicalismo entre os TTAEs da UFSC e de outras IFES. A FASUBRA, por pressão da base, alinhou-se ao movimento e foi levada a fazer transformações profundas em sua política de atuação. Essas mudanças

⁵⁷ GUSMÃO. op. cit., p. 4.

⁵⁸ Ida Lúcia de Araujo Ruiz, op. cit., 2011.

se concretizaram em 1984, quando em seu I Congresso, por pressão da base, se declarou uma entidade classista, cuja ação principal era mobilizar a base da categoria e fazer a defesa dos direitos dos trabalhadores das IFEs, servindo como interlocutora dos TTAEs com o Governo Federal, além de se declarar a favor da luta pela redução da jornada de trabalho de oito para seis horas diárias. A Federação partiu para a organização decisiva das greves gerais da categoria. Participou de vários eventos ainda maiores, como as greves gerais do funcionalismo público federal e apoiou movimentos que ocorreram em outros setores da economia.

De uma entidade que agregava as associações assistenciais, festivas e recreativas, a FASUBRA passou a ser uma organização que defendia de forma decidida e agressiva – recorrendo às greves de longa duração que caracterizaram um movimento ofensivo, de resistência –, os interesses políticos e econômicos dos trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), principalmente em defesa dos salários e do plano de carreira. Deixou de ser burocrática e foi abandonando seu vínculo com o governo. Passou a ser política, no sentido progressista que a palavra utilizada pela esquerda possuía na década de 1980. Aderiu ao Novo Sindicalismo e construiu juntamente com sua base a defesa efetiva da categoria.

Porém, como veremos adiante, mais tarde a influência do PT e da CUT sobre a Federação irá prejudicar o movimento em toda a base da FASUBRA, bem como todos os movimentos sociais do país serão fortemente abalados com a presença do PT à frente do governo federal.

2.4 A ASUFSC REJEITA O NOVO SINDICALISMO NA UFSC

O grupo de Nilto Parma impediu a evolução do movimento grevista dentro da Associação, assim como anteriormente fez a FASUBRA, até 1984. Assumiu uma posição contrária ao Novo Sindicalismo e fez seu papel de gestor fiel, condizente com a política de governo que estava em curso no país. Exerceu, sempre que pôde, um controle sobre os TTAEs para que não fossem totalmente absorvidos pela filosofia do Movimento. Só se rendeu à sindicalização após sua legalização em 1988. Mesmo assim, continuou com sua posição de não aceitar a transformação da Associação para Sindicato. Esse grupo não queria o sindicato. Seus integrantes não queriam ser sindicalistas, não queriam perder a Associação e sua forma de atuação que haviam construído ao longo dos anos anteriores.

Nos anos 1980, contraditoriamente, quando se defrontavam com

as campanhas salariais que vinham com o indicativo de greve, os membros do grupo de Nilto Parma conduziam as assembleias sem se comprometer com discursos favoráveis à greve.⁵⁹ Nos momentos de votação das propostas, não se posicionavam. Os integrantes da mesa não votavam. Os membros da diretoria não votavam nem se justificavam diante da questão política que estava colocada pela Federação. Mantinham-se neutros. Comportavam-se como se a greve fosse um assunto que não lhes pertencia.

Segundo depoimento de Silva, numa assembleia geral da ASUFSC, dirigida por Nilto Parma, cuja pauta principal era discutir o indicativo de greve geral da categoria e a indicação de delegados para o Congresso da FASUBRA, a coordenação da mesa – percebendo que os TTAEs iriam aprovar o indicativo de greve –, retirou-se da assembleia e a oposição assumiu a coordenação dos trabalhos. A assembleia aprovou a greve e indicou os delegados. Entretanto, contraditoriamente, a diretoria da ASUFSC também mandou seus delegados para o Congresso, com a finalidade de votarem contra a greve.

Nas assembleias, o pessoal do movimento votava a favor da greve e o grupo de Nilto Parma e Rodolfo votava contra. Iamos para os Congressos da FASUBRA e nós votávamos a favor da greve; eles contra. Certa vez, Nilto Parma estava dirigindo uma das primeiras assembleias e, quando viu que os trabalhadores presentes votariam pela greve, ficou revoltado e se retirou junto com toda a mesa, abandonando os trabalhos. [...] Nas assembleias seguintes passaram a se organizar e a se manifestar da seguinte maneira: as chefias dos locais com maior lotação de pessoal traziam seus trabalhadores para votarem em bloco contra o indicativo de greve. Era o caso típico do pessoal do Restaurante Universitário (RU) e da reitoria da UFSC.⁶⁰

Esse ato “desastroso” da referida liderança aponta menos para a inexperiência e mais para uma posição clara de compromisso com a legalidade, bem como expressa o medo que havia em relação à

⁵⁹ Durante as greves da década de 1980 o grupo sempre se esforçou para não entregar o poder para a esquerda, sob a garantia da administração antidemocrática da UFSC.

⁶⁰ Antônio Carlos Silva. Entrevista concedida a Maria Nazaré Wagner. Florianópolis, 13 fev. 2011.

determinação da esquerda em concretizar o processo político livre nas IFES, mesmo sob o olhar atento do governo.

Contrários a manter o perfil assistencial e recreativo da Associação, surgiu em 1978 um grupo de trabalhadores conhecido como grupo do Silva” ou “grupo dos Petistas”, pois havia membros que eram ligados diretamente ao Partido dos Trabalhadores. Juntaram-se a eles integrantes do PC, PC do B, PDT e de outros movimentos de esquerda, tanto na condição de filiados dos partidos como na condição de simpatizantes. Esse grupo começou a questionar as posições e o comportamento das diretorias da ASUFSC, comparando-os com os das associações de trabalhadores de algumas IFES que assumiram um caráter progressista e pré-sindical, ao transformarem suas entidades em organizações políticas independentes da administração de suas instituições públicas de origem.

3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UFSC

O período anterior à criação do SINTUFSC, em especial os anos 1980, foi marcado por vários eventos políticos que afetaram a vida dos brasileiros. Entre eles destacamos: a) as greves dos trabalhadores que se irradiaram do ABC paulista para os demais lugares do país; b) a campanha pelas eleições diretas para presidente da República, as chamadas “Diretas Já”; c) a Nova República, com a indicação de um presidente e um vice-presidente civis; d) o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT); e) a criação das centrais sindicais, com destaque para a CUT e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT); f) a ampliação da sindicalização independente dos assalariados médios e do setor de serviços; e g) o lento processo de abertura política e de redemocratização pelo qual passou o país.

Toda essa efervescência política afetou de forma positiva a classe trabalhadora brasileira e, dentro dela, os trabalhadores dos serviços públicos. Essa categoria passou a reanalisar sua posição social e voltou a identificar-se cada vez mais com a classe trabalhadora brasileira em geral.⁶¹

Na UFSC, com a vitória da oposição, que reconduziu Helena Olinda Dalri e Silvana Maria Pereira, respectivamente, a presidência e a vice-presidência da ASUFSC em 1991, o novo bloco no poder logo iniciou a discussão sobre a transformação da ASUFSC em sindicato, preparando a reformulação do Estatuto da entidade.

Com essa vitória foi possível ao grupo do MAI avançar rumo à sindicalização dos TTAEs da UFSC

Um dos primeiros passos foi a construção de um Estatuto que definisse o perfil jurídico da nova entidade. Este foi aprovado pela categoria, deixando assim registrados seus novos objetivos, que foram publicados no *Jornal do SINTUFSC*, todos compatíveis com o movimento do Novo Sindicalismo, deixando muito clara a diferença de posição política quanto ao grupo hegemônico anterior: “Parágrafo Único do Artigo I: O SINTUFSC é uma entidade democrática, sem caráter religioso ou político-partidário, independente em relação ao Estado, à

⁶¹ ANTUNES, op. cit., 2005. p. 14.

administração universitária e aos padrões”.⁶²

A independência foi a principal marca do grupo de oposição, o Movimento Alternativa Independente (MAI), que, depois de 11 anos de luta, finalmente chegou ao poder e concretizou a virada política do movimento dos TTAEs, transformando a ASUFSC em SINTUFSC.

Imagem 1 – Helena Olinda Dalri e Silvana Maria Pereira comemoram a vitória do MAI nas eleições para a ASUFSC de 1991



Fonte: Acervo Helena Olinda Dalri

Durante o período de criação do SINTUFSC, o Brasil passava por uma intensa agitação política e social. Em 15 de março de 1990, assumia a Presidência da República Fernando Collor de Mello,⁶³ que

⁶² **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, p. 9, abr. 1992.

⁶³ Fernando Collor de Mello surgiu em 1989 como candidato à Presidência da República pelo Partido da Renovação Nacional (PRN). Até então o povo brasileiro não sabia de onde vinha essa candidatura e esse partido, exceto o povo de Alagoas e das imediações. Esse partido chegou ao poder num processo considerado relâmpago por lançar um candidato jovem e crítico em relação à estrutura pública. Sua propaganda tornou-se atraente pela tecnologia e pela insistência em dizer que acabaria com os altos salários no serviço público. Ficou conhecido como o “caçador de marajás”. Governou o Brasil entre o período de 15 de março de 1990 e 29 de dezembro de 1992, quando foi

anunciou, um dia depois de empossado, sua primeira tentativa para sanar a situação inflacionária. O Plano Brasil Novo, apelidado de Plano Collor, que pretendia congelar os preços, bloquear as contas correntes e de poupança (esse procedimento só foi anunciado à população após sua efetivação), além de demitir funcionários visando ao enxugamento da máquina administrativa da estrutura pública federal.⁶⁴

Todas essas questões estavam entre as medidas que o FMI havia exigido do governo brasileiro como condição necessária para viabilizar o pagamento de sua dívida externa. Também foi no curto mandato de Fernando Collor de Mello que iniciou o processo de privatizações de empresas estatais e a desregulamentação econômica. Estava, portanto, instalada a política neoliberal no país.⁶⁵

Para o funcionalismo público, a reforma administrativa de Collor foi devastadora. A retomada do compromisso com o FMI, acompanhada da política de austeridade, foi considerada um desastre pelo movimento sindical e demais críticos do novo governo, pois resultou em mais descontentamento, mais inflação, arrocho salarial e muitas demissões de funcionários públicos. Essa reforma previa a demissão de 30% dos funcionários públicos do país, o que equivalia a algo entre 320 mil a 400 mil trabalhadores.⁶⁶ Era uma tentativa de angariar fundos para o pagamento da dívida externa e buscar uma autonomia do Estado em relação à década anterior.

Nas universidades federais estava prevista a demissão de 42 mil trabalhadores. A FASUBRA e sua base se posicionaram na defesa da universidade pública e do trabalhador público, conforme registrado no *Boletim da ASUFSC* apresentado na Imagem. 2

O movimento, apoiado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), que também não desejava a redução de pessoal nas IFES, conseguiu impedir que o processo de demissões prosseguisse.⁶⁷ Além do que, existia um clima favorável na sociedade, que assistia e sofria perplexa com as determinações do novo governo,

destituído da presidência por um processo de *impeachment*. Collor torna-se inelegível por oito anos. **Folha de S. Paulo**, Primeiro Caderno, p. 8. 31 dez. 1992.

⁶⁴ Plano Collor tem congelamento e prefixação dos preços e salários. **Folha de S. Paulo**, Primeiro Caderno, p. B-I, 16 mar. 1990.

⁶⁵ VIEIRA. op.cit., p. 67-69.

⁶⁶ Um ano de Collor, um ano de incapacidade. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, p. 1, maio 1991.

⁶⁷ Organização e Mobilização: um ano de governo Collor. **Jornal da ASUFSC**, Florianópolis, p. 1, mar. 1991.

que gerou rápida oposição tanto dos partidos de esquerda como dos partidos de direita, que trataram de interromper o seu mandato.

Nesse momento o pagamento da dívida externa era a prioridade do governo federal, que já visava à autonomia financeira e à autonomia administrativa, porém ainda não sabia como conquistá-las. Enquanto isso, a possibilidade de aumento salarial para o funcionalismo e a concessão de verbas para a ampliação dos serviços públicos ficavam em último plano. Assim, o confronto com o governo era uma questão decidida, e a ação sindical foi ganhando cada vez mais importância na luta pela conquista dos direitos.⁶⁸

E foi nesse cenário que, em abril de 1992, em razão das possibilidades abertas pela nova CF de 1988, especialmente com a garantia do direito à sindicalização e à greve, que os trabalhadores da UFSC, com atuação efetiva dos militantes e das lideranças do Novo Sindicalismo, aprovaram a criação do SINTUFSC, institucionalizando finalmente o movimento entre os TTAEs da UFSC, aliando-se à luta nacional por mudanças na política e na economia.

O Movimento Sindical estava, portanto, preparado para enfrentar o governo Collor e seu projeto neoliberal, que tentava, de maneira autoritária, impor à população o pagamento da dívida externa. No entanto, os adversários desse governo, de direita e de esquerda, numa atitude de resistência, promoveram uma ofensiva contra Collor no final de 1992. Este – que se dizia caçador de marajás – sofreu um processo de *impeachment*, imerso em histórias de corrupção, e o país passou por uma reviravolta política. Para evitar o pior, Collor renunciou ao cargo de presidente.

Os integrantes do MAI estavam cada vez mais determinados em fazer a virada política e ampliar sua atuação junto à FASUBRA. Agregar os trabalhadores nessa empreitada rumo à sindicalização foi uma de suas ações.

Em 1995 assumiu a Presidência da República, também por eleições diretas, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, alavancado pelo sucesso do plano criado por ele mesmo e sua equipe de economistas. Seu governo continuou com a ação neoliberal, que teve como propósito principal dar sequência à política do estado mínimo e continuar com o plano de controle da inflação que estava garantindo a estabilidade econômica. Dentro dos propósitos acima elencados, esse governo teve também como prioridade: a) enxugar os gastos públicos

⁶⁸ Saúde e educação são direitos constitucionais e devem ser custeadas pelo estado. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, p. 5, ago. 1998.

Imagem 2 – O Conselho Universitário da UFSC decide pela não demissão de TTAEs e encaminha ao CRUB sua posição.

**BOLETIM DA
ASUFSC**
Nº 02 - 23.05.90

Pressão no CUn dá certo

O Conselho Universitário aprovou, na reunião do dia 22, a posição da maioria dos Centros de Ensino, da Asufsc e do Asufsc em relação ao plano de ações do governo Collor na universidade públicas. É contra qualquer tentativa de reduzir gastos com o funcionalismo e reafirma a necessidade de mais verbas para manter o funcionamento mínimo da universidade.

Mes a postura do CUn só vale como indicativo para a contraproposta que Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) vai apresentar ao MEC até dia 11 de junho. Nada garante que o governo não vá demitir os 1.544 professores e servidores da UFSC correspondentes a 30% do quadro de pessoal. O ministro Carlos Chiarelli está decidido a cumprir a ordem de Collor: cumprir a "reforma administrativa" à risca e punir as universidades que resistirem, com cortes nas suplementações de verbas.

Para a diretoria de Asufsc, a única forma de garantir a autonomia da universidade é aumentar a mobilização e a unidade entre estudantes, servidores e professores, e fortalecer os vínculos com a comunidade.

24 DE MAIO



COLOR POR DE COLLOR JER BEM TIR
10 MIL FUNCIONÁRIOS DAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS. NO V AEU

As categorias concordam que é preciso fazer uma avaliação institucional para diagnosticar as distorções na distribuição de pessoal e eliminar os parasitismos inseticidas. Mas para realizá-la com autonomia, essa avaliação não pode acontecer em época de ataques como a que vem sendo promovidos pelo governo Collor.

O CUn decidiu, por 16 votos a 10, não realizar ainda um processo de avaliação, para não fazer o jogo do governo. As decisões do CUn são uma vitória para o movimento dos servidores e professores, na avaliação da diretoria de Asufsc, mas não significam que o conselho tenha mudado sua forma de ver e dirigir a universidade.

Fonte: Boletim da ASUFSC, n. 2, 23 maio 1990, p. 1

suspendendo a contratação de pessoal e a ampliar os serviços; b) privatizar empresas estatais como a Vale do Rio Doce; e, c) honrar o pagamento da dívida externa brasileira.

Porém, mesmo com a diminuição muito grande da inflação, se comparada aos anos anteriores, esta ainda continuava a afetar os

salários.⁶⁹ Isso significava que a luta dos trabalhadores ainda tinha muito caminho para percorrer.

Imagem 3 – Participantes do MAI em caravana a Brasília para participar do Congresso da FASUBRA em 1989



Fonte: Acervo de Helena Olinda Dalri

3.1 A CRIAÇÃO DO MAI E DO SINTUFSC

Por volta do ano de 1988 foi criado o MAI. Isso significou um fortalecimento do grupo de Silva e Helena Olinda Dalri. As lideranças desse grupo entendiam que todos os esforços deveriam ser dirigidos para a construção do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC. Entretanto, conforme orientação do movimento nacional, era necessário fazer a transformação da estrutura vigente atuando por dentro dela. Era necessário assumir o controle da Associação.

A conjuntura interna na UFSC apresentava-se favorável para a almejada institucionalização do movimento livre dos trabalhadores, apontando para a suplantação do assistencialismo e ampliando a adesão à luta por direitos e por melhores salários. Os esforços da base da FASUBRA na UFSC deveriam ser aplicados na ação sindical, nas lutas

⁶⁹Governo admite perdas salariais com a URV. Prejuízos se concentram em trabalhadores do grupo C e funcionalismo. **Folha de S. Paulo**, p. 8, 27 fev. 1994.

necessárias para pressionar o Governo Federal e os reitores a atenderem às reivindicações da categoria.⁷⁰ Planejava-se aumentar a motivação dos trabalhadores para o enfrentamento com os dirigentes da UFSC e com o Governo Federal, o que foi o grande desafio para aqueles que acreditaram na força do Novo Sindicalismo.

Imagem 4 – Primeiras reuniões dos integrantes da esquerda com vistas a formar o MAI e disputar as eleições em 1989



Fonte: Acervo de Helena Olinda Dalri

Antes de decidirem pela criação do sindicato dos TTAEs da UFSC, ocorreu uma tentativa de sindicalização em nível estadual com a Formação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino de Terceiro Grau em Santa Catarina; entretanto, essa organização não avançou e foi abandonada.

⁷⁰ O MAI foi construído aos poucos. Nasceu da necessidade de o grupo da esquerda ampliar sua organização, ganhar mais espaço, lutar pela criação do sindicato, superar as velhas práticas paternalistas e contribuir para uma nova reforma universitária, que fosse democrática e participativa. Além das lideranças já citadas anteriormente, destacaram-se: Luzia dos Santos, Maria Angélica Silva, Sálua Guimarães, Marli Thiago Silva, Demerval Rodrigues, Marlete Dutra Mendes, Soraya Valerim, Novânea Nunes, Lusmarina Emília da Silva, Paulo Fernando Liedtke, Jussara Giacomelli, Nilson da Costa, José João Martins, Roseli Kuhnen e muitos outros servidores da UFSC. (O MAI mostra a cara. *Jornal do SINTUFSC*, out. 1991, p. 15).

Imagem 5 – Tentativa de criar um sindicato estadual para os TTAEs das IES de SC.



Fonte: Jornal da ASUFSC, ago. 1990, p. 1

A decisão de criar o sindicato foi fruto de dois anos de aprendizado e de discussões⁷¹ acerca da necessidade de amparo legal para a categoria, que sofria constantes ameaças e pressões quando preparava as campanhas salariais que culminavam em greve.

⁷¹ASUFSC vai virar sindicato. **Jornal da ASUFSC**, Florianópolis, p. 8, abr. 1992.

Imagem 6 – Chapa do MAI é reeleita para a diretoria da ASUFSC



Fonte: Jornal da ASUFSC, n. 19, dez. 1991-jan. 1992

Após ampla discussão, foi realizada uma consulta aos filiados, cujo resultado foi à transformação da ASUFSC em Sindicato.

Como já citamos anteriormente, a reeleição do MAI foi decisiva para a criação do SINTUFSC, que passaremos a descrever na próxima seção.

3.1.1 A virada política entre os trabalhadores da UFSC

No dia 8 de abril de 1992 foi oficializada a criação do SINTUFSC em Assembleia Geral da categoria, realizada na Ala C do Restaurante Universitário, localizado no *campus* da UFSC em Florianópolis.. A Assembleia foi coordenada pela então presidente da

ASUFSC, Helena Olinda Dalri,⁷² e contou com a presença de mais de 400 trabalhadores da UFSC, que aprovaram por maioria de votos, com apenas duas abstenções, a tão esperada transformação.⁷³

O Jornal da ASUFSC, com seu discurso pró-sindical, assim se manifestou dias antes da Assembleia que homologou o resultado da consulta:

Esta decisão histórica de transformar nossa entidade em sindicato é fruto da consciência dos servidores, que necessitam de respaldo legal para fazer a luta e reivindicações de nossa categoria [...] A concentração das forças sem a perda de nenhuma das vantagens que a Associação oferece foram argumentos decisivos na assembleia [anterior]. Com a existência da ASUFSC e do sindicato [...] as duas entidades se enfraquecem.⁷⁴

A transformação da ASUFSC em SINTUFSC não foi um processo tão simples, pois implicou romper com a cultura política voltada para o assistencialismo, substituindo-a pela cultura da luta de classes como condição da conquista digna de direitos.

Como na UFSC já existiam duas associações que agregavam os TTAEs e que possuíam objetivos similares: a ASUFSC, que agregava a maioria dos trabalhadores, e a Associação Atlética dos Servidores da UFSC (AASUFSC), que possuía um número menos expressivo de associados, os participantes do movimento em prol da sindicalização, sob a orientação da FASUBRA,⁷⁵ consideraram inconveniente criar uma terceira entidade paralela a essas já existentes. Isso serviria para dividir ainda mais a categoria, que teria que optar por sua filiação ao Sindicato

⁷² Helena Olinda Dalri atuou com destaque nos anos 1980 na construção do movimento político independente dos TTAEs da UFSC e na transição da ASUFSC para o SINTUFSC. Foi presidente da ASUFSC de 1989 a 1991 e atuou como coordenadora geral do SINTUFSC de 1992 a 1993. Foi uma das principais lideranças do “Grupo do MAI” ao longo dos anos 1980 e 2000. Retornou como Coordenadora do SINTUFSC entre o período de 1997 e 1999 e atuou na sua diretoria como Coordenadora de Assuntos Jurídicos por vários anos.

⁷³ SINTUFSC. Restaurante Universitário. **Ata da Assembleia Geral da ASUFSC**, realizada no dia 8 de abril de 1992, p. 2.

⁷⁴ SINTUFSC criado ratifica o compromisso com servidores. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis. p. 1, maio 1992.

⁷⁵ No IV CONFASUBRA, realizado em 30 de janeiro de 1987, foi aprovado um Plano de Lutas que incluiu a luta pela sindicalização. FASUBRA Sindical, 2011, p. 10.

ou à Associação. A proposta central era justamente a de unificar a categoria, que já estava dividida ideologicamente, montando a estrutura sindical e mostrando a força do sindicalismo livre.⁷⁶

O MAI entendia, naquele momento, que, mantendo a ASUFSC como entidade paralela ao SINTUFSC, estaria promovendo uma polarização e competição dentro da categoria. De um lado, com a ASUFSC, ficariam os governistas direcionando sua ação em defesa dos interesses do governo, como também de seus interesses individuais. Continuariam a atuar com ações assistenciais que não resolveriam as condições dos TTAEs, cujos salários eram mensalmente corroídos pela hiperinflação. E do outro lado, no Sindicato, ficariam os sindicalistas com uma atuação livre para defender os interesses e os direitos dos TTAEs.

Caso isso ocorresse, o canal de comunicação e a representação seriam duplos e poderiam vir a agir de forma paralela, como ocorreu no início do movimento, quando a então direção da ASUFSC não contribuía para a unificação da luta dos trabalhadores. Daí que a decisão foi a de unir os TTAEs e transformar a associação em sindicato.

Entretanto, apesar disso, os trabalhadores falharam na proposta de não dividir a categoria, pois o grupo de Nilto Parma, derrotado, se agregou à AASUFSC e instalou lá o seu comitê, agindo paralelamente, especialmente nas questões jurídicas, trazendo prejuízo para alguns trabalhadores que viram suas ações duplicadas em juízo. Além disso, também incrementaram as festas e a ação assistencial, marcando posição e mantendo intacta a divisão entre direita e esquerda.

Para marcar a virada política na organização de classe dos TTAEs da UFSC, o grupo do MAI, no mesmo dia em que a criação do Sindicato foi aprovada, apresentou a proposta de reforma estatutária, que já vinha sendo discutida e construída pela base, com mudanças que democratizaram a entidade seguindo a cultura do Novo Sindicalismo.

No final dos anos 1990, o Estatuto foi reformulado e teve destaque a substituição do cargo de presidente e vice-presidente por uma coordenação colegiada mista. O eleitor passou a saber antecipada e formalmente quem seriam os futuros ocupantes dos cargos. A eleição tornou-se direta, pois o Conselho Deliberativo deixou de eleger o presidente, o vice-presidente e o secretário geral da entidade.⁷⁷

⁷⁶ I Seminário Nacional sobre sindicalização. FASUBRA Sindical, *ibidem*, p. 11.

⁷⁷ ASUFSC. Estatuto do SINTUFSC. Ata da Assembleia Geral dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina, 8 abr. 1992.

Imagem 7 – TTAEs da UFSC, em assembleia, votam pela transformação da ASUFSC em SINTUFSC



Majoria aprovou em assembleia a transformação da Associação em Sindicato. Agora, vamos aprovar o estatuto

ASUFSC se transforma em Sindicato

Luiz Pereira

Nesta quarta-feira, dia 8, a ASUFSC deixará de existir para se transformar no SINTUFSC, o Sindicato dos Trabalhadores na Universidade Federal de Santa Catarina. Em assembleia geral dos sevidores, a partir das 14 horas, na ala C do RU, será discutido e aprovado o estatuto da nova entidade. Nesta edição publicamos relato da última assembleia, que aprovou a transformação, os argumentos que mostram que a categoria vai ganhar com o Sindicato e a proposta de estatuto. Veja e leia tudo nas páginas 8, 9, 10, e 11.

Fonte: Jornal do SINTUFSC, n. 22, abr. 1992, p. 1

Como não havia um consenso de que o governo aceitaria a presença do movimento por muito tempo, uma vez que o processo de redemocratização foi lento e controlado pela direita no poder, essa mudança nos cargos da diretoria foi necessária como atitude preventiva, pois pairava sobre o grupo do MAI a ideia de que o movimento do Novo Sindicalismo poderia ser reprimido, e suas lideranças punidas. Entendia-se que quanto mais lideranças se destacassem na diretoria, mais garantida estaria a defesa de seus membros diante de uma provável repressão ao movimento.

Como o grupo da esquerda pretendia permanecer no poder, era necessário preservar suas principais lideranças, bem como eliminar a figura do presidente, que personificava o controle sobre a categoria e garantia a prática da direita de barganhar cargos na administração da UFSC.

Com essa estratégia obteve-se o resultado esperado e Helena Olinda Dalri passou a ser conhecida entre os TTAEs da UFSC como a principal liderança do movimento por toda uma geração.

Helena era uma liderança que possuía uma personalidade especial e vigiava para que o Movimento fosse desenvolvido com ética, lisura e

transparência. Logo no início do seu mandato tratou de publicar, de dois em dois meses, balancetes financeiros que traziam a arrecadação e as despesas da entidade. Qualquer aceno de desvio de conduta dos trabalhadores ela intervia diretamente, cobrava reparação, tanto nos fóruns internos como externamente à ação sindical, com a finalidade de preservar a moral e a seriedade do Movimento, princípios que jamais abandonou tanto na vida pública como em sua vida particular.⁷⁸

A defesa do Sindicato e do ‘grupo criador’ fez-se necessária durante os primeiros anos da criação do SINTUFSC. Os ataques vinham anonimamente por todos os lados, como se pode constatar na página 6, do *Jornal do SINTUFSC*, de julho de 1992, que divulgou várias notas defensivas, das quais se destaca a que segue:

A diretoria do SINTUFSC sempre esteve e estará aberta a qualquer debate. Queremos debater. Não vamos perder tempo, envolvendo a categoria em fofocas, baixarias e no disse-que-disse de que tanto eles, que não têm e não querem compromisso sério com a categoria, fazem. Todas as mentiras, injúrias e difamações contra o SINTUFSC e seus diretores estão sendo – e serão sempre – cobradas. Quem ataca um sindicato que tem filiados 88,9% da categoria, está atacando esta categoria. Isso não permitiremos.⁷⁹

A batalha por uma entidade progressista na UFSC não tinha fim, e os ataques também, tanto que em 1991, um ano depois da criação do Sindicato, é formada a Associação dos Servidores Aposentados da UFSC (APOPEN), que agrupou os servidores técnico-administrativos e os docentes aposentados, numa tentativa de confrontar o SINTUFSC, que naquele momento encontrava-se sob a direção do MAI. A principal liderança que organizou a APOPEN foi Ida Lídia de Araújo Ruiz, que inconformada com as mudanças ocorridas na antiga ASUFSC, agora SINTUFSC, fundou-a no dia 9 de agosto de 1991. Contou com a participação dos antigos sócios-fundadores da ASUFSC, como a colaboração especial de Rui Collaço, que era procurador da UFSC nessa

⁷⁸ Maria Machado. Op. cit. 2011.

⁷⁹ As “posições” e as diferenças. *Jornal do SINTUFSC*, Florianópolis, n. 28, p. 6, jul. 1992.

época e foi indicado por Nilto Parma para ajudar no encaminhamento da questão jurídica e sua regulamentação em cartório.

Como a ASUFSC foi convertida em SINTUFSC eu tratei de criar a Associação dos Aposentados da UFSC e fui para o Hall da Reitoria esperar que aparecessem aposentados no dia da entrega do contracheque. Quem passava eu convidava e assim foi nascendo a Associação. Então, não podemos abandonar uma coisa em que a gente passou a vida toda. Então a minha tristeza era ver um servidor, uma servidora, como teve o Gerson, filho da Rosa uma telefonista antiga na Universidade, que já faleceu, ele dizia pra mim: “Ah, Dona Ida, eu me acordo, só em lembrar que eu tenho que vir pra Universidade, Me dá um desgosto, me dá uma tristeza.”. “Não me diz uma coisa dessas, que é um pecado. É o teu ganha pão, é o sustento dos teus filhos (na época os filhos eram pequenos). Como é que tu podes dizer uma coisa dessas?!”. [...] eu comentei para o Nilton: “Me dá uma vontade de juntar esses dois (funcionários da ativa e aposentados). Eu fico tão triste quando eles falam da Universidade.”. Eu não sei se ele falou com o Rui Collaço, que era o procurador (da UFSC) na época, e eu não tinha amizade com o professor Rui Collaço. Um dia ele me chamou e disse pra mim: “Dona Ida, eu soube que a senhora tem vontade de juntar os funcionários e os aposentados. Tenho, tenho porque eu acho muito triste, professor, o funcionário vir reclamar e dizer que tá doído pra ir embora, que diz que levanta de manhã com raiva porque tem que vir trabalhar.” eu disse: “A gente passa a vida toda aqui dentro, senhor.”. Aí ele disse: “Pois a senhora não quer fundar? Eu ajudo a senhora, eu fico com a parte jurídica, com a documentação, de cartório, tudo, e a senhora fica com a parte administrativa.”⁸⁰

Subjetivamente se constata nesse depoimento que a desilusão de alguns TTAEs era com a transformação da antiga ASUFSC em SINTUFSC. O grupo antecessor achava impossível conciliar trabalhadores da ativa com os aposentados na nova estrutura sindical.

⁸⁰ Ida Lúcia de Araújo Ruiz, op. cit., 2011.

Não viam no Sindicato a possibilidade de aglutinação da categoria, pois os antigos dirigentes da Associação se viam acima dos TTAEs, como uma categoria à parte. Esse grupo (Nilto Parma) fazia a escuta dos TTAEs menos desprovidos de entendimento político, confortando-os e alimentando a política contra o Sindicato e a favor dos interesses da direita que dominava a UFSC.

Apesar da atuação dessas duas outras entidades (AAVUFSC e APOPEN), o SINTUFSC se manteve na liderança da política trabalhista sempre ampliando o seu papel de defensor dos direitos dos TTAEs da UFSC, campo sempre combatido pelos integrantes dos grupos conservadores.

Uma das diferenças da administração do MAI foi mostrar balancetes bimestrais sobre as finanças do SINTUFSC, que passaram a ter maior visibilidade sendo publicados em murais e também no *Jornal da ASUFSC/Jornal do SINTUFSC*.

Em 1992, a ASUFSC agrupava a maioria dos trabalhadores da UFSC lotados no *campus* universitário da Trindade, nas suas antigas instalações no Centro de Florianópolis, nos bairros Itacorubi e Barra da Lagoa, na Fazenda da Ressacada e nos Colégios Agrícolas dos municípios de Camboriú e de Araquari.

A transformação da estrutura política da entidade fez com que o Sindicato absorvesse a grande maioria desse contingente de trabalhadores,⁸¹ e o SINTUFSC nasceu num momento de grande ebulição sindical, principalmente para o funcionalismo público, que havia conquistado o direito à livre organização política.

A criação de sindicatos na base da FASUBRA contribuiu expressivamente para dar visibilidade ao movimento sindical livre no início dos anos 1990, quando foram desencadeadas várias greves e manifestações populares contra o Governo de Fernando Collor de Mello e do presidente Fernando Henrique Cardoso.⁸²

Dentro desse contexto, a diretoria do recém-criado SINTUFSC não aboliu, inicialmente, nenhum dos benefícios oferecidos pela antiga Associação. Nos anos do capitalismo neoliberal, extinguir os benefícios traria sérios prejuízos aos trabalhadores. Ainda assim, foram rompidos os antigos acordos que o grupo antecessor havia feito com companhias de seguro, e os empréstimos pessoais foram suspensos.

⁸¹ A filiação de 89% dos trabalhadores da UFSC ao SINTUFSC mostra a confiança da categoria na nova entidade. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, p. 1, jul. 1992.

⁸² Fora Collor! **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, p. 2-4. set. 1992.

Num primeiro momento o MAI tratou de organizar a distribuição dos benefícios que eram mais procurados pelos associados, como por exemplo, a fila de espera para atendimento odontológico. Elevou para sete o número de dentistas, e a fila de atendimento não poderia mais ser atropelada por filiados que quisessem obter privilégio no atendimento.

Durante anos a questão do assistencialismo foi discutida e, depois de muita tensão, a categoria, de forma bastante participativa⁸³ optou pela suspensão de alguns desses serviços que, além de onerarem o Sindicato financeiramente, também exigiam muito tempo das suas diretorias, que estavam preocupadas com a luta, a unificação da categoria e a ação sindical.

Os benefícios que foram sendo excluídos aos poucos passaram para a pauta de reivindicações interna e externa da categoria, como por exemplo, o auxílio-creche para servidores que possuíam filhos na pré-escola e um plano de saúde com cobertura também na área odontológica. Para o MAI e seus apoiadores, os esforços da coordenação do Sindicato e da base deveriam ser direcionados principalmente à ação sindical. Lutavam para garantir condições adequadas de trabalho e de vida aos TTAEs; conseqüentemente, por mais verbas para a educação e por salários maiores que atendessem às necessidades de todos, sem a dependência do assistencialismo.

A concepção de ação sindical do MAI ganhou muitos adeptos na base da categoria. A greve continuou sendo compreendida como o último recurso e a principal maneira de alcançar direitos e defender os serviços públicos. O Governo Federal não respeitava a data-base da categoria, não revisava nem atualizava os salários, nem mesmo pela inflação do período anterior. Além disso, vinha cortando as verbas para a universidade. A rubrica de custeio era a que mais sofria com os cortes, chegando a faltar papel higiênico nos banheiros e as contas de água e luz ficavam atrasadas por meses, sob a justificativa de que o governo era obrigado a honrar o pagamento da dívida externa, não tendo, portanto, dinheiro suficiente para as universidades.

Essas medidas do governo impediram o processo de desenvolvimento das universidades públicas, cujos dirigentes aceitavam enfrentar as dificuldades de administrá-las nesse período de grande crise financeira.

⁸³ A expressão “categoria participativa” refere-se aos filiados que participavam ativamente dos eventos e discussões promovidos pelo SINTUFSC e que tomavam decisões de mudanças quanto ao perfil do Sindicato. A Assembleia Geral da categoria foi sempre o principal fórum de discussão e de decisão.

O consenso no debate sobre a ação sindical ofensiva para a defesa da universidade jamais foi alcançado, devido à divisão de opiniões dentro da categoria e ao apego de alguns integrantes da ASUFSC às suas práticas assistenciais, recreativas e festivas e à manutenção do vínculo político e administrativo entre a Associação e a UFSC, que continuou sendo preferido por alguns trabalhadores. Muitos não tinham a consciência necessária sobre sua condição de classe e aceitavam passivamente uma condição social precária, estabelecendo uma “servidão voluntária”, entendendo que essa relação era necessária para garantir o emprego público e outras vantagens pessoais.⁸⁴

Essa relação paternalista permanecia e era possível uma vez que as lideranças do grupo de Nilto Parma exerciam grande poder de controle sobre significativa parcela dos trabalhadores da universidade, sob o respaldo da administração central da UFSC.

No início dos anos 1980 havia a contratação de funcionários pela Tabela Especial, cujo vínculo não era efetivo. Quem decidia pela contratação desse ou daquele trabalhador era o diretor do Departamento de Pessoal, juntamente com a cúpula da reitoria. Mais tarde esses contratados especiais tiveram que passar por um concurso público para sua efetivação. Inesperadamente todos passaram e foram efetivados. Assim, foram contratados vários trabalhadores que se tornaram submissos à administração da UFSC, uma vez que entendiam que deviam obediência pela obtenção fácil de acesso ao serviço público.

Essa era a maneira como o Governo Federal conseguia manter as organizações de classe das IFES sob o controle do Estado, tanto nas questões administrativas, elegendo para certos cargos estratégicos seus correligionários, como nas questões políticas, impedindo a participação dos integrantes do MAI que concorriam seguidamente para participar nos fóruns de decisão da UFSC, conquistando sempre poucas vagas.

Em 1997, com uma posição contundente contra Fernando Henrique Cardoso, são eleitas representantes dos TTAEs no conselho Universitário (CUn) Helena Olinda Dalri e Silvana Maria pereira, enquanto que Marcos José Elias e Elaine Tavares da Silva foram vencidos por candidatos da situação, assim como ocorreu com Maurício Alves e Angélica Barcelos, que perderam a eleição para o Conselho de Curadores.

⁸⁴ TAVARES, Elaine. O voto universal: conservadorismo ou radicalidade. In: RAMPINELLI, Waldir José (Org.). **O preço do voto: os bastidores de uma eleição para reitor**. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Insular, 2008, p. 134-135.

Imagem 8 – Propaganda dos representantes do MAI que concorreram a vagas no Conselho Universitário e no Conselho de Curadores da UFSC, em 1997.

O SEU VOTO É MUITO IMPORTANTE

É hora de reagir!

O Governo FHC, a mando dos grandes grupos econômicos internacionais, ataca a Universidade Pública e os nossos direitos duramente conquistados.

Para o Conselho Universitário e para o Conselho de Curadores, vote em quem **sempre lutou em defesa da Universidade pública e gratuita e em defesa dos direitos dos servidores.**

PARA O CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Chapa 2: **MARCOS JOSÉ ELIAS** - Col. Agrícola de Araquari e
ELAINE J. T. TAVARES - AGECOM

Chapa 3: **HELENA OLINDA DALRI** - CCJ e
SILVANA MARIA PEREIRA - HU

PARA O CONSELHO DE CURADORES

Chapa 2: **MAURÍCIO ALVES** - CFH e
ANGÉLICA BARCELOS DA SILVA -CCJ

DIA 31-07-97, QUINTA-FEIRA. Na Reitoria: das 8:00 às 18:00 horas. No **HU**: das 8:00 às 19:00. Nos **Colégios Agrícolas**: das 8:00 às 15:00 horas.

Fonte: Acervo de Helena Olinda Dalri.

Entretanto, a experiência de construção do Novo Sindicalismo na UFSC proporcionou a politização de significativo número de TTAEs. Essa consciência política trouxe uma melhor compreensão sobre a realidade da universidade e do país, e os trabalhadores passaram a ver no movimento uma alternativa. Eles compreendiam que a participação política era necessária para o alcance de seus interesses de classe e seu pertencimento à instituição.

Por causa dessa consciência, no pleito de 1991, os integrantes do MAI apoiaram a candidatura de Antônio Diomário de Queiroz para Reitor da UFSC, no segundo turno das eleições, em oposição à

candidatura de Rodolfo Joaquim Pinto da Luz.⁸⁵ Com essa atitude, acreditaram que seria possível realizar mudanças significativas na estrutura de representação da universidade, uma vez Diomário de Queiroz encontrara apoio dos grupos mais progressistas. Contavam com essa experiência para que o novo modelo de normatização da instituição trouxesse reflexos democráticos para a UFSC. Esse modelo era reivindicado pela chapa “Mais Universidade”, fruto do movimento independente, e esse apoio foi encabeçada pelo professor Luis Fernando Scheibe, do Curso de Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Naquele mesmo ano estava em discussão no país a forma de regime político e a possibilidade de um avanço em direção ao regime parlamentarista. Na UFSC, os militantes do movimento, integrados nas três categorias, entenderam que era o momento de realizar a mudança no Estatuto da Universidade, e trabalhadores técnico-administrativos, professores e estudantes unindo seus interesses propuseram ao Conselho Universitário (CUUn) sua reformulação. O novo Estatuto seria elaborado por uma Comissão Estatuinte, com representatividade equitativa dos três segmentos, que estavam ligados oficialmente à Universidade. Considerando que o Estatuto estava em conformidade com a legislação criada durante a ditadura militar, o CUUn aprovou a proposta de reformulação, que deu poderes à Comissão Estatuinte de permanecer acima do próprio Conselho enquanto discutissem as mudanças e elaborassem a proposta de um documento final.

Nesse contexto, os TTAEs comprometidos com o Novo Sindicalismo queriam a participação com uma representação mais justa. Aguardavam mudanças na política universitária. Queriam a democracia e partiram para sua principal experiência nessa área que foi a participação na Comissão Estatuinte de 1992 (ver Apêndice A).

Assim, os TTAEs, entusiasmados com a possibilidade de mudança, investiram na participação concreta na construção de um novo Estatuto democrático para a UFSC.⁸⁶

Porém, os professores que representavam os Conselhos Departamentais dos Centros de Ciências Físicas e Matemáticas⁸⁷ e

⁸⁵ Antônio Diomário de Queiroz exerceu a função de reitor da UFSC durante o período de 1992 a 1996.

⁸⁶ Proposta de construção da nossa universidade. **Jornal do SINTUFSC**, n. 33, p. 4, dez. 1992.

⁸⁷ Ameaçada soberania da Estatuinte. **Jornal do SINTUFSC**, n. 24, p. 8, jun. 1992.

Tecnológico da UFSC⁸⁸ – centros de ensino tradicionalmente conservadores – levaram ao CUn uma proposta contrária à ampliação da Comissão Estatuinte com participação equitativa, argumentando que tal medida contrariava o Estatuto vigente. Nesse sentido, mudanças na composição justa da representação dos TTAEs e dos alunos não foram aprovadas pelo CUn, cuja maioria dos membros era conservadora, e o grupo de oposição foi insuficiente para derrubar esse argumento.

A democracia e a liberdade de participação foram recusadas, mantendo-se assim a possibilidade de uma estrutura conservadora que não avançou no processo de construção de uma universidade livre. A própria Comissão nascia antidemocrática.

O Sindicato, entretanto, reagiu e abriu espaço para uma participação maior dos técnico-administrativos, partindo do pressuposto de que o novo Estatuto da UFSC deveria seguir os avanços da Constituição Federal de 1988 e acelerar o processo de mudanças na estrutura das instituições, nas relações de poder e na representação da população nos órgãos de decisão que continuavam alinhados com os preceitos da autoritária Reforma Universitária de 1970.

Refletindo a conjuntura nacional, depois que a população havia renunciado à implantação do sistema parlamentarista no Brasil, no plebiscito de 1993, os integrantes do movimento perceberam que a tentativa de mudança na estrutura da UFSC também havia sido em vão. O processo Estatuinte, ocorrido entre 1992 e 1993, que previa ampla participação da comunidade universitária e dos movimentos sociais, também foi rejeitado, prevalecendo a estrutura presidencialista já existente com sua representação desigual.

No final do processo, a Comissão Estatuinte da UFSC não trouxe grandes mudanças, apesar de ter permitido aos docentes eleições para os cargos de Chefe de Departamento e Coordenador de Curso de Graduação e de Pós-Graduação. Antes dessa mudança, ocupantes desses espaços de decisão eram indicados pelo reitor e podiam ser reconduzidos ao cargo quantas vezes fosse desejado, desde que se submetessem às políticas governamentais para a educação superior e aos gestores da UFSC.

Enquanto isso, a representação discente e a representação dos TTAEs no CUn passou de dois para seis membros de cada categoria, contra a representação de mais de quarenta membros do corpo docente.

A luta pela ampla participação nas instâncias do poder era uma

⁸⁸ Democracia vence autoritarismo no CTC. **Jornal do SINTUFSC**, n. 30, p. 8, set. 1992.

das bandeiras do Novo Sindicalismo, que primava por uma universidade democrática voltada para a ampliação da educação pública de qualidade.

Na visão do MAI, quem venceu foi a velha estrutura centralizada da UFSC, que permaneceu a mesma que fora implementada pela reforma universitária dos militares, em 1968, pela Lei nº 3.849, de 18 de setembro. A mesma reforma autoritária, que a partir de sua implantação na UFSC, serviu de experimento para as demais universidades do país⁸⁹ – exatamente no ano em que foi promulgado o AI-5, considerado pelos seus críticos como a mais severa ação do governo dos militares sobre a população. Assim, as mudanças que a Constituição Federal prometeu não foram efetivadas, uma vez que as instituições, numa posição conservadora, resistiram. Consequentemente, as relações de poder permaneceram as mesmas.

Apesar desse fracasso, os TTAEs da UFSC acreditavam que com a organização política e a manutenção da pressão sobre o governo seriam abertas as possibilidades de negociações coletivas para o funcionalismo.

Os interlocutores do Governo Federal eram os ministros e os técnicos do Ministério da Educação (MEC), do Ministério do Planejamento (futuro Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)) e da própria Administração Local (Reitoria). Estes muitas vezes não estavam dispostos a negociar e, então, embora a greve fosse considerada o último recurso, sempre era necessário recorrer a ela.

O MAI persistiu na busca pela democracia e buscou construir no coletivo da categoria a necessidade e a possibilidade de ter um estado de direito que fosse igual para todos. Quando promoveu a criação do Sindicato, o conflito de classes já estava instalado na UFSC. Os TTAEs, através da atuação do MAI na década anterior e com a luta conjunta com outros setores do trabalho, realizaram várias greves que contaram com expressiva mobilização. Caminharam, assim, na construção de uma consciência de classe, que atingiu seu maior nível de participação em 1992.

Em contrapartida, outra parcela dos TTAEs, habituada à cultura política paternalista e ao corporativismo, agia para impedir a sindicalização da categoria. Os TTAEs juntaram suas forças e, com longas discussões e uma atuação sistemática em defesa da categoria,

⁸⁹ BACKES, Glauco de Sousa. O curso de Direito e o Centro de Ciências Jurídicas: histórias e percepções. In: NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa (Org.). **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010, p. 159.

durante os anos 1980 e início dos 1990, alcançaram o objetivo máximo do movimento e institucionalizaram o Novo Sindicalismo na UFSC, juntamente com o Movimento Docente que tratara logo de transformar a APUFSC em seção sindical da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), em 1988.

O funcionalismo público passa então a criar e, em alguns casos, a reorganizar seus sindicatos. Transformam suas associações de classe em entidades combativas. Entretanto, para alcançar a sindicalização livre, foi necessário reforçar a filosofia do Novo Sindicalismo.

Nesse turbilhão de redemocratização do país, a década de 1990 foi marcada também entre os trabalhadores públicos pela euforia com a implantação do Regime Jurídico Único (RJU), Lei. 8.112 de 11 de dezembro de 1990, como também pela perda de direitos a partir da consolidação da política neoliberal no país..

Em suma, a criação do SINTUFSC foi considerada um avanço do Novo Sindicalismo pelo MAI e pela FASUBRA, a qual, após a sindicalização da base, passou a denominar-se Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras, permanecendo com a mesma sigla. Foi um avanço, pois os TTAEs da UFSC e de toda a base da Federação finalmente conseguiram institucionalizar sua organização de forma independente.

3.1.2 A conjuntura política na UFSC e as eleições que fizeram a diferença

Em 1988 os integrantes do Novo Sindicalismo radicalizaram ainda mais sua posição, tendo como respaldo o direito constitucional de sindicalização e de greve e partiram para uma ofensiva ainda maior contra o grupo que dominava a ASUFSC, reforçando a defesa dos salários e dos demais direitos dos TTAEs.⁹⁰ Denunciavam que o grupo hegemônico da década de 1980 resistia em aderir ao movimento trabalhista independente que havia conquistado espaço por todo o país e na UFSC.⁹¹

Após duas décadas de hegemonia do grupo conservador na

⁹⁰ TAVARES, Elaine. A universidade e os técnico-administrativos: uma tensão permanente. In: RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo (Org.). **Crítica à razão acadêmica**: reflexão sobre a universidade contemporânea. Florianópolis: Insular, 2012, p. 153-157.

⁹¹ BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas: Unicamp, 2005. p. 68-77.

ASUFSC, finalmente pareciam estar dadas as condições para uma virada no biênio 1989/1991. Devido à conjuntura interna e externa favoráveis, a chapa de oposição ao grupo de Nilto Parma venceu.

Era uma composição de duas forças: integrantes do MAI e do “Grupo dos Rodolfistas”, cuja aglutinação deste último era de expressiva fatia do grupo da direita que se oportunizava da situação fazendo uma aliança com seus antigos inimigos políticos.⁹² Essa foi a primeira derrota sofrida pelo Grupo de Nilto Parma para a presidência da ASUFSC, mas a chegada do grupo de esquerda ao poder só foi possível devido a essa coligação. Os Rodolfistas se preparavam para as eleições a reitor de 1991 e, naquele momento, não era possível receberam o apoio de Nilto Parma, que também pretendia o cargo.

Coligados, esses dois grupos, juntos, passaram a administrar a ASUFSC e a trabalhar para a sua conversão em sindicato. Entretanto, a relação não se sustentou, pois os problemas de desentendimento político quanto à questão do assistencialismo, que o MAI combatia, e de concretização das mudanças necessárias para a transição da ASUFSC em sindicato, logo afloraram. Esse conflito chegou ao limite em 1990 e levou a Diretoria da ASUFSC a passar por uma reformulação em seu quadro, passando a ser controlada exclusivamente por integrantes do MAI. Celso Martins, Eugênio Luiz Gonçalves, Luiz Henrique Gonçalves, Luiz Carlos Gonçalves foram afastados da diretoria, e outros membros do MAI, indicados em assembleia, assumiram seus postos.

Nas eleições de 1991 o MAI é reeleito e se intensifica a organização da direita para conquistar o Sindicato.

O “Grupo dos Rodolfistas”, por estar mais afinado ao ideário da direita, e por “vingança” por ter sido excluído, através do voto, da presidência da ASUFSC, acabou se posicionando contra a transformação da Associação em sindicato. Apesar do acirramento nas discussões políticas, os posicionamentos ganharam mais clareza e nesse mesmo ano foi fundado o SINTUFSC.

A passagem do Grupo do MAI pela diretoria da ASUFSC e do SINTUFSC foi breve, de 1989 a 1993, porém decisiva quanto à criação do Sindicato e à institucionalização da organização política independente dos trabalhadores da UFSC. O resultado foi a visibilidade e o reconhecimento imediato do Sindicato pela Reitoria da UFSC. O reitor recém-eleito, Antônio Diomário de Queiroz, a vice-reitora Nilcéa Pelandré e alguns servidores que os apoiavam visitaram o SINTUFSC, e a pauta da reunião foi à greve da base da FASUBRA, que estava

⁹² VIEIRA, Pedro Antonio, op.cit., p. 55-67.

agendada para maio daquele ano (1992). Discutiram ainda sobre as duas principais reivindicações da categoria em sua pauta interna. A primeira delas foi a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, e a segunda, o apoio da Reitoria quanto à necessidade do reajuste imediato dos salários, que estavam com alto índice de defasagem e colocavam os servidores em situação financeira delicada.⁹³

Imagem 9 – Integrantes do MAI comemoram a vitória na apuração do resultado das eleições em 1991



Fonte: Acervo de Helena Olinda Dalri

Entretanto, essa primeira aproximação e outras que a sucederam para tratar exclusivamente de assuntos do interesse geral da categoria não foram suficientes, e o SINTUFSC, dirigido pelo MAI, acabou fazendo o enfrentamento e a oposição àquela reitoria sempre que necessário.⁹⁴

Naqueles dias ocorreu aquilo que José Murilo de Carvalho chamou de “esquizofrenia política”,⁹⁵ pois os servidores estavam

⁹³ Diomário reconhece reivindicações. **Jornal do SINTUFSC**. Florianópolis, n.23, p. 7, maio 1992.

⁹⁴ Reitor usa *marketing* da demagogia. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, n. 32, p. 8, dez. 1992.

⁹⁵ Cria-se uma esquizofrenia política: os eleitores desprezam os políticos, mas continuam votando neles na esperança de benefícios pessoais. CARVALHO,

divididos entre a Associação e o Sindicato, entre o grupo da direita e o da esquerda, entre o assistencialismo e o conflito de classes. Aceitavam a posição política do MAI, mas votavam no grupo conservador quando o que estava em questão era uma cadeira no Conselho Universitário, no Conselho de Curadores ou na presidência do Sindicato, por exemplo. O resultado foi que, em 1992, os grupos de Nilto Parma e dos Rodolfistas voltaram a se entender. Fizeram uma coligação e ganharam as eleições para o Sindicato, que passou a ser presidido por João Batista Furtuoso entre 1993 a 1995 e por Roberto José Dias de Andrade de 1995 a 1997 (ver Apêndice B). Foram 3 chapas que concorreram às eleições de 1993: a chapa ‘S.O.S. Servidor’, a chapa do MAI e a chapa DeterminAÇÃO, sendo que esta última venceu as eleições. Veja as diferenças e as semelhanças das propostas apresentadas na Imagem 10, onde aparece claramente a apropriação de um discurso de esquerda mesclado com o discurso conservador, fator que confunde o eleitorado.

Nesse período de restauração do poder da direita e do conservadorismo, a diretoria do SINTUFSC retomou o papel assistencial e recreativo que havia na antiga associação e se vinculou novamente ao Estado.⁹⁶

Apesar de o grupo do MAI ter perdido espaço na diretoria do Sindicato nessas duas gestões, seu papel de oposição e de defensor do Novo Sindicalismo continuou de forma vigilante e atuante, pois as lideranças nunca deixaram de fazer a luta política nas assembleias e nas demais instâncias da UFSC. A greve também continuou a ser sua principal ferramenta de reivindicação. Nos momentos de movimentação grevista eram sempre os integrantes do MAI que mobilizavam os trabalhadores, os que assumiam o Comando Local de Greve e participavam ativamente no Comando Nacional de Greve e nos demais fóruns da FASUBRA.

O grupo de Elaine Tavares e Raquél Moysés veio a se definir após a chagada do PT à presidência da República, quando os militantes do Partido passaram a defender a nova política do PT que se contrapunha ao sindicalismo independente.

José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p. 224.

⁹⁶ O sindicato é do servidor da UFSC. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, n. 49, p. 2, maio 1993.

Imagem 10 – Helena Dalri e Elaine Tavares na posse da diretoria do SINTUFSC em 1997



Fonte: Acervo de Helena Olinda Dalri.

Raquel Moysés chegou à UFSC no final dos anos 1980, mas só no início dos anos 1990 passou a atuar mais sistematicamente no campo da política. Já Elaine Tavares, logo ao ingressar, em 1994, já se integrou ao movimento de oposição. Formava-se, assim, o Grupo de Elaine e Raquel. O Sindicato era naquele momento comandado pelos grupo de Nilto Parma e Rodolfo Joaquim Pinto da Luz (ver ANEXO I).

Elaine disputou e venceu as eleições de 1997, dividindo a coordenação geral com Helena Olinda Dalri, conforme pode ser visto na Imagem 10. Entre 2001 e 2003, dividiu a coordenação geral do Sindicato com Jussara da Costa Godoi e Ângela Olinda Dalri, ambas

com destacado envolvimento com os princípios do Novo Sindicalismo.

Enquanto isso, Raquel Moysés já havia se agregado ao MAI e passou a integrar a diretoria do SINTUFSC em 2001 na condição de coordenadora de Políticas de Comunicação e, entre 2003 e 2005, na Coordenação Geral, dividindo essa função com Elaine Tavares e Marco Antonio de Pádua Borges. (ver ANEXO I). De 2005 até 2009 atua na diretoria novamente como Coordenadora de Comunicação, bem como assessora os novos integrantes da diretoria com uma presença marcante. (Ver Apêndice B). Ambas tiveram destacada atuação no movimento, que passou a agregar muitos dos TTAEs recém-contratados pela UFSC a partir desse período.

Teve destaque também na direção da entidade José de Assis Filho, que se desvinculou dos grupos de Nilto Parma e de Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, saindo da direita para a esquerda, num movimento de crítica crescente ao Governo e à direção da UFSC. Assis chegou ao movimento depois que Lula ascendeu à presidência da República. Ao constatar que as críticas do MAI ao governo eram condizentes com a realidade e por ter conhecido de perto várias “falcatruas” da gestão universitária, especialmente na relação professor-TTAEs, entrou num processo de conscientização quanto às relações de trabalhos, especialmente as relações de exploração e divisão social das tarefas, passando a fazer a defesa dos TTAEs e das demais categorias de forma incondicional. Atuou na coordenação geral do SINTUFSC de 2005 a 2008, por dois mandatos consecutivos, que foram interrompidos com sua morte em março de 2008.

No findar do dia 27 de março de 2008 partiu o companheiro de luta e de esperança José de Assis Filho, um dos coordenadores gerais do SINTUFSC. O trabalhador dedicou inteiramente a sua vida ao gênero humano, às lutas da comunidade da universidade pública e do país que ele tanto amou.⁹⁷

Com participação ativa na coordenação do SINTUFSC, os novos integrantes da diretoria tentaram reforçar a unificação da categoria e fortalecer os vínculos com os demais movimentos sociais, que nessa década se encontravam com nova configuração ao dividirem ainda mais o movimento por grupos étnicos, de gênero, de minorias, etc.

O MAI, apesar das barreiras políticas apresentadas pela reforma

⁹⁷ SINTUFSC. Imagem viva da luta: a militância política dos trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, p. 132.

do Estado, agregou vários simpatizantes, além dos seus membros históricos, apoiou a nova composição, com destaque para Clézio Augusto Lima, Paulo Magalhães e João Sol Roza Pagani, que se destacaram entre vários novos adeptos.

A máxima do PT, de que “a luta continua”, apesar das derrotas acumuladas pelo Partido nas urnas, era incorporada sempre como combustível para que o grupo não desistisse de fazer a luta de classes e muito menos de defender os salários dos trabalhadores e a universidade pública, com acesso para todos.

O grupo de Nilto Parma e o dos rodolfistas foram se adaptando com a presença da nova entidade representativa dos técnico-administrativos e, no campo da política reivindicatória nacional, ambos acabaram levando vantagem, pois não faziam o confronto direto com o Governo Federal e utilizavam-se da disposição de enfrentamento do MAI nos momentos de luta. O MAI era quem realizava as ações políticas necessárias para efetivar a pressão da base da categoria sobre o governo como, por exemplo, o complicado processo de mobilização para a greve, que não contava com o apoio das diretorias, as quais sempre assumiram uma atitude “neutra”. Acima de tudo queriam permanecer no controle da ASUFSC e da UFSC, sem se responsabilizarem pelo movimento que contrariava a ordem. Mantinham uma relação amistosa com as autoridades e conseguiam permanecer com os privilégios institucionais de que sempre desfrutaram:

[...] o grupo no poder tinha medo de perder os privilégios institucionais e com a realização de eventos mais radicais da base, tratava logo de deixar nas mãos do MAI o controle da situação. Como por exemplo nas greves que só aconteciam com a presença decisiva do MAI, que levava a sério seu compromisso com os trabalhadores.⁹⁸

Mas, apesar desses conflitos internos, o SINTUFSC passou a ser o referencial político dos trabalhadores da UFSC e o MAI continuou a fazer sua ação independente – mesmo quando não estava no poder, pois era a sustentação política necessária para manter o nível da luta de classes.

Com o andar dos acontecimentos, mesmo os adeptos do grupo de Nilto Parma assim como os rodolfistas passaram a ver o Sindicato como uma entidade necessária para a defesa da universidade pública, do trabalho e do salário, apesar de se manterem em atitude conservadora e

⁹⁸ Maria Machado, op. cit., 2011.

ainda colherem frutos do clientelismo que começava a declinar com a implantação da política do Estado Mínimo implantado pelo neoliberalismo.⁹⁹

Durante toda a década de 1990 os trabalhadores podiam contar com o apoio do Partido dos Trabalhadores (PT) e da CUT, que nasceram da necessidade do movimento trabalhista se fortalecer. Ambos contribuíram de forma decisiva para reforçar a ideologia do Novo Sindicalismo.

Em conclusão, o movimento trabalhista iniciou a longa década de 1980 com uma atitude ofensiva e entrou nos anos 1990 reagindo de forma defensiva contra a política neoliberal, que tirou das mãos do Estado empresas importantes e lucrativas. Seus reflexos sobre os trabalhadores foram devastadores e representaram um retrocesso para a soberania e o desenvolvimento social do país.¹⁰⁰

3. 2 A CONSOLIDAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UFSC.

Implantar mudanças radicais na universidade, seguindo o fluxo político progressista que varria o país, foi o que o MAI tentou fazer na ASUFSC/SINTUFSC nos anos de transição em que dirigiu as duas entidades. E isso não foi uma tarefa fácil, pois apesar de já ter o Sindicato criado, amparado legalmente e com novos objetivos que pretendiam agregar a categoria no Movimento, não conseguia suprimir o assistencialismo que marcara a vida da Associação por décadas. Isso porque a maioria dos filiados não havia assimilado a transformação da ASUFSC em SINTUFSC. Muitos deles queriam o retorno da contribuição mensal que estavam acostumados a receber sob a forma de benefícios e festas. Muitos dos trabalhadores entendiam que o vínculo com a entidade se limitava aos benefícios recebidos, como, por exemplo, os empréstimos que ela oferecia. Não conseguiam compreender que o Sindicato poderia conceder alguns benefícios, entretanto seu papel principal era fazer a luta e não a assistência. Esperar pelas conquistas trabalhistas que dependiam do governo era muito

⁹⁹ VIEIRA, op. cit., 2008, p. 67-68.

¹⁰⁰ ESPÍNDOLA, Célio; AURAS, Marli. Movimento docente na UFSC. In: RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo (Org.). **Crítica à razão acadêmica**: reflexão sobre a universidade contemporânea. Florianópolis: Insular, 2012, p.192-194.

moroso e difícil para trabalhadores habituados com o assistencialismo. Diante desse costume, inicialmente, a decisão da direção então formada pelo MAI foi de manter os benefícios. Entretanto, com um forte trabalho de informação, muitos trabalhadores foram, gradualmente, se conscientizando da importância da luta sindical e abandonando o hábito de recorrer ao assistencialismo.

O MAI montou algumas ações para desprender da assistência os filiados do SINTUFSC, entendendo que mantê-la era o mesmo que manter a subordinação tão criticada. Para substituí-la criou o programa “Cesta Básica”, que, através de uma pesquisa de preços, indicava os estabelecimentos comerciais da cidade em que era possível ter acesso a alimentos e demais produtos de necessidade básica a preços mais baixos.¹⁰¹ Também ofereceu cursos sobre economia doméstica e aplicação correta do salário, para que os trabalhadores controlassem melhor suas despesas e não se submetessem aos juros cobrados nos empréstimos.

Entretanto, essa necessidade assistencial arraigada na mente dos trabalhadores estava em consonância com as primeiras organizações trabalhistas no Brasil, as Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo, que amparavam os operários em períodos de greve e de dificuldades econômicas. O diferencial, na primeira década do Novo Sindicalismo na UFSC, estava no fato de que as direções anteriores, da ASUFSC, não promoviam o conflito de classe e, com o Novo Sindicalismo, esse elemento passou a fazer parte da discussão cotidiana. Assim, mesmo quando a Associação ainda estava nas mãos do conservadorismo, o movimento paredista era feito, paralelamente às ações assistenciais da ASUFSC, pelos integrantes do MAI.

Já na direção da entidade, a implantação das mudanças que o MAI considerou necessárias para a consolidação do Novo Sindicalismo na UFSC foram as seguintes: i) reformulação do setor jurídico; ii) reformulação do setor de contabilidade; iii) reformulação gradativa dos benefícios e assistência; iv) mudança nas mensalidades, entre outras, como até mesmo a primeira reforma nas instalações físicas do Sindicato.

O sistema jurídico da antiga Associação era bastante limitado. Não agia de forma independente à UFSC e também não permitia aos trabalhadores entrarem na justiça com ações coletivas que abrangessem todos os associados. A conquista na justiça ficava limitada ao plano individual ou a pequenos grupos, e as ações eram julgadas pela ordem

¹⁰¹ Cesta básica para os trabalhadores da UFSC: confira os preços nos melhores lugares para comprar. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, p. 3. maio 1992.

de chegada dos processos. Assim, antes da criação do SINTUFSC, as conquistas através da justiça eram fracionadas, desiguais. Alguns ganhavam primeiro; outros, somente depois de alguns anos de espera.

Por conta disso o reordenamento do sistema jurídico do Sindicato se fez urgente, para dar uma dimensão coletiva e justa à luta. Foi necessária a desvinculação jurídica com a UFSC e a profissionalização dos serviços advocatícios. Foram contratados novos advogados com especialização e experiência na área sindical, sem vínculo com a instituição. Tal medida logo teve visibilidade com a conquista na justiça do pagamento imediato do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS):

[...] Todos os filiados poderão receber o FGTS porque temos o SINTUFSC que, de acordo com a legislação, representa toda a categoria perante a justiça. Sem que a antiga associação fosse transformada em sindicato não existiria a possibilidade de ganharmos a liberação do Fundo em uma única ação.¹⁰²

O direito ao recebimento do saldo do FGTS decorria da passagem dos trabalhadores da UFSC do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para o Regime Jurídico Único (RJU).¹⁰³ A mudança de regime de trabalho trouxe a rescisão do regime da CLT e todos tinham o direito de sacar o FGTS, que fora recolhido pelo Governo Federal durante os anos de trabalho anteriores. O governo, para não pagar todo o saldo de uma só vez, apresentou ao Congresso Nacional a Lei nº 8.216, que permitiria a devolução do fundo em cinco vezes, uma parcela por ano. Com a pressão da FASUBRA e de sua base sindical sobre o Congresso Nacional, o resultado desse impasse foi a ordem judicial de pagamento do FGTS em uma só parcela.¹⁰⁴ Entretanto, o governo ainda conseguiu protelar e burocratizar o pagamento do Fundo para alguns trabalhadores, devido à orientação diferenciada dada por advogados contratados pelos gestores anteriores à criação do SINTUFSC, que haviam se instalado na AAVUFSC e a transformado em Associação Atlética dos Servidores da Universidade Federal de Santa Catarina (AASUFSC).

¹⁰² Vitória do SINTUFSC, vitória de todos nós. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, p. 3, dez. 1992.

¹⁰³ BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 dez. 1990.

¹⁰⁴ Todo servidor sindicalizado recebe. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, n. 25, p. 2, jun. 1992.

Tendo perdido, nos tribunais da Região Sul, a ação contra o governo para o pagamento imediato do FGTS, o Setor Jurídico do SINTUFSC recorreu ao Tribunal do Rio de Janeiro, no qual conquistou ganho de causa.

Cabe aqui ressaltar que o RJU conquistado pela luta dos trabalhadores públicos de todo o país, trouxe inicialmente várias vantagens para a categoria, que o recebeu de forma satisfatória. O contexto em que o RJU foi implantado era favorável, pois os trabalhadores tinham acabado de ser enquadrados no novo Plano de Cargos e Salários. Esse plano trouxe uma reparação salarial considerável, devido à obtenção da isonomia salarial com os trabalhadores das Fundações de Ensino Superior federais. Entretanto, ao longo dos anos do neoliberalismo, os trabalhadores do poder executivo foram perdendo vários direitos contidos no RJU, por conta da aplicação da política do Estado Mínimo. A defasagem salarial foi se agravando com a inflação acumulada entre o governo de Itamar Franco até o primeiro mandato de Lula, período em que os TTAEs retomam a luta pela isonomia salarial com os trabalhadores dos Poderes Legislativo e Judiciário e para resgatar seus direitos, retirados arbitrariamente pelo Governo ao longo da década de 1990.

O RJU durou pouco, amarrou os TTAEs e o resultado foi que os trabalhadores ficaram desprovidos de várias garantias, como, por exemplo, o FGTS, que pertencia ao regime da CLT e que poderia ter sido transferido para o RJU. Em vez disso, desonerou o governo da obrigação de recolhimento do Fundo. Tirar o FGTS dos TTAEs foi uma das grandes ações do enxugamento dos gastos públicos e uma das maiores perdas que o funcionalismo público federal teve depois de 1993. A euforia ocorrida quando do saque do Fundo camuflou essa perda, e os aposentados passaram a deixar as suas antigas instituições de trabalho sem a garantia de retirada dessa poupança compulsória, antes garantida pela CLT.

Ao longo dos anos 1990 outros direitos foram retirados, tais como: a licença-prêmio, o adicional por tempo de serviço, a venda e o acúmulo de férias, a progressão funcional e muitos outros.

Com a vitória na ação judicial do FGTS, o direito dos filiados de receberem judicialmente o saldo do Fundo foi garantido já em 1992 e eles puderam compreender a força da nova estrutura que os representava. Então, aos poucos, foram compreendendo que o foco da ação sindical era a luta por mais direitos e justiça social e não as práticas assistencialistas que continuavam a ser defendidas pelo grupo de Nilto Parma, com a pretensão de defender os interesses da instituição em

detrimento da defesa dos interesses dos TTAEs. Ainda assim, as eleições no Sindicato foram perdidas, e quase toda a década de 1990 passou com a entidade sendo dirigida de forma conservadora e travada.

Como já citado anteriormente, o MAI só conseguiu retomar o controle do Sindicato no ano de 1997, quando Helena Olinda Dalri voltou à presidência e à direção do SINTUFSC. Para surpresa da nova diretoria, as contas estavam com um saldo de mais de 500 mil reais negativos, resultante da política assistencial e permissiva que os integrantes dos Grupos de Nilto Parma e do Grupo dos Rodolfistas praticaram ao longo das duas gestões anteriores.

Diante dos dados contábeis que apontavam para o déficit e constatando uma desordem em relação as contas da entidade foi contratada uma auditoria, uma vez que havia a suspeita de irregularidades.

A desorganização nas informações é um grande problema para as entidades de classe, gerando desconfiças por parte dos associados. Porém, estas informações, quando bem estruturadas e de fácil interpretação para os usuários, podem fortalecê-las e destacá-las no meio social.¹⁰⁵

O resultado da investigação confirmou que o Sindicato estava inadimplente com vários credores. A decisão da categoria, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, foi contratar um contador para fazer toda a contabilidade da entidade. Assim, a contabilidade deixou de ser interna e artesanal, passando a ser profissional, atendendo às propostas de organização apontada pelos auditores. Curiosamente a contabilidade anterior era feita de forma displicente, como já havia sido feita pelo grupo do Nilto Parma em sua primeira gestão de 1981 a 1983.

Se um dos motivos mais fortes que nos levaram a encampar uma chapa e fazer oposição às gestões anteriores da ASUFSC foi a inexistência e obscurecimento de prestações de contas, justo seria esse um ponto de honra e de exemplo a ser cumprido rigorosamente pela atual gestão. No entanto por várias oportunidades vimos convocando esse Conselho com o intuito de

¹⁰⁵MELO, Rita de Cássia. Qualidade das demonstrações contábeis: análise do processo de informações gerenciais de natureza contábil de uma entidade de classe – o caso do SINTUFSC. 47 p. Especialização (Gerência da Qualidade dos Serviços Contábeis). Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2002.

apreciar as prestações de contas, a análise e aprovação das mesmas ficaram prejudicadas pela insuficiência e desorganização dos dados e documentos contábeis apresentados pelos responsáveis, Tesoureiro e Contador.¹⁰⁶

Como se vê os grupos de direita tiveram uma prática de negligência em relação às contas da ASUFSC e do SINTUFSC, mesmo sabendo que o dinheiro da entidade não pertencesse a sua corrente, mas aos filiados. Deixá-los sem a prestação de contas, não ter transparência em relação ao uso do dinheiro alheio e não saber contabilizar as receitas e as despesas é uma falha inadmissível para um sindicalista, a não ser que o mesmo tenha como pretensão levar a entidade à falência.

A partir dessa constatação o Grupo do MAI decidiu chamar um concurso público para a contratação de um contador. Como resultado foi admitida a concursada Neuza Vil, profissional qualificada, que ocupa o cargo de contadora da entidade até os dias atuais. Essa trabalhadora organizou o setor obedecendo as sugestões dos auditores, medida que possibilitou a agilidade e a transparência na divulgação das contas, que passaram a ser publicadas bimestralmente no jornal *Circulação*, criado pelo MAI, para manter os filiados informados sobre as contas e para que participassem do controle financeiro a fim de evitar a falência do Sindicato. Mais tarde, por decisão do Congresso do SINTUFSC, as prestações de conta passaram a ser anuais, e também apreciadas ao final do mandato de cada gestão.

Outra mudança que afetou consideravelmente os associados e parte dos serviços do Sindicato foi a extinção controlada do Jardim de Infância e do gabinete odontológico, mantidos pela entidade dentro da lógica assistencial. Ainda assim foi um processo bastante lento, devido ao apego que os filiados tinham a essas políticas e a necessidade de tê-las à mão dentro do *campus* da UFSC. O Jardim de Infância, que mais tarde veio a se chamar Centro de Educação Infantil Flor do Campus, só deixou de ser responsabilidade do SINTUFSC em 1999,¹⁰⁷ dois anos depois de o grupo MAI reassumir a direção, quando foi estabelecido um acordo entre a administração da UFSC, o Sindicato e os pais de alunos.

¹⁰⁶ SILVA, Luis Henrique. 2011. p. 105-109.

¹⁰⁷ *Circulação*, Florianópolis, n. 37, p. 1, nov. 1999.

Imagem 11 – Desenho de Antônio Carlos Silva representando Helena Olinda Dalri prestando contas do SINTUFSC



Fonte: Jornal da ASUFSC, n. 17, set. 1990

O resultado desse acordo foi que os pais passaram a administrá-lo e a financiá-lo diretamente, desonerando definitivamente o SINTUFSC desse encargo. O mesmo ocorreu com o Gabinete Odontológico, que foi extinto em 2000. A diretoria do Sindicato optou por ampliar os convênios com consultórios odontológicos particulares e passou a reforçar a reivindicação da ampliação da oferta desse serviço pela própria UFSC, além de reivindicar um plano de saúde complementar.¹⁰⁸

Para aprimorar o atendimento e construir um espaço mais agradável para seus filiados, o MAI também resolveu fazer uma reforma nas instalações da ASUFSC.

¹⁰⁸ **Circulação**, Florianópolis, n. 47, p. 3, nov. 2000.



Fonte: Jornal da ASUFSC.

Apesar das mudanças favoráveis aos trabalhadores que a Constituição Federal de 1988 trouxe, especialmente para os funcionários públicos, que conquistaram sua estabilidade no emprego, o direito à livre sindicalização e a realização de greve, o imposto sindical permaneceu como obrigatório e trouxe um incômodo para o crescente movimento livre dos trabalhadores. A manutenção do imposto sindical significou a manutenção do “nó” que amarrava os trabalhadores ao Estado. Fiéis ao movimento livre, vários sindicatos decidiram não aderir ao imposto.

A FASUBRA foi uma das federações que abriu a discussão com sua base e não aceitou essa imposição constitucional, uma vez que as negociações trabalhistas eram feitas por categoria de trabalhadores e o

recolhimento do imposto poderia ser manipulado pelo governo, pelas federações e confederações não alinhadas com o Novo Sindicalismo.¹⁰⁹ Com o apoio da CUT e com base na discussão de que não se tratava de um imposto, mas de uma contribuição optativa, a FASUBRA não fez sua adesão, protegendo sua organização sindical do vínculo com o Estado.

Em substituição ao imposto sindical, a nova diretoria do SINTUFSC fez uma reformulação na cobrança da mensalidade. Amparada na decisão tomada em Assembleia Geral da categoria, o valor mensal da filiação deixou de ser igual para todos. Passou a incidir em 1% sobre o salário de cada filiado, com repasse de 5% do montante total para a FASUBRA e, mais tarde, de 5% para a CUT.¹¹⁰ Essa mudança fez justiça com aqueles que pagavam a mesma parcela mensal que os demais, mesmo recebendo menos.¹¹¹

Outra mudança que ocorreu antes da criação do Sindicato e se consolidou ao longo das décadas seguintes foi a criação do Fundo de Movimento, que mais tarde, na gestão do MAI veio a ser chamado de Fundo de Greve. Este recurso deu suporte financeiro ao movimento independente dos trabalhadores da UFSC. Como as diretorias da ASUFSC (do período de 1980 a 1989) se manifestavam sempre contra a greve e diziam não ter recursos financeiros suficientes para assumir as despesas dessas campanhas salariais, a oposição,¹¹² representada por Ângela Dalri, fez a proposta e os trabalhadores aceitaram iniciar um Fundo que garantisse os gastos com a luta. Inicialmente o Fundo de Movimento foi construído através da arrecadação de verbas originárias da realização de eventos locais, que ocorriam principalmente durante as greves, tais como: “bailões”, festas, barraquinhas e a venda de doces e salgados.¹¹³

Em 1991 foi ampliada a discussão sobre o Fundo de Movimento em Assembleia Geral de greve realizada no dia 14 de agosto.¹¹⁴ Ficou

¹⁰⁹ ANTUNES, op. cit., p. 42-44.

¹¹⁰ Dados fornecidos pela Secretaria Financeira do SINTUFSC, que informou ainda que o repasse de verbas à CUT ocorreu entre os anos de 1994 e 2005.

¹¹¹ SINTUFSC. Restaurante Universitário da UFSC, Florianópolis. Ata da Assembleia Geral de Greve realizada no dia 25 de junho de 1991, p. 2.

¹¹² SINTUFSC. Restaurante Universitário da UFSC, Florianópolis. Ata de Assembleia Geral dos TTAEs realizada em 5 de outubro de 1990.

¹¹³ Fundo de Movimento permite nossa participação nacional. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, maio 1992, p. 4.

¹¹⁴ SINTUFSC. Restaurante Universitário da UFSC, Florianópolis. Ata da Assembleia Geral de Greve realizada em 14 de agosto de 1991.

definido que todos os filiados do SINTUFSC contribuiriam para o fundo com uma arrecadação adicional de 1% sobre o salário do primeiro mês em que fosse recebido o reajuste salarial conquistado com a última greve.¹¹⁵ O fundo era necessário para bancar as despesas das futuras greves, tais como: materiais para divulgação e passeatas; viagens a Brasília e outros eventos relacionados à greve; e para socorrer os filiados necessitados, caso houvesse corte ou atraso nos salários.

O desenvolvimento das políticas neoliberais no Brasil exigiu que a organização dos trabalhadores da base da FASUBRA fosse cada vez mais estruturada e centrada na defesa da categoria. Era necessário obstar o processo de exploração do trabalho e de privatização dos serviços públicos. A luta não poderia parar e as greves de protesto foram sendo construídas de forma unificada por categoria.¹¹⁶ Foi necessário criar o Fundo de Greve para amparar as greves que eram deflagradas pela Federação em períodos críticos do movimento sindical, quando o governo não abria a negociação com os TTAEs.

Segundo depoimento de Helena Olinda Dalri a necessidade de os TTAEs terem um Fundo de Movimento surgiu da posição reacionária da ASUFSC:

[...] a presidência da antiga ASUFSC era contra a greve, limitava os recursos destinados para o movimento político dos TTAEs. Portanto, para levar à frente um movimento livre e forte, foi necessária a criação do Fundo de Movimento, que no início era constituído de poucos recursos.¹¹⁷

Com a chegada do MAI à presidência da ASUFSC em 1989, as greves começaram então a ser financiadas pelo Fundo de Greve, que, ao crescer, fez com que não fossem colocadas limitações financeiras nas ações que eram decididas pela categoria. A primeira normatização do Fundo de Greve foi aprovada na greve de 1991, e os responsáveis pela administração dos recursos foram: Mário Kobus, Mauro Pereira e Ângela Dalri.¹¹⁸

Em 1992, um ano após sua aprovação, os trabalhadores, depois de debitados os gastos com a greve, contavam com um montante de Cr\$

¹¹⁵ Fundo de Greve será de 1% na próxima folha. **Jornal da ASUFSC**. Florianópolis, p. 7, set. 1991.

¹¹⁶ ANTUNES, op. cit., 2005. p. 15-16.

¹¹⁷ Helena Olinda Dalri. *Entrevista concedida a Maria Nazaré Wagner*. Florianópolis, 14 fev. 2011.

¹¹⁸ SINTUFSC. Restaurante Universitário da UFSC, Florianópolis. Ata da Assembleia Geral de Greve realizada em 21 de março de 1993.

22.468.000,00 (vinte e dois milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil cruzeiros).¹¹⁹ Já no ano de 2007, o Fundo de Greve já havia arrecadado R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), valor apurado depois da greve daquele ano.¹²⁰ Assim, os gastos necessários para a realização das atividades do movimento, apresentadas pela Comissão de Divulgação, que precisava dar visibilidade e divulgação à luta, eram aprovados pelos trabalhadores, que opinavam sobre esse encaminhamento participando das assembleias gerais.

Dentro do processo de discussão sobre a importância do Fundo de Greve para a garantia das campanhas salariais, houve um aprimoramento e o Estatuto do SINTUFSC de 1995, em seu artigo 89, regulamentou o seguinte:

Os recursos financeiros para o fundo de greve serão provenientes de: I - 1% do salário bruto de cada filiado, descontado durante o período de greve, deduzida a contribuição para a seguridade social e o imposto de renda, além do desconto da mensalidade; II - 3% da arrecadação das mensalidades do Sindicato. § 1º - Ocorrendo a suspensão do pagamento, o percentual referido no inciso I deste artigo será cobrado quando da liberação do mesmo. § 2º - No caso de corte de salário, em função da greve, não será cobrado o percentual relativo ao fundo de greve. § 3º - Para efeito de desconto, será considerado o período de greve superior a quinze dias. III - No período de greve, o repasse do Sindicato para o fundo de greve será de 10%.¹²¹

A greve era o instrumento mais importante que a categoria possuía para fazer a pressão sobre o Governo Federal. Como não havia o direito ao dissídio coletivo de trabalho, sem a negociação trabalhista na data base da categoria, somente com greve os trabalhadores da UFSC conseguiam reposição salarial. A garantia de recursos para sustentá-la era uma das prioridades apontadas pelo “grupo da esquerda”, que construiu o Fundo de Greve e pretendia aumentá-lo e protegê-lo, como condição de segurança para a realização das atividades nas campanhas salariais. O medo de retaliações promovidas por diretorias “pelegas”,

¹¹⁹ Prestação de contas da ASUFSC, realizada pelo MAI em dezembro de 1991.

¹²⁰ Prestação de contas do SINTUFSC, realizada pelo MAI em dezembro de 2007.

¹²¹ SINTUFSC. Estatuto do SINTUFSC. 1992.

que poderiam não repassar verbas do Sindicato para a manutenção da greve e a necessidade de garantir recursos para possíveis cortes de salários promovidos pelo Governo, impulsionaram o grupo da esquerda a aprimorar o Fundo e manter o “movimento radical de confronto com Governo”.¹²² O Movimento do Novo Sindicalismo dos TTAEs da UFSC foi sempre uma ação paralela e independente à diretoria conservadora da ASUFSC e às diretorias do SINTUFSC que representavam os interesses do grupo de Nilto Parma e dos rodolfistas.

Como o MAI não aceitava nem fazia o jogo político desses grupos, permaneceu até 1989 longe da possibilidade de presidir a entidade e implantar uma gestão que fosse organizada, democrática e ética.

¹²² O movimento do Novo Sindicalismo não era um movimento revolucionário no sentido pleno da palavra, era um movimento trabalhista independente que usava a greve e outras formas de manifestação para pressionar os patrões e o Governo, especialmente para reajustarem os salários, quando estes eram arrojados pela falta de política salarial e pela hiperinflação; reivindicava também a redução das jornadas de trabalho e a garantia do emprego.

4 AS GREVES NA BASE SINDICAL DA FASUBRA: O MOVIMENTO GREVISTA DOS TTAES DA UFSC

Nesta seção analisamos a continuidade do movimento grevista coordenado pela FASUBRA nos finais dos anos 1980 e na década seguinte (ver Tabela 1), tendo como foco principal a luta pela cidadania, que incluía a ampliação dos direitos, melhorias salariais e defesa da universidade pública, no período de legalização do movimento sindical e de criação e consolidação dos sindicatos da base dessa entidade. Chamado de Novo Sindicalismo, esse foi um movimento de trabalhadores que encontrou na greve o seu instrumento de pressão contra patrões e o Estado.

Santa Catarina não ficou de fora desse processo e, com a institucionalização do SINTUFSC, os trabalhadores da UFSC passaram também a atuar nas greves, respaldados pela Constituição Federal de 1988, a Lei de Greve de 1989 e pelo Estatuto do Sindicato, criado em 1992, e implantado a partir de 1993. No entanto, na prática, o governo não considerava as greves legais, contrariando o direito dos trabalhadores, ameaçando com o corte dos salários e multas. Usava o dispositivo da legalidade, alegando que a Lei de Greve não estava regulamentada, com a pretensão de amedrontar os grevistas e desestabilizar o movimento na base.

Porém, o movimento sempre esteve firme e foi adotando vários tipos de greves, tais como: a) a greve geral, nacional, por categoria; b) a greve com ocupação de setores da Universidade, como por exemplo o Restaurante Universitário (RU), o Departamento de Administração Escolar (DAE) e o Núcleo de Processamento de Dados (NPD); c) a greve de bloqueio, com o fechamento das entradas principais do campus da UFSC; d) a greve demonstrativa, por tempo determinado, para evitar uma greve geral.

Entretanto, os juízes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgarem as greves do serviço público em última instância, acabavam sendo da opinião de que o tratamento dado à greve dos trabalhadores das empresas públicas deveria ser o mesmo tratamento dado aos trabalhadores do setor privado. Entendiam que o pagamento dos dias parados dependeria do que fosse acordado para pôr fim à greve, como, por exemplo, trabalhar número maior de horas por dia para compensar os dias parados. Como as greves sempre terminavam em acordos, os dias não trabalhados

jamais foram descontados, fato este que gerou uma confiança positiva no movimento e uma cumplicidade com os gestores da UFSC.¹²³ A posição dos juízes sempre foi acatada pelo MEC, pelo MPOG e pelos reitores das universidades.

Segundo Ricardo Antunes, havia uma maior tolerância nas greves do serviço público, uma vez que esta não afetava a economia, como ocorria com as greves nas fábricas. Por isso as greves de longa duração ficavam localizadas nesse setor, computando maior número de horas não trabalhadas como no final dos anos 1980 e nas décadas seguintes.¹²⁴

Mesmo assim, durante as greves, havia sempre uma tensão entre os trabalhadores, especialmente entre aqueles que queriam fazer a greve e aqueles que defendiam o governo ou que queriam protelar o movimento com sua posição antigreve. Havia também aqueles que relutavam em fazer a greve, apesar de considerá-la como o único recurso possível para negociar aumento salarial com o governo, com medo do desconto do salário e de represálias das chefias.

Portanto, a paralisação dos trabalhadores do serviço público jamais foi de 100%, mesmo nas universidades, consideradas pelos diferentes segmentos da sociedade como um setor de alto nível de consciência política entre seus membros. Tal fato é compreensível para quem conhece o seu funcionamento e percebe a diversidade de concepções políticas que nela existem.

Como o funcionalismo perdeu o direito ao dissídio coletivo, uma das últimas saídas era a greve de longa duração. Ainda assim, durante os períodos de paralisação, o comando local de greve, formado por trabalhadores de vários centros de ensino da UFSC e sempre liderado por integrantes do MAI, fazia todo um esforço para manter a maioria dentro do movimento reivindicatório e, para dar segurança aos grevistas, também sempre pressionava o CUn a se posicionar diante da greve, para garantir o maior número de TTAEs paralizados.

A Tabela 1 nos mostra como foi o início do movimento grevista dos TTAEs das IFES e seu desenrolar ao longo dos anos 1980.

As duas primeiras greves dos TTAEs foram por tempo determinado de apenas um dia cada uma delas e ocorreram nos anos de 1982 e 1983. Na UFSC significou uma vitória dos integrantes do Grupo de Antônio Carlos Silva – MAI, que conseguiram tirar o indicativo de greve apesar da oposição da presidência da ASUFSC.

¹²³ MARTINS, Sérgio Pinto. **Greve no setor público**. São Paulo: Atlas, 2001.

¹²⁴ ANTUNES, op. cit., p. 16.

Tabela 1 – Greves e conquistas dos TTAEs da UFSC – 1980 a 1989

Início	Término	Ano	Conquistas
20/10	20/10	1982 1 dia	Paralisação dos TTAEs das IFES por 24 horas. Até então não haviam feito greve.
21/07	21/07	1983 1 dia	Segunda Greve Nacional de 24h.
Sem registro	Sem registro	1984 84 dias	40% de reposição salarial Compromisso do governo de implantar a isonomia entre as autarquias e as fundações.
		1986	Greve em defesa da autonomia universitária.
06/07	28/07	1987 22 dias	Primeira carreira dos TTAEs, estabelecida pela Lei nº. 7.596/87. Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Emprego (PUCRCE). Direito a ascensão funcional
25/11	11/01	1988-1989 47 dias	Contratação de 1.340 TTAEs. Reconhecimento do direito à aposentadoria integral.
04/05	05/07	1989 61 dias	Primeiro acordo entre a FASUBRA e o governo, definição de uma política salarial para os trabalhadores do serviço público federal.

Fonte: FASUBRA. Memorial 30 anos. Linha do Tempo – FASUBRA Sindical.

A greve de 1984 foi de 84 dias e muito significativa para a categoria e para o Movimento do Novo Sindicalismo nas IFES. Mostrou que a greve era o instrumento principal para se alcançar a reposição salarial, caso contrário os salários permaneceriam estagnados apesar da inflação que o diminuía a cada dia. Nessa greve os TTAEs conquistaram 40% de aumento salarial e conseguiram assegurar o compromisso do governo na implantação da isonomia entre os TTAEs das Universidades Federais e das Fundações.

Em 1986 a greve foi por tempo indeterminado e ocorreu em nível

nacional juntamente com a greve dos alunos e professores pela defesa da universidade pública e pela autonomia universitária. Não foram encontrados registros sobre os dias de início e fim da paralisação. Porém sabe-se que foi uma greve de longa duração e de impacto sobre o governo, que protelou seu projeto de privatização, cujo conteúdo previa a prestação de serviços pagos à sociedade na condição de extensão universitária.

A greve de 1987 foi de 22 dias e ocorreu entre os dias 6 e 28 de julho daquele ano. Essa greve contou com a participação massiva dos TTAEs, totalizando quase 100 mil grevistas que pressionaram o governo e os dirigentes das IFES para que fosse implementada a prometida isonomia salarial entre as autarquias e as fundações. Com ela foi conquistado o Plano de Cargos e Salários e o direito a ascensão funcional para os servidores públicos das IFES.

Entre os dias 25 de novembro de 1988 a 11 de janeiro de 1989 os TTAEs das IFES fizeram uma greve de 47 dias. As reivindicações principais foram: a) o direito a aposentadoria integral; b) a reposição salarial pelos índices de inflação; e, c) a contratação de novos TTAEs.

Essa greve resultou na contratação de 1.340 novos servidores para as IFES e o reconhecimento à aposentadoria integral.

A greve de 1989 ocorreu entre os dias 4 de maio a 5 de julho, percorrendo um período de 61 dias sem trabalho. Sua principal reivindicação foi a reposição salarial, que culminou num acordo com o governo para que fosse implementada uma política salarial.

Na década de 1980 foram realizadas 7 greves que ocorreram nos anos de 1982, 1983, 1984, 1986, 1987, 1988 e 1989. Ao todo foram contabilizados 216 dias de jornadas não trabalhadas nas IFES.

Foram muitas as greves nacionais ocorridas depois da década de 1980, apesar do refluxo ocorrido no setor industrial, se comparamos com as mobilizações de 1978.¹²⁵ Em vários setores do serviço público, tais como nas universidades, a greve teve seu espaço e garantiu o processo de enfrentamento da classe trabalhadora com o governo. Segundo Ricardo Antunes (1995), os trabalhadores assalariados médios, incluindo trabalhadores do serviço público e bancários, tiveram participação expressiva nas greves da virada da década de 1980 para 90, pois o movimento sindical industrial já se encontrava em sua fase de recuo.¹²⁶

¹²⁵ *Ibidem*, p. 14.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 14-16.

Tabela 2 – Greves e conquistas dos TTAEs da UFSC – 1990 a 2011

Início	Término	Ano	Conquistas
05/06	25/08	1990	Impedimento do projeto de transformar as universidades em Organizações Sociais (OSs) Aprovação, em 11/12/1990, do RJU para todos os servidores públicos.
05/06	25/08	1991	Reajuste geral de 20%. Enquadramento no Regime Jurídico Único
13/05	06/07	1992	Não houve conquista.
13/05	06/06	1993	Garantia, em lei, do vale-alimentação. Reajuste salarial de 192,25%.
19/04	09/06	1994	Decisão favorável pelo STF de que Servidores Públicos Federais têm direito à greve, mediante regulamentação pelo Congresso Nacional.
09/05	02/06	1995	Não houve conquista.
16/04	20/05	1996	Não houve conquista.
20/04	06/07	1998	Projeto de Emenda Constitucional (PEC-370) retirado do Congresso Nacional que desresponsabilizaria o governo de parte do investimento nas universidades, permitindo a busca de financiamento na iniciativa privada e a cobrança de mensalidades aos alunos.
10/05	11/08	2000	Impedimento do Projeto de Autonomia Universitária do MEC.
25/07	26/10	2001	Gratificação de Atividade de Ensino (GAE) incorporada ao vencimento-base de ativos e aposentados. Reajuste de 3,5%. Engavetamento dos projetos: Lei de Emprego Público, que previa contratação pela CLT. Privatização de até 25% dos leitos e atendimento do Hospital Universitário (HU) em geral.

Início	Término	Ano	Conquistas
08/07	02/09	2003	Elaboração da PEC paralela da Reforma da Previdência, o que reduziu o impacto sobre os trabalhadores públicos.
23/06	08/09	2004	Tabela dos servidores técnico-administrativos em educação reestruturada. Incorporação de gratificações. Step (degrau entre os vencimentos) único de 3%. Piso salarial de R\$ 701,00.
17/08	02/12	2005	Reestruturação e aplicação da tabela dos servidores técnico-administrativos em educação. Reposição de até 69% para o pessoal de Nível de Apoio e de Nível Médio.
04/06	06/09	2007	Barrada a privatização do HU reparação dos erros na carreira implantada em 2005 Reposição salarial de até 94% para os TTAEs de Nível Superior.
07/06	22/09	2011 107	Barrada a entrada da EBSEH na UFSC.
11/06	28/08	2012 80	Barrada a entrada da EBSEH na UFSC. Reposição salarial de 15,60% Negociação com a Reitoria da UFSC com vistas à implantação das 6h com atendimento de 12 horas ininterruptas.

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do SINTUFSC e da FASUBRA

A Tabela 2 apresenta as principais conquistas obtidas pelos trabalhadores da educação pública superior no período de 1990 a 2012. O que constatamos ao apurar o quadro de greves nas IFES é que estas tinham ao mesmo tempo um caráter ofensivo e de resistência, e defensivo no sentido da defesa dos direitos e dos reajustes. Eram

movimentos que se alternavam na luta pela manutenção e conquista de novos direitos, além dos seus integrantes batalharem pela recomposição dos salários, pela defesa do emprego e pela manutenção dos serviços públicos. Segundo Ricardo Antunes, apesar de ter sido menor o número de greves desses trabalhadores no final de 1980, o número de dias parados suplantou o número registrado no setor industrial.¹²⁷ Como o processo de implantação dos sindicatos da base da FASUBRA estava em curso no final dos anos 1980 e início dos 1990, foram realizadas muitas mobilizações, com amplas manifestações populares por todo o país.

As reivindicações dos TTAEs das IFES nas primeiras greves transitavam por isonomia salarial entre o funcionalismo das autarquias e fundações e pela aprovação do Regime Jurídico Único. Depois, além das reivindicações corporativas, entrou na pauta também a campanha do “Fora Collor” que incrementou a mobilização, colocando nas ruas das capitais um contingente expressivo de trabalhadores contra o governo de Fernando Collor de Mello e seus planos econômicos: Collor I e Collor II, considerados a maior ofensiva do governo contra o funcionalismo público e contra a sociedade que, na madrugada do dia 17 de março de 1990, amanheceu sem o dinheiro que havia guardado na poupança.¹²⁸

Entre 1988 e 2005 foram realizadas nas universidades federais brasileiras 15 greves de longa duração, com a finalidade de defender a universidade pública, gratuita e de qualidade, bem como de impedir que o Governo Federal implantasse seu projeto neoliberal de privatização das IFES e de outras empresas públicas, de barrar a Reforma da Previdência e garantir a isonomia salarial e a reposição dos salários pelos índices da inflação, acumulada durante os governos de Fernando Collor de Mello, de Itamar Franco, de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

No período de 25 de novembro de 1988 a 11 de janeiro de 1989, os trabalhadores técnico-administrativos das universidades realizaram uma greve nacional, por tempo indeterminado, que durou 47 dias. Reivindicavam principalmente melhores salários.¹²⁹

No período de 4 de maio a 5 de julho de 1989, nova greve começou por tempo indeterminado e durou 61 dias.

Em 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello, entre

¹²⁷ *Ibidem*, p. 14.

¹²⁸ Choque do Plano Collor é o maior de toda a história. **Folha de S. Paulo**, n. 22. 263, p. 1, 17 mar. 1990.

¹²⁹ FASUBRA Sindical, 2011, p. 13.

os dias 11 de setembro e 12 de outubro, os TTAEs das IFES realizaram nova greve nacional, com duração de 31 dias, em defesa de reajuste linear de 20%; contra as demissões; contra a redução dos salários e em defesa da universidade pública, autônoma e de qualidade.

Em março de 1991 a FASUBRA deflagrou uma greve nacional que não ganhou corpo por falta de mobilização, cujo motivo principal foram as medidas antissociais e o receio de retaliações do Governo de Fernando Collor de Mello. Os trabalhadores da UFSC realizaram greve de apenas uma semana, pois não conseguiram mobilização suficiente para sustentar o movimento.¹³⁰ A pauta principal dessa campanha era o posicionamento contrário às demissões no serviço público, que estavam ocorrendo em nível nacional. Essa greve ocorreu no primeiro semestre, e a FASUBRA contabilizou uma média de 20 dias de paralisação do trabalho nas universidades.

Entretanto, no segundo semestre de 1991, a greve foi de 5 de junho a 25 de agosto, perfazendo um total de 80 dias. Essa greve foi em conjunto com os estudantes e os professores das IFES, contra a PEC-56B, emenda constitucional do governo Collor que pretendia administrar as universidades criando as Organizações Sociais (OSs).

Essa foi uma greve de longa duração, na qual os trabalhadores das IFES sentiram-se vitoriosos com os ganhos obtidos, mesmo considerando que as perdas econômicas com os Planos Collor não tivessem sido recuperadas. Nessa greve, os trabalhadores passaram por um amadurecimento político, e as discussões culminaram em uma pauta de reivindicações internas que foi apresentada ao reitor da UFSC, Bruno Schlemper Junior, que se recusou a discutir com a categoria os problemas que os trabalhadores enfrentavam à época. Na ocasião, o reitor encaminhou um representante à assembleia que pouco se pronunciou.¹³¹

No período de 13 de maio a 6 de julho de 1992, a greve unificada da categoria durou 53 dias. A FASUBRA e sua base reivindicavam isonomia salarial e reposição das perdas salariais.

Houve nova greve, que iniciou por tempo indeterminado, de 13 de maio a 6 de junho de 1993, e durou 25 dias. Essa greve foi conjunta com os professores das IFES. Era o governo do presidente Itamar

¹³⁰ Como a adesão dos trabalhadores da UFSC a esta greve nacional foi muito baixa, a Assembleia Geral de Greve, realizada no dia 13 de maio de 1991, decidiu pela volta ao trabalho. **Jornal da ASUFSC**, Florianópolis, p. 2, 1991.

¹³¹ REITOR fução não quer o debate. **Jornal da ASUFSC**, Florianópolis, p. 3, set. 1991.

Franco, e os trabalhadores reivindicavam a isonomia salarial que vinha sendo negociada desde o governo do presidente Fernando Collor de Mello. Nesse governo foi conquistado um reajuste salarial de 192,25%. Foi a primeira reposição integral das perdas salariais acumuladas durante um ano.

Em 1994 houve nova greve, de 19 de abril a 9 de junho. Foram 52 dias de paralisação pela reposição salarial, pela negociação coletiva, em defesa da autonomia de gestão financeira e administrativa nas universidades e por mais verbas para a educação.

Nessa greve aparece de forma mais decisiva a presença de Raquel Moysés e de Elaine Tavares no Movimento.

Em 1995 foi realizada greve nacional, que começou por tempo indeterminado e durou 24 dias, percorrendo o período de 9 de maio a 2 de junho. Foi uma greve por reposição salarial e pela negociação coletiva de trabalho no serviço público.

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, no período de 29 de abril a 20 de maio de 1996, foi realizada uma greve, que começou por tempo indeterminado e durou 22 dias. O eixo principal dessa greve eram as reformas do Governo de Fernando Henrique Cardoso, especialmente a Reforma da Previdência que pretendia deslocar do MEC o vínculo da aposentadoria dos trabalhadores administrados pelo RJU para a previdência pública, o INSS, bem como obrigar os trabalhadores a pagarem um fundo de pensão privado como complemento para a nova forma da aposentadoria.¹³²

A greve de 1998 ocorreu entre os dias 20 de abril a 6 de julho, somando 77 dias não trabalhados. A luta foi contra o Projeto de Emenda Constitucional (PEC-370) retirado do Congresso Nacional, que desresponsabilizaria o governo de parte do investimento nas universidades, permitindo a busca de financiamento na iniciativa privada e a cobrança de mensalidades aos alunos. Foi também uma greve em defesa dos salários com a reivindicação de uma reposição salarial de 75%.

Entre 10 de maio e 11 de agosto de 2000 foi realizada longa greve que contabilizou 93 dias de paralisação dos TTAEs. Essa greve barrou o projeto de autonomia universitária do governo, que pretendia que as IFS buscassem recursos na iniciativa privada sem retirar a dependência com o Governo.

¹³²FASUBRA Sindical, op. cit., 2011.

Imagem 13 – Grevistas da UFSC em passeata no centro de Florianópolis, 1998



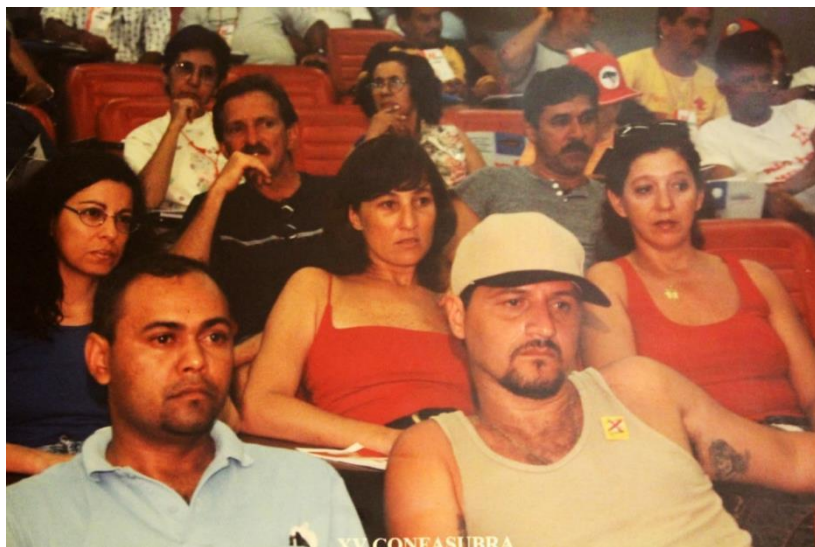
Fonte: Acervo de Helena Olinda Dalri

A greve geral da categoria ocorrida em 2001 paralisou as IFES por 92 dias, no último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso. Foi considerada por seus avaliadores a maior conquista da categoria, pois foi conseguida a incorporação da Gratificação por Atividade de Ensino (GAE) aos salários, significando uma reposição sobre o salário-base de 160%, sendo, além disso, conquistado um reajuste de 3,5% no salário. Com a pressão, os trabalhadores das

IFES conseguiram que fosse suspensa a votação do Projeto de Lei do Emprego Público, que previa contratação de TTAEs pelo regime da CLT, bem como do Projeto de Lei de Privatização de 25% dos leitos dos Hospitais Universitários.

Em 2003 foi realizada a greve entre os dias 8 de junho e 2 de setembro, contabilizando 56 dias de trabalho suspensos. Foi contra a reforma da previdência e a favor da PEC paralela que reduziu o impacto da reforma sobre os trabalhadores públicos, ao propor a manutenção do vínculo empregatício com o MEC, após a aposentadoria, sem partir para a obrigatoriedade do fundo de pensão.

Imagem 14 – Integrantes do MAI no XX CONFASUBRA, 1998. Luziânia – GO



Fonte: Acervo de Helena Olinda Dalri

No ano de 2004 ocorreu nova greve, cujo objetivo era a aprovação de novo plano de carreira, com piso salarial de R\$ 701,00 (setecentos e um reais), e a diferença entre os níveis da carreira (step) de 3%. Nesse mesmo ano foi aprovada, pela maioria dos presentes na assembleia, com apenas três abstenções a desfiliação do SINTUFSC à CUT.

Entretanto foi nesse ano que ocorreu o rompimento dentro do MAI, com os governistas apoiando as políticas do governo Lula e os TTAEs fiéis ao Novo Sindicalismo continuando a luta pela manutenção da independência política do Sindicato e da FASUBRA. Essa luta travou-se no discurso, nos argumentos apresentados por ambos os lados, porém somente os acontecimentos dos anos seguintes e as informações mais claras, após avaliação de vários intelectuais como Sara Granemann, da Universidade Federal do Rio de Janeiro,¹³³ foram capazes de provar para os céticos que a diretoria do SINTUFSC e seus aliados estavam certos. A verdadeira história do governo do PT veio à

¹³³ GRANEMANN, Sara. **Para uma interpretação marxista da ‘previdência privada’**. Tese de Doutorado. Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dezembro de 2007.

tona e a história mostrou-se mais uma vez mestra da vida, apesar da incompreensão de muitos dos TTAEs sobre a verdadeira política de governo que estava em curso.

Imagem 15 – Desenho de Antônio Carlos Silva. Greve na UFSC: fechamento do RU e NPD em 2004.



Fonte: Acervo de imagens SINTUFSC.

Já a greve de 2005 ocorreu durante o período de 17 de agosto a 2 de dezembro, totalizando 110 dias parados. A reivindicação principal era ainda a reestruturação do Plano de Cargos e Salários que veio culminar no Plano de Carreira e de Cargos dos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE) e na aplicação imediata do plano, visando à correção da dos salários que estavam defasados pela inflação desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. A conquista não foi um Plano de Cargos e Salários atualizado, pois o governo e a Federação fizeram um acordo que culminou em uma simples tabela salarial, esdrúxula que contemplou um reajuste melhor para os servidores de nível de apoio e parte dos trabalhadores de nível médio, sendo que para o nível superior não foi concedido nenhum reajuste. Esta tabela gerou o descontentamento de toda a categoria, particularmente do pessoal de nível superior, que ficou fora do enquadramento.

A greve de 2007 deu-se entre os dias 4 de junho e 6 de setembro. Foram 94 dias não trabalhados, pela reparação dos erros na tabela aprovada em 2005 e implantada em 2006, contra o projeto de privatização dos Hospitais Universitários e por reposição salarial. Nasce o grupo dos TTAES de Nível Superior das IFES (TNSs) que reivindicam paralelamente à greve uma carreira separada). Os TNSs são incluídos na carreira e conquistam com ela uma reposição salarial diferenciada, conforme sua posição e tempo de serviço, que chegou até

94% de reposição salarial.

A greve de 2011 ocorreu entre os dias 7 de junho a 22 de setembro. Sua pauta principal foi à busca pela reposição salarial, considerando a inflação do período anterior e contra a contratação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. (EBSERH) para administrar os Hospitais Universitários de todo o país. Esta foi uma das maiores greves da FASUBRA com 107 dias de paralisação, cujo resultado foi o impedimento da contratação da referida empresa pela maioria das universidades federais. Como não houve a reparação dos salários pela inflação, levou os trabalhadores a deflagrarem nova greve no ano seguinte devido ao descaso do governo.

Também a greve de 2012 foi pela recomposição dos salários e contra a EBSERH. Foram 80 dias de greve, cujo resultado da negociação com o governo federal culminou em um reajuste de 15% dos salários a serem pagos em três vezes, em três anos consecutivos, no mês de março de 2013, 2014 e 2015.

Durante a década de 1990 foram realizadas 8 greves durante os anos de 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996 e 1998. Nesse período apenas nos anos de 1997 e 1999 não foram realizadas greves. Foram 339 dias não trabalhados.

No período seguinte, já no século XXI, foram também realizadas 8 greves nos seguintes anos: 2000, 2001, 2003, 2004, 2005, 2007, 2011 e 2012. Somente nos anos de 2002, 2006, 2008 e 2009 não foram realizadas paralizações de longa duração. Num total de 632 dias não trabalhados. Esse século ficou caracterizado como sendo das greves mais longas. O total geral até 2012 foi de 1.187 dias não trabalhados.

Podemos concluir que a greve foi uma constante no movimento reivindicatório dos TTAEs das IFES, fator que foi decisivo para manter a negociação com o governo e a garantia de certa remuneração que foi aos poucos de afastando do salário mínimo. Garantiu, apesar da insatisfação e a defasagem salarial dos anos 1990 e 2000 salários mais razoáveis e um Plano de Cargos e Salários defasado, mas que não rebaixou os salários ao mínimo como ocorreu na década de 1970 e na de 1980. A insistência e a manutenção da greve como elemento fundamental do Movimento dos TTAEs das IFES foi imprescindível para evitar maior rebaixamento dos salários.

Entretanto, percebe-se que a chegada do PT ao governo e a posição confortável do Brasil diante da crise mundial do capital iniciada em 2007 não garantiram salários maiores do que aqueles conquistados com a isonomia salarial do final dos anos 1980 e o PUCRCE do início dos anos de 1990. Portanto, a chegada do Partido que melhor

representou o Movimento trabalhista no país, nesse período, não promoveu mudanças significativas na remuneração dos TTAES das IFES.

4.1 O JORNAL DA ASUFSC, O JORNAL DO SINTUFSC E O JORNAL CIRCULAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO TRABALHADOR DA UFSC

Como condição para a realização das greves foi necessário incrementar a comunicação com a base da categoria. Organizar uma assessoria de imprensa passou a ser fundamental, e logo o MAI partiu para essa função que veio a culminar com a construção de uma Política de Comunicação, que tinha como pressuposto ser eficiente e livre, mantendo o movimento e a mobilização, apesar de alguns momentos de recuo.

Para entendermos a importância da comunicação, é necessário voltar ao passado e compreender como ela era tratada antes da virada política dos trabalhadores da UFSC para uma direção mais progressista.

Na antiga ASUFSC, a comunicação entre a Associação e os filiados era precária e as notícias circulavam mais “eficientemente” pelo chamado “boca a boca”. Os corredores da Reitoria da UFSC, particularmente aquele próximo ao Departamento do Pessoal (DP) – hoje Departamento de Desenvolvimento e Potencialização de Pessoas (DDPP) –, eram os principais focos de irradiação das notícias, que dali se espalhavam pelo *campus* universitário com grande velocidade. Como alguns trabalhadores do DP participavam das gestões da ASUFSC, durante os anos 1980, esse se constituiu um local no qual todos procuravam informações. Depois do DP, era da própria Associação que emanavam as informações, por meio do Boletim da ASUFSC e do Informativo da Reitoria, o que já mostrava a sua ligação visceral com a administração.

A garantia do direito de livre expressão política e de liberdade de imprensa estava institucionalizada, mas só depois da chegada do MAI à direção da ASUFSC é que foi possível construir um jornalismo verdadeiramente independente, sem vínculo com a reitoria, com o lançamento do *Jornal da ASUFSC*. Esse jornal primou pela sistemática cobertura daquele período crítico da história brasileira. Por exemplo: somente de fevereiro de 1989 a fevereiro de 1990 a inflação foi de 2.751%, acompanhada dos planos de governo: Plano Cruzado I, Plano Cruzado II, Plano Bresser e Plano Verão, todos com congelamento de

preços e de salários e com fracassadas tentativas de controlar a inflação.¹³⁴ Nesse cenário, as informações que mais interessavam aos trabalhadores da UFSC saíam principalmente da ASUFSC, quando esta se encontrava então sob nova direção, com o grupo do MAI. As notícias giravam em torno das questões salariais e das ineficientes políticas do governo para conter a inflação. Os trabalhadores precisavam se defender da situação de penúria em que se encontravam e o jornal era a fonte principal de informação e formação política.

Uma das inovações trazidas pelo novo grupo foi no campo da linguagem, pois foi efetuada a substituição do termo “servidor” pelo termo “trabalhador”.¹³⁵ Isso porque o termo servidor foi aos poucos adquirindo um caráter pejorativo, na medida em que os trabalhadores foram refletindo sobre o seu significado e concluindo que a origem do nome estava associada à servidão, subordinação daquele que é servil, que serve a um senhor.¹³⁶ Essa comparação foi tão pertinente que o corpo docente da UFSC, que era quem melhor compreendia seu significado, não gostava de ser chamado, pela linguagem informal e formal da UFSC, de servidor, salvo raras exceções. Possuía o nome e o *status* de professor, mestre ou doutor.

Os professores nunca batalharam para abandonar o nome de servidor que lhes quiseram impor, porque nunca assim foram tratados. Então, da mesma forma como o professor era visto como um profissional que se auto-reconhece, que possui uma profissão reconhecida pelos demais, o trabalhador técnico-administrativo da UFSC também partiu para a afirmação de sua identidade e dignidade enquanto sujeito do processo educacional. Entretanto, a desigualdade que sempre existiu nas relações de trabalho reproduziu a organização política fracionada que encontramos na universidade. Uma organização dividida entre APUFSC, SINTUFSC, AASUFSC e AOPEN que apontavam para várias UFSC e para um retrocesso nas relações que os homens e as mulheres dessa instituição precisavam estabelecer para a conquista da igualdade.

Até 1989, as informações sobre as questões de pessoal e os serviços que a Associação prestava à comunidade se misturavam,

¹³⁴ DIEESE. Disponível em: <<http://www.dieese.com.br>>. Acesso em: 28 fev. 2012.

¹³⁵ Servidor público, termo consolidado em 1990 com o novo Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União das Autarquias e das Fundações Públicas.

¹³⁶ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1846.

trazendo, de certa forma, um benefício para os trabalhadores, que recebiam as notícias sobre o que estava circulando na UFSC, fosse reivindicativo ou administrativo. Porém, os informativos traziam as informações de forma limitada, restrita e atrasada, muitas vezes com assuntos já discutidos e concluídos sem a participação da categoria. Para a administração da UFSC era bom, pois esta não precisava dispensar tempo e preocupação com a frequência da comunicação oficial, exceto quando vazavam informações inéditas, sigilosas ou distorcidas que exigissem explicação.

Além disso, a UFSC dispunha de uma Assessoria de Imprensa que publicava o *Informativo da UFSC* e o *Jornal Universitário*. Este jornal oficial estava a serviço da administração da UFSC, fazia a defesa da instituição, ajudava a dar visibilidade somente às ações positivas da reitoria. Também divulgava informações do interesse dos filiados da ASUFSC. Tratava-se de uma “imprensa marrom”, de cunho sensacionalista, que defendia os interesses da elite administrativa e seus feitos.¹³⁷

Fora esses 3 meios de comunicação – o *Boletim da ASUFSC*, o *Jornal Universitário* e o *Informativo da UFSC* -, também circulavam convites para os eventos promovidos pela ASUFSC. O *Boletim da ASUFSC* servia também como um meio de comunicação da Administração de Pessoal da UFSC para os técnico-administrativos. UFSC e ASUFSC se confundiam, uma vez que a ASUFSC não possuía a independência financeira e política, que veio a conquistar a partir de 1989.

O atrelamento da ASUFSC à UFSC trazia, portanto, a facilidade de acesso e o privilégio da informação das notícias oficiais internas e externas, uma vez que a ponte oficial entre os gestores da UFSC e Brasília era estreita e feita com muita frequência. O depoimento abaixo dá uma noção de como a comunicação acontecia:

Quando trabalhei no Departamento do Pessoal, durante a gestão do diretor Nilto Parma, este não saía de Brasília. Quando não estava na UFSC, estava em Brasília tratando da legislação e das burocracias que giravam em torno das questões da política de pessoal daquela época; especialmente as relacionadas aos salários. Quando o diretor chegava, circulava a notícia de que ele veio de

¹³⁷ LIEDTKE, Paulo; LOTH, Moacir. Democratização universitária com política de comunicação. In: RAMPINELLI, Waldir José (Org.). **Universidade: a democracia ameaçada**. São Paulo: Xamã, 2008, p. 145-160.

Brasília e trouxe essa ou aquela informação. Isso era mais intenso durante o governo do presidente José Sarney, onde vigorou uma política de reposição salarial. Todos os funcionários queriam saber se estava confirmada a reposição salarial anunciada pela imprensa. A implantação desta política salarial foi o resultado da pressão da classe trabalhadora sobre os patrões e o Governo. Mesmo com a reposição salarial, com a inflação sempre crescente, o salário da maioria dos trabalhadores, em determinado período do ano, ficava abaixo do mínimo e o governo era obrigado a pagar a diferença para não descumprir a legislação trabalhista.¹³⁸

Como se vê no depoimento acima, a ASUFSC, com seu perfil já citado anteriormente, nunca se preocupou com uma imprensa livre e crítica.

Foi por conta desse histórico atrelamento que o MAI, tão logo assumiu a direção da Associação, tratou de mudar radicalmente a cara da comunicação, para estabelecer a diferença. Foi assim que veio à luz o *Jornal da ASUFSC* (ver Anexo A), já atuando na mesma linha combativa do Novo Sindicalismo crescente.

Depois, com a criação do Sindicato, em 1992, o nome do jornal mudou, para expressar a nova condição do movimento e passou a chamar-se *Jornal do SINTUFSC*, cada vez mais vinculado a uma proposta de comunicação livre das amarras da administração, com informações atualizadas e garantindo voz a todos os pontos de vista dos trabalhadores, conforme Imagem 16.

No acervo do SINTUFSC só foram encontrados os exemplares do *Jornal da ASUFSC* a partir do número 12; portanto, não existem, no Sindicato, registros sobre a data de criação e a explicitação dos seus propósitos. Entretanto, os objetivos puderam ser observados na linguagem e na variedade de assuntos que ele trazia em suas seções e seus artigos, com destaque para o movimento dos trabalhadores das universidades federais em nível nacional e local, especialmente quanto ao processo de sindicalização e nas campanhas salariais que culminavam em greves.

Esse periódico tinha explicitamente a pretensão de ser um jornal sindical e seu conteúdo e linguagem eram casados com a linguagem do Novo Sindicalismo. Fazia a defesa do trabalhador afastando-o do

¹³⁸ Maria Machado, op. cit., 2011.

sindicalismo “pelego”, cuja pretensão era trabalhar para defender a manutenção do *status quo*.

A presença desse jornal como instrumento de comunicação junto aos trabalhadores foi de grande importância para a afirmação da ideia de criação do Sindicato, bem como para a construção da identidade coletiva dos trabalhadores da USFC.¹³⁹

Depois de mudar de situação jurídica – de Associação para Sindicato – a entidade que congregava os TTAEs da UFSC foi ganhando espaço dentro da UFSC e na FASUBRA, sendo o jornal um de seus principais instrumentos para a conquista desse reconhecimento. Logo que se transformou em Sindicato, a entidade iniciou a publicação do *Jornal do SINTUFSC*, no terceiro ano do mandato do Grupo do MAI. Depois da greve de longa duração que contabilizou 77 dias de paralisação, o jornal trazia em sua primeira página uma notícia mostrando que a sindicalização da base da FASUBRA havia trazido resultados positivos para os técnico-administrativos das IFES, com o primeiro acordo de greve firmado entre o Governo e a Federação.¹⁴⁰ Aquilo era fermento para a luta e mostrava a capacidade dos trabalhadores de construir sua própria história a partir da mobilização.

Com o novo nome, *Jornal do SINTUFSC*, esse periódico foi ocupando o *campus* da UFSC e trouxe como novidade a abertura de espaço para discussão com a oposição e com os demais interessados em construir a luta independente dos TTAEs. Inaugurou, também, uma nova forma de imprensa na organização dos TTAEs, pois tinha como característica principal um jornalismo livre, independente e sem censura. Além disso, ampliava seu conteúdo com informações para a compreensão da conjuntura política e econômica do país. Sua pretensão de ser uma imprensa livre foi anunciada no primeiro exemplar com o novo nome de *Jornal do SINTUFSC*, lançado em maio de 1992:

Com a transformação da ASUFSC em SINTUFSC este jornal não muda nada. É claro que deixa de ser o Jornal da ASUFSC para ser o Jornal do SINTUFSC... Ao contrário de outras publicações (jornais?) que circulam pela comunidade universitária, o Jornal do SINTUFSC vai ser o que foi o Jornal da ASUFSC: um canal para a discussão de idéias e para a divulgação de notícias

¹³⁹ TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. 1. ed. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: Educs, 2004. v. 1, p. 152-153.

¹⁴⁰ Nossa greve foi vitoriosa. **Jornal do SINTUFSC**, n. 16, p. 1, set. 1991.

que interessam a todos os trabalhadores da UFSC. Se outros jornais (?) estão preocupados em garantir o poder do grupo que o edita ou em passar fofocas da trivialidade que agradam o patrão, o Jornal do SINTUFSC não vai se rebaixar ao nível deles. Este jornal continuará aberto a quem quiser discutir, seja ou não associado do SINTUFSC. Acreditamos que é na discussão que a categoria poderá discernir para poder optar entre posturas diferentes.¹⁴¹

A ação do MAI para desatrelar os trabalhadores da administração da UFSC, quando as questões apresentadas eram sobre a situação do trabalho e dos salários, abriu caminho e ganhou fôlego com a criação do jornal. Entretanto, como era um jornal que dava espaço para a oposição se posicionar, acaba sendo usado para a realização da disputa política. Assim, eram comuns os artigos tanto de ataque à nova direção, como de defesa do grupo que estava então no poder. Exemplo dessa situação pode ser constatada nos jornais que faziam a cobertura da transição da ASUFSC para o SINTUFSC.

A alteração do nome do jornal não trouxe nenhum estranhamento para os filiados, uma vez que o conteúdo e a linguagem seguiram o mesmo perfil do Novo Sindicalismo. O único diferencial passou a ser o nome do periódico, que fora ajustado para o sindicalismo.

No início da administração gestão do MAI, a administração da UFSC cortou tudo aquilo que antes concedia gratuitamente ao grupo "amigo". Com isso foi necessário muita criatividade e um controle rigoroso sobre as finanças da entidade. Considerando o jornal como o seu principal instrumentos de comunicação, o grupo buscou patrocinadores no mercado do entorno e logo os encontrou. Entre eles destacamos alguns estabelecimentos comerciais das redondezas da UFSC: Vídeo Plus (Carvoeira), Dreku's, Comércio de Calçados e Presentes e Kock Modas (rua Lauro Linhares), A Barraquinha: Confecções e Presentes (rua Cônego Bernardo), etc. Além disso também conseguiu o apoio de alguns prestadores de serviços que não se furtaram ao patrocínio, tais como: psicólogos, dentistas, oficinas de carros e outros.¹⁴²

¹⁴¹ Por que Jornal do SINTUFSC? **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, n. 23, p. 2, maio 1992.

¹⁴² **Jornal do SINTUFSC**, p. 3-8, jun. 1992. Todas essas páginas, com exceção das duas primeiras, traziam propagandas dos patrocinadores.

Imagem 16 – O Jornal da ASUFSC passa a se denominar Jornal do SINTUFSC



Fonte: Acervo de Helena Olinda Dalri

Com o passar do tempo, esse periódico, com sua regularidade mensal,¹⁴³ teve um impacto substancial sobre a organização política dos servidores da UFSC e sobre a base da FASUBRA na Universidade.

Entretanto, de 1993 a 1998, o *Jornal do SINTUFSC* perdeu seu tom crítico, informativo e democrático, pois estava sob o controle do grupo de Nilto Parma e do grupo dos Rodolfistas. A direção amenizou a linguagem com o intuito de marcar uma posição política atrelada à administração da UFSC. O jornal retornou ao estilo da comunicação da antiga Associação. Perdeu sua periodicidade e afastou-se de seus princípios; apesar de continuar sendo um importante veículo de comunicação com a base.

Em 1997, com o retorno da esquerda ao Sindicato, o conteúdo do jornal foi reestruturado e em 1998 seu nome foi modificado, bem como seu conteúdo e simbolizou a necessidade da categoria melhor se informar sobre a conjuntura na UFSC e no país, com um jornal que

¹⁴³ Durante pesquisa no acervo do SINTUFSC, foi possível constatar a periodicidade do jornal *Circulação*, que era mensal. Nos períodos de greve e de outros eventos importantes promovidos pelo SINTUFSC, tais como reformulação do Estatuto da entidade ou da realização dos Congressos do SINTUFSC, ocorreram edições especiais, com cadernos temáticos e edições extras.

chegasse a todos os TTAES e a comunidade da UFSC. O grupo do MAI ao assumir a diretoria do SINTUFSC queria um jornal que efetivamente circulasse e desse maior visibilidade a posição crítica dos trabalhadores. Resgatou seu antigo estilo crítico, ampliou a informação e definiu de maneira clara e pública uma Política de Comunicação, passando a se denominar *Circulação* (ver Anexo VI). O primeiro exemplar a circular com esse novo nome foi impresso em setembro de 1998, na gráfica do Jornal Diário Catarinense, em pleno governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Jornal voltou a recuperar e disseminar a postura crítica que emanava da direção do movimento em relação à administração da UFSC e ao governo Federal. Seu objetivo era deixar seus filiados bem informados sobre os acontecimentos e notícias que interessassem aos trabalhadores da Universidade, ampliando a formação crítica da base sindical e apresentando outras notícias para além do mundo laboral. Com narrativa simples e direta, publicava os documentos oficiais de maior relevância – tanto do SINTUFSC, como da UFSC e do Governo Federal, para que a base construísse, ela mesma, sua opinião e crítica sobre as permanências e as mudanças nas políticas do Governo. O editorial do primeiro exemplar com o nome *Circulação* assim se expressou em setembro de 1988:

Circulação é um jornal que nasce num tempo de crítica transição. Tem a pretensão de ir além da simples informação, daquilo que envolve a universidade e os seus segmentos. Ele surge com o primeiro ano da Gestão “Eu quero é MAIs” na direção do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC. Chega trazendo a certeza de que imprensa sindical é, antes de tudo, jornalismo. Foi-se o tempo dos jornais panfletários, de propaganda e agitação, que acabavam por alienar o trabalhador no mundo do trabalho. O trabalhador quer se ver no jornal por inteiro, na sua dimensão universal. É um direito que lhe assiste. É um dever de quem os representa. Os jornais sindicais modernos devem buscar a verdade com ética, perseverança e apuro técnico. Trabalhar a informação até a exaustão, utilizando todos os instrumentos do jornalismo. O momento é delicado e histórico. Neste quadro de outubro, estaremos decidindo qual o projeto que nós trabalhadores queremos para o Brasil. Por isso, é estimulante nascer em meio a um contexto como o atual. Estimulante e decisivo. O propósito

é fazer uma edição a cada mês. Leia reflita e dê a sua opinião. No contexto da UFSC, a nossa matéria de contracapa define o princípio de tudo: Sonhar e atuar. Sobreviver com dignidade. Faça bom proveito porque o Circulação é seu!¹⁴⁴

Como já afirmamos o jornal serviu para a consolidação de uma comunicação mais estreita e direta com a base e com os demais membros da comunidade universitária. Como o conteúdo se diferenciava dos informativos anteriormente publicados pela antiga Associação, trazia certo frescor à informação e buscava fortalecer a identidade do trabalhador como sujeito importante no processo educativo.¹⁴⁵

Em resumo, o jornal do Sindicato teve seu papel histórico no processo de consolidação do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC, tentou ultrapassar os muros que continuam sedimentados na UFSC entre o Estado e os trabalhadores, . O crescimento do movimento teve como um de seus propulsores esse instrumento, que além de deixar a categoria informada sobre a ação sindical propriamente dita, também a preparou com as notícias sobre os impasses que a luta cotidiana exigiu no universo das demais lutas de outras categorias do Brasil e do mundo. Cumpriu, portanto, o seu papel.

4.2 A ARTE ENGAJADA DE ANTÔNIO CARLOS SILVA.

Antônio Carlos Silva, nasceu na cidade de São Paulo, no Bairro Ipiranga e a família de 9 irmãos logo se mudou para a Vila Brasilina no subúrbio da capital, onde todos tiveram uma infância feliz de meninos pobres que brincavam pelas ruas de terra, livres da violência que viria mais tarde a tomar conta da cidade.

Estudou na Universidade de São Paulo (USP) onde ingressou em 1969 como estudante de arquitetura e veio a formar-se em 1973. Durante o curso universitário vivenciou a repressão do regime militar contra o movimento estudantil e teve contato com vários militantes de esquerda, que apesar de serem perseguidos como subversivos continuaram agindo na clandestinidade.

¹⁴⁴ Da redação: sonhar e Atuar! **Circulação**, Florianópolis, Ano 1, n. 1, set. 1998.

¹⁴⁵ Na pesquisa realizada, não foi possível ter acesso aos informativos expedidos pela antiga ASUFSC. Entretanto, o contato com trabalhadores da UFSC que a vivenciaram nos anos de 1970 e 1980, proporcionou uma ideia de como era a comunicação com os filiados da entidade.

Em 1974 já estava trabalhando por conta própria, no Escritório de Projetos e Obras da USP, onde possuía um contrato de trabalho provisório e recebia Cr\$ 16.000 (dezesesseis mil cruzeiros) mensais.

Nesse mesmo ano o professor João David Ferreira, então Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura da UFSC (DEA), visitou o Escritório de Obras da USP com a finalidade de pegar assessoria técnica para a construção do HU da UFSC. Lá conheceu o jovem e talentoso arquiteto Antônio Carlos Silva, que pertencia a equipe do arquiteto Osmar Mamini, que logo o foi recomendando para trabalhar na UFSC, por apenas dois meses, para ajudar na execução do projeto do HU. Na conversa Antônio Carlos Silva aceitou a possibilidade de vir para a UFSC.

Durante sua permanência em São Paulo teve contato com a equipe do *Jornal o Trabalho* onde iniciou sua militância política.

Chegou na UFSC em 1976, a convite de João David Ferreira Lima, que ofereceu um contrato de trabalho precário de Cr\$ 13.000,00 (treze mil cruzeiros) mensais. Logo se engajou na discussão trabalhista que estava em curso. Chamou a atenção dos TTAEs para o movimento estudantil e o movimento docente já presente na universidade e juntamente com seus companheiros de trabalho criou o movimento de oposição à política assistencialista da ASUFSC que mais tarde receberia o nome de MAI.

Sua participação como uma das principais lideranças do movimento foi de suma importância na década de 1980, quando ainda não estava assegurado aos trabalhadores públicos o direito de greve e os direitos sociais e civis no Brasil eram ainda bastante restritos.

Em 1983 participa da fundação da coordenação executiva municipal do PT em Florianópolis, juntamente com Walmir Martins. A partir de então sua militância política em prol do Partido está definida, apesar da discricão com que se apresenta para os TTAEs da UFSC em seus diferentes fóruns políticos.

Contudo, era nítida sua posição política uma vez que o discurso que o PT assumiu na propagando eleitoral no rádio e na televisão eram as mesmas que saíam de suas palavras em público, assim como era a mesma a de outros TTAEs simpatizantes do Partido.

Era um discurso que se apoiava na teoria marxista-leninista, que diante da crise econômica e política entre o regime ditatorial e a democracia - presente nas décadas de 1970 e 1980 -, fazia a leitura da conjuntura política que melhor se encaixava na precária realidade do trabalhador do serviço público, dentro do cenário nacional. Era, portanto, um discurso convincente que atraía os TTAEs da UFSC, para

as assembleias gerais da categoria.

Ao circular pela UFSC, Antônio Carlos Silva logo passou a ser chamado apenas de Silva, como é conhecido ainda hoje entre os técnicos e docentes.

Aprendeu o desenho técnico em sua passagem pelo curso de arquitetura na USP. Durante as greves de 1980, trouxe para o movimento dos TTAEs a necessidade da confecção de faixas para dar visibilidade à greve. Essas faixas eram escritas por ele mesmo. Envolvia sempre um grupo de técnicos para ajudarem na pintura das letras que era a parte mais demorada desse trabalho.

Quando a greve era deflagrada o pessoal da oposição tratava logo de distribuir tarefas da greve e os técnicos presentes eram divididos em diferentes comissões de trabalho, que davam sustentação ao movimento, garantindo sua organização, mobilização e publicização. Silva era sempre quem primeiro se apresentava para as tarefas da comissão de divulgação. Essas faixas traziam mensagens que no início do movimento diziam: “servidores da UFSC em greve por melhores salários”, “estamos em greve em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade”, “a UFSC está em greve por melhores salários”, “servidores da UFSC em greve por um salário justo”, “50% de reajuste salarial já”, “fora FMI”, etc. Essas faixas, simbolizavam as reivindicações dos TTAEs e a luta por direitos que os trabalhadores brasileiros ainda não tinham conquistado. Denunciavam a exclusão dos trabalhadores do processo de distribuição de riqueza, o descaso do governo com a educação e a saúde, bem como com os trabalhadores dos serviços públicos. Contribuíam para a identidade da luta.

Para os atos públicos além das faixas, também eram preparadas placas “pirulitos”, que davam maior visibilidade ao movimento.

Na maioria das greves sua oficina funcionou no RU e contou com a colaboração dos TTAEs que se revezavam de greve para greve ajudando a produzir esses elementos. Assim foi nascendo uma produção coletiva de materiais que davam destaque as greves e que eram produzidos inicialmente de forma simples e barata sobre papel de “embrulho” - papel simples utilizado em vendas de secos e molhados e em padarias da época -, que traziam as cores lisas em verde, amarela, azul e rosa. Para a confecção dos “pitulitos” eram usados cartolina e sarrafos de madeira. A tinta utilizada era a acrílica de cor preta. Esses materiais eram baratos e de fácil acesso para os integrantes do incipiente movimento que não contava com verbas da ASUFSC.

Na segunda metade da década de 1980, quando o movimento ganhou mais fôlego, já era adquirido o papel *craft*, com textura mais

resistente e duradoura. A presença de Antônio Carlos Silva foi decisiva para a criação do SINTUFSC em 1992. Entretanto, depois da derrota do MAI para a diretoria do Sindicato em 1993 e as mudanças de postura política do PT em 1994, Silva revê a posição política de alguns membros do Partido que se preparam para assumir futuros cargos importantes na estrutura política do país e percebe a guinada partidária que viria a se concretizar mais tarde. Rompe com o PT e opta por direcionar sua energia para o movimento dos TTAEs das IFES, particularmente para os trabalhadores da UFSC, em prol da manutenção do sindicalismo livre.

A partir de então começa a fazer cartazes, com desenhos coloridos e chamativos que deram mais visibilidade à greve, ao cotidiano do movimento, às críticas ao governo e às reivindicações dos TTAEs das IFES, principalmente da UFSC.

Sua arte começa a ser desenvolvida com um trabalho simples de esboços de caricaturas e desenhos ingênuos. Entretanto possui grande significado político, que vai aos poucos se aperfeiçoando e dando identidade à luta e a personagens da política. Passam a ter uma complexidade de dados que refletem a crítica e a indignação dos trabalhadores ao sistema político.

Como gostava de dizer:

Essa produção era coletiva, pertencia ao coletivo, pertencia ao movimento. O que vocês estão chamando de arte da greve é algo coletivo. Muitos participavam comigo e me ajudavam, as vezes sem saber, com idéias que inspiravam os cartazes com as figuras e as palavras que eu desenhava.¹⁴⁶

A partir da criação do SINTUFSC começa então a fazer aquilo que viria a ser denominado, por seus companheiros de luta, como sendo “a arte da greve dos TTAEs da UFSC”. Passa então a desenhar caricaturas de políticos, de integrantes do movimento, do cotidiano das greves na UFSC e faz algumas ilustrações no *Jornal do SINTUFSC/Circulação*, conforme Imagem 11, mantendo sempre a confecção das faixas.

Com a ascensão do Partido à presidência da República, em 2003, percebe que sua posição política independente estava no caminho certo e incrementa ainda mais sua crítica ao governo, agora presidido pelo PT. Mantém sua posição coerente com o interesse da classe trabalhadora,

¹⁴⁶ Antônio Carlos Silva. Op. cit. 2011.

com o interesse dos TTAEs e é um dos únicos ex-petistas a expressar sua indignação com a atuação do Partido, agora cooptado com uma política de direita, a favor do capital, conforme deixou registrado na imagem 15.

Imagem 17 – Antônio Carlos Silva e Angela Dalri preparando as imagens da greve, em 2007.



Fonte: Acervo de Helena Olinda Dalri

Seus desenhos em cartazes eram coloridos. Começavam com esboços que o artista fazia e pintava com tinta acrílica sobre papel *craft*, que chegavam a ter até 3 metros de comprimento por um metro de altura. Expressavam a conjuntura política, tais como as imposições da política imperialista do FMI para o pagamento da dívida externa e o consequente arrocho salarial.

Imagem 18 – Antônio Carlos Silva, cartaz com as vaias que os trabalhadores brasileiros, organizados pela CONLUTAS e por várias entidades sindicais, dirigiram contra Lula na abertura dos Jogos Pan Americanos de 2007, no Maracanã.



Fonte: acervo de imagens do SINTUFSC.

Um exemplo da consciência sobre a conjuntura política que essas

imagens expressaram está na greve de 2007, quando trabalhadores de todo o Brasil participaram de uma das mais espetaculares manifestações públicas contra o Governo Lula. Na abertura dos Jogos Pan Americanos, realizados no Rio de Janeiro, várias entidades sindicais organizaram o acesso de trabalhadores à solenidade. No momento em que o Presidente do Brasil se apresentou recebeu o maior vaia de sua vida, conforme expresso na Imagem 18. Pego de surpresa, não soube como agir. Constrangido e avexado diante da situação transmitida e noticiada para todo o mundo, interrompeu sua fala. As “belas e populistas” palavras de Lula foram suspensas da cerimônia, que prosseguiu sem a presença do presidente. A cerimônia estava prejudicada. No mesmo dia, a imprensa de todo o mundo noticiou o ocorrido, sem grandes explicações, uma vez que não estava a serviço do movimento, mas a serviço do capital que, mais uma vez ajustava seus lucros com mais um megaevento ocorrido no Brasil.

Diante desse evento, Silva fez o cartaz que aparece na Imagem 18, expressando o ato que deixou o presidente do Brasil “nú” diante da mídia e da população. Esse ato dos trabalhadores foi lamentado em silêncio pelo Partido e pelo governo. Expressou de forma genial sua indignação com um governo capitalista, que em sua ambivalência ora se dirige aos trabalhadores como seu grande aliado, porém mantém as estruturas das relações de exploração do trabalho, beneficiando o capital.¹⁴⁷

Silva foi um trabalhador dedicado e fiel ao movimento, mesmo depois da posição ambígua do PT. Manteve seus princípios e até hoje participa das greves com sua arte coletiva e comprometida com o Novo Sindicalismo que entrou num processo de esclerose e precisa ser reinventado.

¹⁴⁷ CERQUIER-MANZINI, Maria Lourdes. O que é cidadania. 4ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2010, p. 48.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mostramos até aqui o que foi a chegada do Novo Sindicalismo no Movimento dos Trabalhadores da UFSC, quando as diretorias da ASUFSC viam o assistencialismo e o estreito vínculo com a administração da UFSC e ao governo federal como a única forma de resolver os problemas econômicos dos TTAEs. Apontamos também a difícil e persistente caminhada do grupo de Antônio Carlos Silva, o MAI, na direção da solução desses problemas através da pressão desencadeada pela greve, que se tornou o principal espaço de encontro dos trabalhadores. Foi por meio de informações, discussões e da construção de ideias no coletivo que o movimento dos trabalhadores consolidou paulatinamente sua independência política e sua organização de classe, livre, com a criação do SINTUFSC em 1992.

A institucionalização do Movimento do Novo Sindicalismo, com sua ideologia libertária, ainda encontrou a resistência do grupo de Nilto Parma e do grupo dos rodolfistas, não apenas no período de criação do SINTUFSC, mas em todo o período de consolidação do Sindicato, ou seja, desde os anos 1980 até os anos 2000. Vimos que a virada ocorrida com a nova eleição de Helena Olinda Dalri, em 1997, deu renovado vigor ao movimento, que conquistou sua hegemonia durante os anos de 1997 a 2009.

Nos anos 2000 o movimento passa a ser de retração no que se refere à mobilização. Entretanto foram realizadas várias greves que contaram ao mesmo tempo com um enfrentamento “consentido” contra a reforma da previdência, a reforma sindical e a reforma universitária (REUNE) do governo. Por outro lado, as greves se caracterizaram como defensivas, pela manutenção de direitos, como por exemplo, do direito adquirido no contrato de trabalho em relação ao tempo de serviço para aposentadoria, bem como pela manutenção do vínculo empregatício com o MEC.

A chegada de Lula ao governo e a sua imediata proposta de reforma na Previdência abriu uma fenda no movimento de esquerda da UFSC. Por um lado, havia históricas lideranças, estreitamente ligadas ao governo e esperançosas de que seriam efetuadas mudanças e avanços quanto aos direitos sociais; por outro, houve uma considerável parte de TTAEs que imediatamente se colocou contra as propostas governistas, porque estas significavam perda de direitos. Assim, devido à ambiguidade política causada pela chegada do PT ao governo, cresceram por dentro do Movimento que já agonizava as lideranças de Raquel Moysés e de Elaine Tavares. Essas lideranças atuaram

firmemente na crítica ao governo, lembrando da necessidade da independência do movimento sindical, fazendo assim a mediação com aqueles trabalhadores que não estavam entendendo o que estava acontecendo, bem como esclarecendo o que era o PT no poder, com sua coligação com os liberais, e o que fora o Partido enquanto oposição.

A maior preocupação dessas lideranças que permaneciam na resistência era com o fato de o PT ter mantido a política neoliberal, com a contrarreforma do Estado. Tentavam manter na prática sindical a independência dos sindicatos, romper os laços políticos com o Partido e a Central, pois, mesmo diante de situação tão ambígua, ainda viam uma possibilidade de resistir mantendo a completa separação entre o Sindicato e o Governo, garantindo a autonomia dos trabalhadores e da entidade mesmo enfrentando uma Federação cujos dirigentes eram fortemente vinculados ao PT e à CUT.

Mesmo diante dessa conjuntura desastrosa para a classe trabalhadora brasileira, em 2003 os trabalhadores e os demais movimentos sociais organizados se mobilizaram contra o Governo Lula, que partiu para a ofensiva contra eles ao realizar a Reforma da Previdência. Os sindicatos de trabalhadores públicos iniciaram a luta de maneira um pouco tímida, porque havia entre eles muitos militantes que apoiavam o governo; mas, com o tempo, a mobilização se fortaleceu, chegando a promover grandes momentos de protesto.

Naqueles dias a Central Única dos Trabalhadores decidiu dar razão ao governo, apoiando a reforma, que era, na prática, a retirada de direitos dos trabalhadores públicos. Esse movimento governista por parte da Central e o completo abandono das lutas dos trabalhadores públicos foi o estopim para que muitos sindicatos iniciassem o processo de desfiliação da CUT, do qual o SINTUFSC foi um dos primeiros. O resultado da disputa contra o governo foi uma derrota para os trabalhadores, pois foi aprovada a ampliação do tempo de serviço para mais cinco anos de trabalho, sob a justificativa de que a previdência era deficitária e que os brasileiros ficariam usufruindo mais tempo desse benefício, devido à ampliação da esperança de vida, que havia subido de 60 anos em 1990 para 67 anos em 1999.

Essa reforma, contrariando o interesse da classe popular e da classe média garantiu o desconto do Imposto de Renda e do INSS, na fonte, por mais cinco anos, ampliando assim as reservas financeiras do governo.

O fato é que a greve contra a Previdência foi perdida e como consequência os negociadores não levaram a sério as reivindicações e negociações, que estavam em curso. O resultado foi um parco plano de

carreira, o chamado PCCTAE, que não só retirou direitos e penalizou algumas camadas de trabalhadores, como também acabou provocando uma profunda cisão no movimento.

A implantação do PCCTAE de 2005, beneficiou apenas os trabalhadores de nível de apoio, com uma reposição que não contemplou todas as perdas salariais passadas, e desprezou aqueles que ocupavam os níveis médio e superior. O resultado dessa desastrosa imposição foi que novamente os TTAEs foram a greve em 2007. Entretanto foram beneficiados apenas os trabalhadores de nível superior, que com a presença da recém criada ATNSs, tiveram uma negociação paralela a da FASUBRA, que culminou com um ajuste no plano de carreira apenas para esse nível, que também não foi atendido integralmente em suas reivindicações.

Em seu conjunto as negociações das greves de 2004, 2005 e de 2007 não foram satisfatórias, apesar das reposições para o NA e o NS, pois, muitos trabalhadores foram excluídos e as demais reivindicações não foram atendidas. Apenas a implantação das fundações para administrarem os HUs foram barradas, e estão suspensas até o presente momento.

Lula também apresentou um Projeto de Reforma Sindical a PEC-369/2005, que está parado. Essa PEC institui aos sindicatos um “estatuto padrão” e cria outras burocracias prevendo sua regulamentação. Contém alterações muito perigosas para a luta da classe trabalhadora, podendo definir a nova estrutura sindical com amplas possibilidades da classe patronal sair ganhando no dissídio coletivo quando resgata o comum acordo, apesar de pôr fim à contribuição sindical compulsória. Além do que, exige que as entidades sindicais cumpram os requisitos de representatividade, participação e agregação se quiserem obter a personalidade sindical. Tenta atender as demandas dos dois lados e tira a liberdade dos sindicatos de organizarem de forma livre suas lutas.¹⁴⁸

Ao defenderem o governo Lula sem conhecerem a reforma sindical e as brechas que esta traz para a amarra dos sindicatos ao Estado, os governistas (novos e velhos) comprometeram a liberdade sindical e a luta sem regras oficiais que garantiram fôlego ao Movimento do Novo Sindicalismo. Sendo o governo Lula cooptado pelas forças de direita, em especial pelos liberais que vêm definindo os

¹⁴⁸ GUSMÃO, Rute. A contra-reforma sindical do governo Lula. **Cadernos Especiais: as reformas do governo Lula. RJ. UFRJ.** n. 15, p. 2-3, 2005.

rumos do Estado brasileiro, o movimento operário foi neutralizado, tal qual ocorreu com o Sindicato Solidariedade na Polônia e com o Partido Trabalhista Inglês no final dos anos 1980, que foram seduzidos pelo livre mercado e abandonaram o trabalhismo e o socialismo.

O movimento dos servidores públicos ainda resiste, porém com sérias limitações. Na UFSC, velhos companheiros passaram a trilhar caminhos opostos e a divisão propiciou, nos anos que se seguiram, a volta das forças conservadoras para a direção do Sindicato. Era o fim do Novo Sindicalismo, apesar da continuidade das greves de longa duração.

Enfraquecido, o Novo Sindicalismo perde o controle sobre o SINTUFSC em 2009. O retorno das práticas conservadoras com a posse de Celso Martins, Terezinha Ceccatto e Otávio Pereira, de início pareceu um processo consentido, pois antigos integrantes do MAI, num primeiro momento, não demonstraram interesse em permanecer na direção do Sindicato. Esse vácuo permitiu que Otávio Pereira, integrante da última gestão do MAI, como simpatizante dúbio, mas que alimentava ao longo de sua vida de servidor público uma estreita aproximação com a direita e, portanto, uma nostalgia pela antiga ASUFSC, ocupasse o espaço aberto pelo grupo da esquerda. Com seu perfil paternalista, chama os Rodolfistas para formarem uma chapa, cujo resultado foi a vitória da direita, agora com nova roupagem costurada ao longo dos anos com sua aproximação com o PDT, o PCdoB e o PT, ambos aliados do governo Lula/Dilma Rousseff.

Ao se apoderar do Sindicato, o grupo da direita, com seu “novo/velho” perfil assistencial, constrói um amplo calendário de festas com muita cerveja e brindes caros, como por exemplo: aparelhos de televisão de plasma, entre outros eletroeletrônicos caros, e começam a destruir o patrimônio financeiro do Sindicato.

Ampliam a participação dos TTAEs nas caravanas à Brasília, contratando ônibus caros para seu deslocamento, hospedam-se em hotéis caros, que poderiam ser substituídos por hospedagens mais baratas - caso o interesse desses filiados fosse apenas a reivindicação política e benefícios para todos -, aumentam os preços das diárias envolvendo principalmente os caravaneiros (principais beneficiários) nessas decisões, construindo uma base de sustentação mais interessada em fazer “turismo da terceira idade” e gastar o dinheiro do Sindicato, cujas reservas foram construídas ao longo dos anos pelo conjunto dos filiados e que precisam ser preservadas para dar sustentação as futuras lutas trabalhistas. Adotam uma postura político-financeira de desperdício, num movimento contrário aos interesses da categoria e da classe trabalhadora. Enquanto que o MAI primava por ter reservas financeiras

em caixa para os momentos de arrocho salarial e de maior repressão ao movimento. Os Rodolfistas, agora, abandonam essa política e com ela a formação sindical permanente, sem entenderem que a atuação conjunta e a solidariedade com outros movimentos sociais é ação indispensável para fazer frente às políticas nocivas do governo e da elite econômica nacional.

Na UFSC o Novo Sindicalismo acaba com a retomada do poder pela direita, depois de mais de uma década de hegemonia do grupo do MAI.

A volta aos primórdios mostrou que a direita não só permanece a mesma, como se adapta aos novos tempos de contrarreformas do Estado e volta a adotar o “peleguismo”, ao fazer novamente o jogo do governo, como no início da ASUFSC e como havia feito e tentado fazer nos anos do Novo Sindicalismo na UFSC.

Depois de 2009 tornou-se fato histórico que integrantes do PT, do PDT, do PC do B e da CUT haviam capitulado e se entregado ao capital por sedução e por conveniência política, como também é fato que a nova/velha diretoria do Sindicato queria voltar aos velhos tempos de atrelamento ao Estado, uma vez que encontrou apoio entre os novos governistas de plantão, trazendo de volta também antigos seguidores de Nilto Parma, numa orquestra desafinada com a base da categoria que assiste perplexa o desmonte do movimento.

Essa nova/velha diretoria dizia querer um sindicato direcionado somente para os trabalhadores da UFSC, voltado para si mesmo, com atitudes umbilicais e retrógradas e encontrou fôlego quando constatou que as finanças do SINTUFSC estavam saneadas e com razoável reserva financeira em caixa, principalmente no fundo de greve. O dinheiro da entidade voltou a ser utilizado para beneficiar apenas a alguns filiados, velhos aliados e novos cooptados pelo grupo no poder.

Aqui vale lembrar que dois fatores contribuíram para aumentar a arrecadação financeira nos últimos anos: o primeiro deles foram os aumentos salariais concedidos ao pessoal de nível superior a partir de 2008 – depois da greve de 2007 -, que reajustaram proporcionalmente a contribuição sindical desse contingente de TTAEs em até 94%; o segundo foi o cancelamento da contribuição financeira à CUT, que estava em torno de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Esses elementos fizeram com que a arrecadação mensal do SINTUFSC subisse consideravelmente e a nova direção adotou a política de atrair à categoria através de gastos financeiros com futilidades.

Apesar dessa panaceia uma esperança ainda resta aos adeptos do sindicalismo livre, pois, na greve de 2011, novas e velhas forças de

oposição se encontraram e ensaiaram um enfrentamento com a direita reformada. Novos servidores concursados encontraram uma universidade e um sindicalismo atrelados ao Estado patrimonialista. Não haviam se concretizado as desejadas mudanças de construção de uma universidade autônoma em relação as políticas dos governos descompromissados com a resolução dos principais problemas sociais.

Porém, o núcleo principal do MAI e seus apoiadores, com raras exceções, jamais abandonaram os princípios do movimento e permaneceram firmes em sua posição política, especialmente quanto à relação independente com os gestores da UFSC e o governo.

Entre as novas lideranças da oposição se destacam: Rosana Maria Prazeres , Helio Rodak Quadros Junior, Antônio Gabriel Santana Martins, Luciano Agnes, Dalânia Cristina Flôr, Ismael Quint, Selma Graciele Gomes e Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira.

Resta agora apostar nessa nova geração de trabalhadores que ingressaram na universidade com melhor esclarecimento sobre política e economia - a maioria com formação de terceiro grau, alguns com mestrado outros com doutorado -, e na possibilidade de retomada do movimento livre dos TTAEs da UFSC, bem como na reorganização em nível nacional da classe trabalhadora, para o enfrentamento com o capital e com os governos que estão a seu serviço a cada crise econômico-financeira que se anuncia.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I – Fontes Primárias

1. Impressas

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UFSC.
FLORIANÓPOLIS. **Ata da fundação da Associação dos Servidores da UFSC**, 11 de novembro de 1969. Livro n. 1. p. 1.

ASUFSC. **Estatuto da ASUFSC**. Florianópolis, 1979.

ASUFSC. Estatuto da ASUFSC. In: **Ata da Fundação da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, 11 nov. 1969. Artigos 16º e 17º. p. 5.

ASUFSC. Estatuto do SINTUFSC. In: **Ata da assembleia geral dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, 8 abr. 1992.

Brasil. Lei nº. 8112. 11 dez. 1990.

SINTUFSC. Estatuto do SINTUFSC. In: SINTUSFC. **Ata da Assembleia Geral da Categoria**. Florianópolis, 1995.

SINTUFSC. Restaurante Universitário da UFSC. **Ata de Assembleia Geral dos TTAEs**. Florianópolis, 5 out. 1990.

SINTUFSC. Restaurante Universitário da UFSC. **Ata da Assembleia Geral de Greve**. Florianópolis, 25 jun. 1991. p. 2.

SINTUFSC. Restaurante Universitário da UFSC. **Ata da Assembleia Geral de Greve**. Florianópolis, 14 ago. 1991.

SINTUFSC. Restaurante Universitário. **Ata da Assembleia geral da ASUFSC**. Florianópolis, 8 abr. 1992. p. 2.

SINTUFSC. Restaurante Universitário da UFSC. **Ata da Assembleia Geral de Greve**. Florianópolis, 21 mar. 1993.

SINTUFSC. Restaurante Universitário. **Ata da Assembleia Geral do SINTUFSC**. Florianópolis, 27 out. 2004. p. 2.

Prestação de contas da ASUFSC, realizada pelo MAI em dezembro de 1991.

Prestação de contas do SINTUFSC, realizada pelo MAI em dezembro de 2007

2. Web

Medida Provisória nº 434. Brasília, 27 fev. 1994. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/45/1994/434.htm>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

ww.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&co_dpag=227&nw=1. Acesso em 10 abr. 2013

DIEESE. Disponível em: <<http://www.dieese.com.br>>. Acesso em: 28 fev. 2012.

http://www.pt.org.br/o_partido Acesso em 20 dez. 2012.

3. História oral (entrevistas)

Antônio Carlos Silva. *Entrevista concedida a Maria Nazaré Wagner*. Florianópolis, 13 fev. 2011.

Helena Olinda Dalri. *Entrevista concedida a Maria Nazaré Wagner*. Florianópolis, 14 fev. 2011.

Ida Lúcia de Araujo Ruiz. *Entrevista concedida a Maria Nazaré Wagner*. Florianópolis, 5, mai. 2011.

Ida Lúcia de Araujo Ruiz. *Entrevista concedida a Maria Nazaré Wagner*. Florianópolis, 20 mai. 2011.

Maria Machado. *Entrevista concedida a Maria Nazaré Wagner*. Florianópolis, 20 abr. 2011.

II – Fontes Secundárias

1. Livros e Capítulos de Livros

ALMEIDA, José Maria de. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007. p. 66.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____, **O que é sindicalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas: Unicamp, 2005.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERQUIER-MANZINI, Maria Lourdes. **O que é cidadania**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Greve no setor público**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARX, Karl. **O manifesto do Partido Comunista**. SP. Brasiliense. 1980.

MÉZSÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, Luiz Henrique da. **Escritos e Rabiscos**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2011.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. 1. ed. v. 1. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EducS, 2004.

BACKES, Glauco de Sousa. O curso de direito e o Centro de Ciências Jurídicas: histórias e percepções. In: NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa (Org.). **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010, p. 143-170.

BECK, Lara de Oliveira. Quem sabe faz a hora não espera acontecer: a UFSC e a redemocratização. In: NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa (Org.). **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 61-84.

BRISTOT, Lidia Schneider. O Centro de Ciências da Saúde e suas histórias. In: NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa (Org.). **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010, p. 171-189.

ESPÍNDOLA, Célio; AURAS, Marli. Movimento docente na UFSC. In: RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo (Org.). **Crítica à razão acadêmica: reflexão sobre a universidade contemporânea**. Florianópolis: Insular, 2012. P. 174-179

LIEDTKE, Paulo; LOTH, Moacir. Democratização universitária com política de comunicação. In: RAMPINELLI, Waldir José (Org.). **Universidade: a democracia ameaçada**. São Paulo. Xamã, 2008. p. 145-160.

RODRIGUES, Icles. A UFSC na década de 1960: outras histórias. In: NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa (Org.). **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 17-35.

TAVARES, Elaine. A universidade e os técnico-administrativos: uma tensão permanente. In: RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo (Org.). **Crítica à Razão Acadêmica: Reflexão sobre a universidade contemporânea**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 137-163.

_____. O voto universal: conservadorismo ou radicalidade. In: RAMPINELLI, Waldir José (Org.). **O preço do voto: os bastidores de uma eleição para reitor**. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis. Insular, 2008. p. 129-143.

VIEIRA, Pedro Antonio. A armadilha das urnas: 20 anos de eleições diretas e de continuísmo na UFSC. In: RAMPINELLI, Waldir José (Org.). **O preço do voto: os bastidores de uma eleição para reitor**. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Insular, 2008. p. 51-73.

3. Artigos

BORBA, Julian; SELL, Carlos Eduardo. Movimentos sociais, participação e democracia: contexto e perspectivas de debate no Brasil – apresentação. **Política & Sociedade: revista de sociologia política**, Florianópolis, PPGSP, v. 6, n. 11., p. 7-18, 2007.

COSTA, Lúcia Cortez. O Governo de FHC e a reforma do Estado. Pesquisa e Debates, SP, v. 1, n. 17, p. 49-79, 2000.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. O PT sob uma perspectiva sartoriana: de partido anti-sistema a legitimador do sistema. **Política & Sociedade**: revista de sociologia política, Florianópolis, v.1, n. 3. p. 45-70, 2003.

4. Dissertação

DUARTE, Rafaela. **Diretas Já em Santa Catarina**: o movimento de redemocratização nos textos e imagens dos jornais O Estado, a Notícia e Jornal de Santa Catarina. (1984). 2011. 135 p. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – CFH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MELO, Rita de Cássia. **Qualidade das demonstrações contábeis**: análise do processo de informações gerenciais de natureza contábil de uma entidade de classe – o caso do SINTUFSC. 47 p. Especialização (Gerência da Qualidade dos Serviços Contábeis. Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2002.

5. TESE

GRANEMANN, Sara. **Para uma interpretação marxista da ‘previdência privada’**. Tese de Doutorado. Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dezembro de 2007.

6. Publicações periódicas

6.1 Jornais

A filiação de 89% dos trabalhadores da UFSC ao SINTUFSC mostra a confiança da categoria na nova entidade. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, p. 1, jul. 1992.

Ameaçada soberania da Estatuínte. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, n. 24, p. 8, jun. 1992.

As “posições” e as diferenças. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, n. 28, p. 6, jul. 1992.

Assembleia aprova desfiliação à CUT. **Jornal Circulação**, Florianópolis, p. 1. 28 out. 2004.

ASUFSC vai virar sindicato. **Jornal da ASUFSC**, Florianópolis, p. 8, abr. 1992.

Cesta básica para os trabalhadores da UFSC: confira os preços nos melhores lugares para comprar. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, p. 3, mai 1992.

Choque do Plano Collor é o maior de toda a história. **Jornal Folha de S. Paulo**, São Paulo, n. 22. 263, p.1, 17 mar. 1990.

Circulação. Florianópolis, p.1, 28 out. 1994.

Circulação. Florianópolis, n. 37, p. 1, nov. 1999.

Circulação. Florianópolis, n. 47, p. 3, nov. 2000.

Collor torna-se inelegível por oito anos. **Folha de S. Paulo**, Primeiro Caderno. p. 8, 31 dez. 1992.

Como a adesão dos trabalhadores da UFSC a esta greve nacional foi muito baixa, a Assembleia Geral de Greve, realizada no dia 13 de maio de 1991, decidiu pela volta ao trabalho. **Jornal da ASUFSC**, Florianópolis, p. 2, 1991,

Da redação: sonhar e Atuar! **Circulação**, Florianópolis, Ano 1, n. 1, set. 1998.

Democracia vence autoritarismo no CTC. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, n. 30, p. 8, set. 1992.

Diomário reconhece reivindicações. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, n. 23, p. 7. maio 1992.

Fora Collor! **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, p. 2-4, set. 1992.

Fundo de Greve será de 1% na próxima folha. **Jornal da ASUFSC**, Florianópolis, p. 7, set. 1991.

Fundo de Movimento permite nossa participação nacional. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, p. 4, maio 1992,.

Governo admite perdas salariais com a URV. Prejuízos se concentram em trabalhadores do grupo C e funcionalismo. **Jornal Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 8, 27 fev. 1994.

Jornal do SINTUFSC, Florianópolis,, p. 9, abr. 1992.

Jornal do SINTUFSC, Florianópolis, p. 3-8, jun. 1992.

Nossa greve foi vitoriosa. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, p. 1,n. 16, set. 1991.

O MAI mostra a sua cara. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, p. 8, out. 1991..

O MAI mostra a cara. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, p.15, out. 1991...

Organização e Mobilização: um ano de governo Collor. **Jornal da ASUFSC**, Florianópolis, p. 1, mar. 1991.

O sindicato é do servidor da UFSC. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, n. 49, p. 2, maio 1993.

Plano Collor tem congelamento e prefixação dos preços e salários. **Folha de S. Paulo**, Primeiro Caderno, p. B-I, 16 mar. 1990.

Por que Jornal do SINTUFSC? **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, n. 23, p. 2, maio 1992.

Proposta de construção da nossa universidade. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, n. 33, p. 4, dez. 1992.

Reitor fujão não quer o debate. **Jornal da ASUFSC**. Florianópolis, p. 3, set. 1991.

Reitor usa marketing da demagogia. **Jornal do SINTUFSC**. Florianópolis, n. 32, p. 8, dez. 1992.

Saúde e educação é um direito constitucional e deve ser custeada pelo patrão. **Jornal do SINTUFSC**. Florianópolis, s/n. p. 5, ago. 1998.

SINTUFSC criado ratifica o compromisso com servidores. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, p. 1, maio 1992.

Todo servidor sindicalizado recebe. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, n. 25, p. 2, jun. 1992.

Um ano de Collor, um ano de incapacidade. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, p. 1, maio 1991.

Vitória do SINTUFSC, vitória de todos nós. **Jornal do SINTUFSC**, Florianópolis, p. 3, dez. 1992.

7. Encarte Especial

FASUBRA Sindical. **Memorial 30 anos**: linha do tempo.
Brasília, 2011.

APÊNDICE A

Sinopse cronológica dos principais eventos ocorridos durante o período relatado.

1960 – Criação da UFSC.

1963 – Criação da CONTAG.

1968 – Instituído o AI-5.

– Reforma Universitária – Lei 3.849 de 18/09/1968.

1969 – Criação da ASUFSC e seu 1º Estatuto.

1977 – Nasce o Novo Sindicalismo no Brasil.

1978 – Explodem as primeiras greves no ABC paulista.

1978 – Fundação da FASUBRA.

1979 – Reformulação do Estatuto da ASUFSC.

1980 – Criação do PT.

1981 – Grupo de Nilto Parma assume a diretoria da ASUFSC sucessivamente até 1989.

– I CONCLAT.

1983 – Criação da CUT.

1983 – Criação do MST.

1984 – I Congresso da FASUBRA – virada política para o Novo Sindicalismo.

– Nilto Parma assume a direção do Departamento de Pessoal da UFSC até 1988.

1985 – O Colégio Eleitoral elege Tancredo Neves e José Sarney à presidência da República, respectivamente. Com a morte de Tancredo Neves assume a presidência José Sarney.

1986 – Filiação da FASUBRA à CUT.

1988 – Promulgação da Constituição Federal.

– Nascimento do MAI.

1989 – Chapa do MAI é eleita para a diretoria da ASUFSC em coligação com

rodolfistas.

– Criação do Jornal da ASUFSC.

1990 – Fernando Collor de Mello é eleito presidente da República (primeira eleição

direta depois do golpe militar de 1964).

1991 – Chapa do MAI é reeleita para a diretoria da ASUFSC.

1991 – Antônio Diomário de Queiroz é eleito reitor da UFSC (com o apoio

do MAI).

1992 – Fernando Collor de Mello é impedido de continuar no cargo de presidente.

– Criação do SINTUFSC.

- Participação dos TTAEs na Comissão Estatuinte da UFSC de 1992.

– Jornal da ASUFSC passa a ser chamado de Jornal do SINTUFSC.

1993 – Chapa S.O.S. Servidor (direita) é eleita para a diretoria do SINTUFSC.

1994 – Reeleição de Rodolfo Joaquim Pinto da Luz para reitor da UFSC.

1995 – Chapa S.O.S. Servidor (direita) é reeleita para a diretoria do SINTUFSC.

– Fernando Henrique Cardoso assume a presidência da República e implanta a

Contrarreforma do Estado.

– Filiação do SINTUFSC à CUT.

1997 – O MAI retorna à diretoria do SINTUFSC e é reeleito até 2007.

1998 – Rodolfo Joaquim Pinto da Luz é conduzido ao cargo de reitor da UFSC.

– *Jornal do SINTUFSC* passa a ser chamado de *Circulação*.

2002 – Luis Inácio Lula da Silva é eleito presidente do Brasil.

2004 – Desfiliação do SINTUFSC à CUT.

– Retrocesso (ou começo do fim) do Movimento do Novo Sindicalismo.

2005 – Apresentada a Reforma Sindical e a Reforma Universitária do governo Lula.

2007 – O REUNI começa a ser planejado nas IFES.

2009 – Desfiliação da FASUBRA à CUT.

– Eleição da chapa Renovação (direita) para o SINTUFSC.

2011 – Reeleição da chapa Renovação (direita) para o SINTUFSC.

– Surge novo grupo de oposição.

APÊNDICE B

Composição dos Conselhos Deliberativos, das Presidências da ASUFSC e das Coordenações do SINTUFSC entre o período de 1969 a 2011:

Gestão 1969 a 1973. .Fonte: Ata da Assembleia Geral de Fundação da ASUFSC, de 11 de novembro de 1969. Natureza: Associativismo Atrelado ao Estado. Foi apresentada chapa única e eleitos os seguintes membros:

Membros efetivos:

1. João Makowiecky
2. Volney da Silva Millis
3. Antônio Moroski
4. David Ferreira Lima
5. Batalzar Carioni
6. Aluizio Blasi
7. Vivaldi Garofalis
8. Alvaro Henrique de Campos Lobo
9. José Fernandes Neves Júnior
10. Ernani Bayer
11. Antônio Grillo
12. Teodoro Rogério Vahl
13. João Nilo Linhares
14. Jair Hamms

15. Josué Fortkamp

Membros suplentes:

1. João José Haberbeck Fagundes
2. Altair Coutinho de Azevedo
3. Nelson Moritz La Porta
4. João Carlos T. Neves
5. Hilton dos Prazeres

Gestão 1973 a 1975. Fonte: Ata da Assembleia Geral da ASUFSC de 28 de junho de 1973. Natureza: Associativismo Atrelado ao Estado.

Membros Titulares:

1. Tertuliano Cardoso Filho
2. João Carlos Tolentino Neves
3. Baltazar Carioni
4. Luiz Manganelli Orofino Filho
5. Fernando Antônio Medeiros Beck
6. Volni Zolli Martins
7. Moacir Pereira
8. Mauro Avelino
9. Orlando Carlos Ferreira da Cunha
10. Adão de Oliveira
11. Vitor Meyer Júnior
12. Francisco de Assis Tancredo de Oliveira
13. Arnaldo Ronaldo Correa Glavan
14. Ademar Cardoso

15. Braz Silva

Membros suplentes:

1. João José Haberbeck Fagundes
2. Ilton Damásio Moreira
3. Sílvio Coelho dos Santos
4. Adilson Coelho
5. Josué Fortkamp

Gestão 1975 a 1977. Fonte: Ata da Assembleia Geral da ASUFSC, realizada no dia 20 de novembro de 1975.

Natureza: Associativismo Arelado ao Estado.

Composição do Conselho Deliberativo:

Membros efetivos:

1. Tertuliano Cardoso Filho
2. Fernando Antônio Medeiros Beck
3. Antônio Miroski
4. Maria de Jesus Silveira de Souza Garofallis
5. Gustavo Zimmer
6. João Carlos Tolentino Neves
7. Luiz Manganelli Orofino Filho
8. João José Haberbeck Fagundes
9. José Meira Filho
10. Ademar Cardoso
11. Moacir Pereira

12. Adayr Scharf
13. Luiz Alves Rodrigues
14. Rômulo Mozart Coelho
15. Volny Zolli Martins
16. Luiz Henrique Bezerra de Trindade
17. Pedro Manoel dos Santos Collaço
18. Adilson Coelho
19. Alvaro Henrique de Campos Lobo
20. Hiedy de Assis Corrêa

Gestão 1977 a 1979: Fonte: Depoimento de Luis Henrique Prazeres.
Natureza: Associativismo Arelado ao Estado
Presidente: João Roberto Dutra

Gestão 1979 a 1981: Fonte: Depoimento de Luis Henrique Prazeres.
Natureza: Associativismo Arelado ao Estado
Presidente: Luis Dourado

Gestão 1981 a 1983: Fonte: Depoimento de Luis Henrique Prazeres.
Natureza: **Associativismo** Arelado ao Estado
Presidente: Nilto Parma
Presidente do **Conselho** Deliberativo: Luis Henrique da Silva
Secretária Geral: Ida Lúdia de Araújo Ruiz

Gestão 1983 a 1985: Fonte: Depoimento de Luis Henrique Prazeres.
Natureza: Associativismo Arelado ao Estado
Presidente: Luis Henrique Prazeres
Presidente do Conselho Deliberativo: Nilto Parma
Secretária Geral: Ida Lúdia de Araújo Ruiz

Gestão 1985 a 1987: Fonte: Depoimento de Luis Henrique Prazeres.
Natureza: Associativismo Arelado ao Estado
Presidente: João Batista Furtuoso
Secretário de Finanças: Gerson Rizzatti
Secretária Geral: Ida Lúdia de Araújo Ruiz

Gestão 1987 a 1989: Fonte: Depoimento de Luis Henrique Prazeres.
Associativismo Atrelado ao Estado
Presidente: João Batista Furtuoso
Secretário de Finanças: Gerson Rizzatti
Secretária Geral: Ida Lúcia de Araújo Ruiz

Gestão 1989 a 1991: Fonte: SINTUFSC – Chapa Híbrida: MAI e Rodolfistas

Coordenação Geral:

1. Helena Olinda Dalri
2. Celso Ramos Martins
3. Maria Raquel Souza

Demais membros efetivos da Diretoria:

1. Luiz Henrique Gonçalves
2. Valcionir Corrêa
3. Antônio Carlos Silva
4. Nilson José Costa
5. Antônio E. Crepaldi
6. João Rodrigues
7. Greycy R. Blass
8. Luiz Carlos Gonçalves
9. Sérgio Vieira
10. Edinete Regina X. Espíndola
11. Eugênio Luiz Gonçalves
12. Jussara Maria Borges

Gestão 1991 a 1993: Fonte SINTUFSC – Movimento Independente

Membros efetivos:

1. Helena Olinda Dalri – Presidente
2. Silvana Pereira – Vice-Presidente
3. Carmem Vera Vieira – 1ª Secretária
4. Moisés Eller – 2º Secretário
5. Roberto Dias de Andrade – 1º Tesoureiro
6. Luzia dos Santos – Diretora Assistencial
7. Maria Angélica Silva – Diretora de Convênios
8. Saulo Seemann – Diretor de Esportes
9. Mário César Dutra – Diretor Social
10. Julio Cesar Ramos – Diretor Cultural
11. Salua Guimarães – Diretora Educacional
12. Marli Thiago da Silva – Diretora de imprensa e Marketing

Gestão 1993 a 1995: Fonte SINTUFSC - Sindicato Arelado à Administração da UFSC

1. João Batista Furtuoso – Presidente
2. Ivan Luiz Cunha – Vice-Presidente
3. Edson Espíndola – Secretário Geral
4. Jalmir Pires – 1ª Secretário
5. Gerson Rizzatti – Secretário de Finanças
6. Edwilson Ribeiro – Secretário de Organização
7. Hamilton Vargas – Secretário de formação Sindical

8. Luiz M. Nascimento – Secretário de Saúde e Segurança no Trabalho
9. Evelise elpo da Silveira – Secretária de Educação
10. Rosângela Alves – Secretária de Cultura
11. Paulo César Silva – Secretário de Esportes
12. Jeff Sílvio de Oliveira – Secretário de Imprensa e Divulgação
13. Maria Aparecida Bilck – Secretária de Assuntos Jurídicos
14. João de Assis – Secretário de Convênios e Assuntos Sociais

Gestão 1995 a 1997. Fonte: SINTUFSC – Sindicato Arelado à Administração da UFSC

1. Roberto José Dias de Andrade – Presidente
2. Jalmir Pires – Vice-Presidente
3. Edwilson Ribeiro – Secretário Geral
4. Sérgio M. de Souza – 1º Secretário
5. Clóvis Chaves de Souza – Secretário de Finanças
6. Lírio Odorozzi – Vice-Secretário de Finanças
7. Lourival J. Streme – Secretário de Organização
8. Feliciano Ramos – Secretário de Formação Social
9. João Carlos da Silva – Secretária da Saúde e Segurança no Trabalho
10. Lizete Maria Torres – Secretária de Educação

11. Jaqueline B. Correa – Secretária de Cultura e Eventos Sociais
12. Dalton Barreto – Secretário de Esportes
13. Edson Espíndola – Secretário de Assuntos Jurídicos
14. João Batista Furtuoso – Secretário de Convênios
15. Hamilton M. Vargas – Secretário de Assuntos das Fundações

Gestão 1997 a 1999. Fonte: SINTUFSC - Movimento Independente

Membros efetivos:

1. Helena Olinda Dalri – Presidente
2. Elaine Jussara Tamazzone Tavares – Vice-Presidente
3. Sebastião Airton do R. Cerqueira – Secretário Geral
4. Antonio Lapa Raulino – Secretário de Finanças
5. Aldo Felipe da Mata – Vice-Secretário de Finanças
6. Ana Maria Cardoso – Secretária de Organização
7. Angela Olinda Dalri – Secretária de Formação Sindical
8. Kátia Maria de Paula – Secretária de Saúde e Segurança no Trabalho
9. Marcos Antonio Pires – Secretário de Educação
10. Mário Cesar Dutra – Secretário de Cultura e Eventos Sociais
11. Eduardo Luz – Secretário de Esportes
12. Ana Carine Monteiro – Secretária de Imprensa

13. Adilton Agenor Teixeira – Secretário de Assuntos Jurídicos
14. Roberto Bello Orofino – Secretário de Convênios
15. Ricardo Egídio da Rocha – Secretário de Assuntos das Fundações
16. Devivaldir Marques da Silva – Secretário de Aposentados

Gestão 1999 a 2001. Fonte: SINTUFSC

1. Angela Olinda Dalri – Coordenação Geral - Movimento Independente
2. Ana Maria Cordeiro – Coordenação Geral
3. Clézio Augusto Lima – Coordenador de Organização e Formação Sindical
4. José A. Furtado – Coordenador de Saúde e Segurança no Trabalho
5. Enaura Simas Graciosa – Coordenadora de Aposentados
6. Henrique Pedro dos Reis – Coordenador de Fundações
7. Jorge Luiz Fernandes – Coordenador dos Colégios Agrícolas
8. Jussara da Costa Godoi – Coordenadora da Secretaria e da Administração
9. Antonio L. S. Pacheco – Coordenador de Finanças

10. Maria Goretti Grozeta – Coordenadora de Convênios
11. Carlos A. de Lima – Coordenador de Esportes
12. Tania E. L. Correa – Coordenadora Social e Cultural
13. Maria P. Amorim – Coordenadora de Políticas de Comunicação
14. Érica X. de Oliveira – Coordenadora de Políticas de Comunicação
15. Helena Olinda Dalri – Coordenadora de Assuntos Jurídicos
16. José Francisco de Assis Batinga – Coordenador de Assuntos Jurídicos

Gestão 2001 a 2003. Fonte: SINTUFSC – Movimento Independente

1. Elaine Jussara Tomazzone Tavares – Coordenação Geral
2. Jussara da Costa Godoi – Coordenação Geral
3. Angela Olinda Dalri – Coordenação Geral
4. Valcionir Corrêa – Coordenação de Formação Política
5. José Francisco da Assis Batinga – Coordenação de Formação Política
6. Sílvio César Gonçalves – Coordenação de Formação Política
7. Aldo Felipe da Mata – Coordenação Administrativa
8. Maura Vieira de Brito – Coordenação Administrativa

9. Clézio Augusto Lima – Coordenação de Políticas do Esporte, Social e Cultural
10. Nivaldo Pedro Pereira – Coordenação de Políticas do Esporte, Social e Cultural
11. Raquel Jorge Moysés – Coordenação de Políticas da Comunicação
12. Eduardo Luz – Coordenação de Assuntos Jurídicos
13. Salete Maria Lanzarin – Coordenação de Assuntos Jurídicos
14. Enaura Maria Graciosa – Coordenação de Aposentados
15. Neide Maria Marcus – Coordenação de Aposentados

Gestão 2003 a 2005. Fonte: SINTUFSC – Movimento Independente

1. Raquel Jorge Moysés – Coordenação Geral
2. Marco Antonio de Pádua Borges – Coordenação Geral
3. Elaine Jussara Tomazzoni Tavares – Coordenação Geral
4. Vanilde de Faria Geronimo – Coordenação de Formação e Políticas Sindicais
5. Valquíria Lourdes Peixoto Pereira – Coordenação de Formação e Políticas Sindicais
6. Lúcio Patrício Matos – Coordenação de Aposentados
7. Helenita Duarte da Silva Francisco – Coordenação de Aposentados

8. Ivalter Sebastião Coutinho – Coordenação Esportiva, Social e Cultural
9. Pedro Paulo C. Machado Filho – Coordenação Esportiva, Social e Cultural
10. Jussara da Costa Godoi – Coordenação de Políticas da Comunicação
11. Rodrigo W. Borges – Coordenação de Assuntos Jurídicos
12. Zulmar Domingos da Silveira – Coordenação de Assuntos Jurídicos

Gestão 2005 a 2007. Fonte: SINTUFSC – Movimento Independente

1. José de Assis Filho – Coordenação Geral
2. Marco Antonio de Pádua Borges – Coordenação Geral
3. Vanilde de Faria Geronimo – Coordenação Geral
4. Aparecida Mafra de Souza – Coordenação de Formação de Políticas Sindicais
5. Ivalter Sebastião Coutinho – Coordenação de Formação de Políticas Sindicais
6. Nilza Stank Ribeiro – Coordenação de Formação de Políticas Sindicais
7. Enaura Simas Graciosa – Coordenação de Aposentados, Pensionistas e Assuntos de Aposentadoria

8. Neide Maria Marcus – Coordenação de Aposentados, Pensionistas e Assuntos de Aposentadoria
9. José Paulo Pereira Cândido – Coordenação Esportiva, Social e Cultural
10. Luiz Carlos Leal – Coordenação Esportiva, Social e Cultural
11. Liane Nazareth Fredo – Coordenação de Assuntos Jurídicos
12. Olinda Márcia de Lima – Coordenação de Assuntos Jurídicos
13. Salete Maria Lanzarin – Coordenação Administrativa e Financeira
14. Valquiria Lourdes Peixoto Pereria – Coordenação Administrativa e Financeira
15. Raquel Moysés – Coordenação de Políticas de Comunicação

Gestão 2007 a 2009. Fonte: SINTUFSC – Movimento Independente

1. José de Assis Filho – Coordenação Geral
2. Maria Nazaré Wagner – Coordenação Geral
3. Rodrigo W. Borges – Coordenação Geral
4. Marco Antonio de Pádua Borges – Coordenação de Formação e Políticas Sindicais

5. João Sol Roza Pagani – Coordenação de Formação e Políticas Sindicais
6. Enaura Simas Graciosa – Coordenação de Aposentados, Pensionistas e Assuntos de Aposentadoria
7. Osvaldo Gonçalves - Coordenação de Aposentados, Pensionistas e Assuntos de Aposentadoria
8. Nilza Stank Ribeiro – Coordenação Esportiva, Social e Cultural
9. Otávio Pereira – Coordenação Esportiva, Social e Cultural
10. André Bradacks – Coordenação Administrativa e Financeira
11. Adalberto Vieira – Coordenação Administrativa e Financeira
12. Valdete da Silva – Coordenação dos Colégios Agrícolas
13. Raquel Moysés – Coordenação de Comunicação
14. Paulo Magalhães – Suplente e Coordenador Geral em substituição a José de Assis Filho, falecido em 2008.